



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
MESTRADO ACADÊMICO EM ENFERMAGEM – MAENF

MORGAMA MARA NOGUEIRA LIMA

**MANUAL SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO  
ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO**

REDENÇÃO– CE

2019

MORGAMA MARA NOGUEIRA LIMA

**MANUAL SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO  
ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Linha de pesquisa: Tecnologia no cuidado em saúde no cenário dos países lusófonos.

Orientadora: Dra. Monaliza Ribeiro Mariano

Coorientadora: Dra. Paula Marciana Pinheiro de Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Lima, Morgama Mara Nogueira.

L696m

Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico / Morgama Mara Nogueira Lima. - Redenção, 2019. 131f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Enfermagem, Programa De Pós-graduação Em Enfermagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Monaliza Ribeiro Mariano.  
Coorientadora: Profa. Dra. Paula Marciana Pinheira de Oliveira.

1. Acessibilidade. 2. Inclusão. 3. Pessoa com Deficiência. 4. Manual. I. Título

CE/UF/BSCL

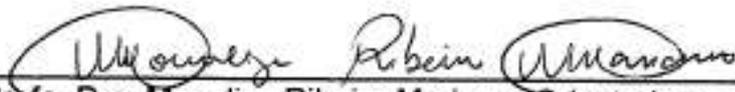
CDD 371.90981

MORGAMA MARA NOGUEIRA LIMA

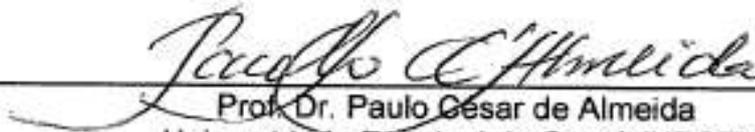
**MANUAL SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Monaliza Ribeiro Mariano (Orientadora – Presidente)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Paulo César de Almeida  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Prof. Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dra. Jennara Candido do Nascimento  
Centro Universitário Estácio do Ceará (ESTÁCIO-FIC)

Acarape, 19 de Fevereiro de 2019.

A minha família, razão do meu viver.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por estar comigo em todos os momentos, amparando-me e guiando no caminho da perseverança.

Aos meus pais, Vilani e José, pelo amor incondicional, por todos os ensinamentos que me concedem, pelo apoio diário e esforço para que eu me torne um ser humano cada vez melhor.

A minha irmã, Larisse, e meu sobrinho, José Anthony, por estarem sempre ao meu lado, pelo incentivo, pela amizade, por compreender minha ausência nos momentos de estudo e trabalho e por compartilhar comigo sonhos e conquistas.

À orientadora, Profa. Dra. Monaliza Ribeiro, pelos ensinamentos que me proporcionou, pelo apoio durante esses dois longos anos, pela compreensão nos momentos difíceis, nas falhas e na reta final. À coorientadora, Profa. Dra. Paula Marciana, pelo incentivo e ensinamento que me proporcionou.

A todos os membros da minha família, que direta ou indiretamente me apoiou e, em especial, a minha prima, Paloma, por acompanhar minha trajetória e sempre acreditar no meu potencial.

A minha turma de mestrado, pelo convívio harmônico, perseverança e troca de experiências. E, em especial, a Paula, Cremeilda, Valéria, Welton, pelo apoio nessa caminhada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UNILAB e, em especial, Dr. Márcio Flávio Moura de Araújo, Dra. Tahissa Frota Cavalcante e Dra. Emanuella Silva Joventino, pelos ensinamentos, pelo apoio, pela atenção e dedicação.

À secretaria do Programa de Pós-graduação em Enfermagem-UFC.

Aos membros da banca, Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca, Dr. Paulo César Almeida, Dra. Jennara Candido do Nascimento e, em especial, ao Dr. Paulo César, por todo auxílio que me deu nesse trabalho e na época da graduação.

Aos juízes que participaram das etapas de avaliação do conteúdo e aparência. Aos colegas de trabalho, pela compreensão e pelo apoio.

E, por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram comigo neste trajeto, o meu agradecimento.

Sem vocês, essa vitória não seria possível e não teria sentido.

Obrigada a todos!

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, o sonho não tem alicerce. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais.” (Augusto Cury)

## RESUMO

Objetivou-se desenvolver manual sobre acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência no ensino básico. Estudo metodológico, realizado de maio a outubro 2018, em Acarape-CE, Brasil. Participaram 14 juízes, destes, nove de conteúdo e cinco de aparência, selecionados por amostragem bola de neve. Referencial metodológico utilizado foi de Echer (2005), contemplando, apenas, as seis primeiras fases. Quanto à coleta, foi entregue instrumento para análise de conteúdo (IVCES) e aparência (SAM); para validação, utilizou-se do Índice de Validade do Conteúdo (IVC), o S-CVI/Ave; S-CVI/UA; I-CVI. O processo de construção envolveu a consulta de 24 materiais que após a leitura, foram fichados, sendo construídos os tópicos: Pessoa com Deficiência: perspectiva histórica e cultural, abordando conceito de PcD, tipos de PcD, PcD e educação; Acessibilidade da PcD, ressaltando o conceito de acessibilidade, classificação de acessibilidade, acessibilidade e educação; Inclusão escolar da PcD, envolvendo a inclusão e educação da PcD e, por fim, o tópico Saiba Mais. Em seguida, iniciou-se a elaboração textual com inserção de 27 ilustrações inéditas. Na diagramação, ocorreu organização, formação dos tópicos, das páginas e do *layout*. Quanto à validação de conteúdo, as porcentagens no domínio objetivo variaram de 77,8% a 88,9%; no domínio estrutura/apresentação, variaram entre 55,6% e 100,0%, cujos itens com porcentagens abaixo do aceitável foram: linguagem apropriada ao material educativo (77,8%) e interativa (55,6%); informações corretas (66,7%), objetivas (66,7%) e necessárias (66,7%) e tamanho do texto adequado (55,6%), todos esses itens foram alterados, conforme sugestão dos juízes; no domínio relevância, o manual obteve variação de 88,9% a 100,0%. Após os ajustes e a reavaliação do conteúdo, todos os itens foram avaliados com IVC máximo. Os juízes de aparência avaliaram o manual como adequado nos quatro domínios, com porcentagem de concordância variando de 80,0% a 100,0 %. Na elaboração textual, houve alterações na primeira versão do manual, acatadas as sugestões após a análise dos juízes, finalizando-o com 27 ilustrações, 44 páginas e tamanho de 23cm de altura X 16cm de largura. Considerou-se a tecnologia educativa válida, quanto ao conteúdo e à aparência, apresentando linguagem adequada, acessível, atraente e de fácil compreensão para o público-alvo, o que contribuirá para ampliação do conhecimento deste.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Pessoa com Deficiência; Manual.

## ABSTRACT

The aim of this study was to develop a handbook on accessibility and inclusion of students with disabilities in basic education. A methodological study carried out in the period from May to October 2018, in Acarape-CE. Participated 14 judges, of these, nine content and five appearance, selected by Snowball sampling. The methodological framework used was Echer (2005), contemplating only the first six phases. As for the collection was delivered instrument for content analysis (IVCE) and appearance (SAM) and for the validation we used the content validity index (IVC), the S-CVI/Ave; S-CVI/UA; I-CVI. The construction process involved the consultation of 24 materials and, after reading, were developed, and the following topics were constructed: person with disabilities: historical and cultural perspective, addressing the concept of PCD, types of PCD, PCD and education; Accessibility of Pcd highlighting the concept of accessibility, classification of accessibility, accessibility and education; School inclusion of PCD, involving the inclusion and education of PCD and, finally, the topic learn more. Then, the textual elaboration was initiated with the insertion of 27 unpublished illustrations. In the diagramation occurred organization, formation of topics, pages and layout. Regarding content validation, the percentages in the objective domain ranged from 77.8% to 88.9%; In the structure/presentation domain ranged from 55.6% to 100.0%, where the items with percentages below the acceptable were: language appropriate to the educational material (77.8%) and interactive (55.6%); correct information (66.7%), objective (66.7%) and necessary (66.7%) and size of the appropriate text (55.6%), all these items were altered, as suggested by the judges; in the relevance domain the manual obtained a variation of 88.9% to 100.0%. After adjusting and re-evaluating the content, all items were evaluated with maximum IVC. Appearance judges evaluated the handbook as appropriate in the four domains with a percentage of concordance varying from 80.0% to 100.0%. In the textual elaboration there were changes in the first version of the manual, through suggestions suggested after the analysis of the judges, ending it with 27 illustrations, 44 pages and size of 23cm height X 16cm wide. It was considered the valid educational technology, in view of the validation in content and appearance, presenting an appropriate language, accessible, attractive and easy to understand for the target audience, which will contribute to the expansion of their knowledge.

**Keyword:** Accessibility; Inclusion; Disabled Person; Manual.

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Critérios de seleção para juízes de conteúdo, Acarape-CE, 2018.....56
- Quadro 2** – Critérios de seleção para juízes de aparência, Acarape-CE, 2018.....57
- Quadro 3** – Fontes de referências para conteúdo do “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, Acarape-CE, 2018.....62
- Quadro 4** – Ilustrações utilizadas para composição do “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, Acarape-CE, 2018.....65
- Quadro 5** – Considerações dos juízes de conteúdo, segundo domínio Objetivo, Propósito, Metas ou Finalidades, Acarape-CE, 2018. ....72
- Quadro 6** – Considerações dos juízes de conteúdo, segundo domínio Estruturação e Apresentação, Acarape-CE, 2018.....74
- Quadro 7** – Considerações dos juízes de aparência, segundo domínio Ilustrações gráficas e *Layout* e Apresentação, Acarape-CE, 2018. ....75

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Sequência das etapas referente ao desenvolvimento do manual, Acarape-CE, 2018.....	51
<b>Figura 2</b> – Esquema representativo da busca pelos artigos nas bases de dados, Acarape-CE, 2018.....	53
<b>Figura 3</b> – Esquema representativo das partes que compõe o manual, Acarape-CE, 2018.....	55

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Perfil dos juízes de conteúdo e aparência, Acarape-CE, 2018.....	67
<b>Tabela 2</b> – Caracterização dos juízes de conteúdo e aparência, Acarape-CE, 2018. N=14.....	68
<b>Tabela 3</b> – Avaliação de concordância dos juízes de conteúdo na primeira e segunda versão, Acarape-CE, 2018. ....	70
<b>Tabela 4</b> – Avaliação de concordância dos juízes de aparência, Acarape-CE, 2018.....	71

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	24
2.1	Geral.....	24
2.2	Específicos .....	24
<b>3</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	25
3.1	Pessoa com Deficiência e Educação .....	25
3.1.1	Perspectiva história e cultural.....	25
3.1.2	Cenário dos países lusófonos .....	29
3.2	Acessibilidade e Inclusão na educação.....	38
3.3	Enfermagem e uso de tecnologia impressa na educação .....	43
<b>4</b>	<b>MÉTODOS</b> .....	50
4.1	Tipo de Estudo .....	50
4.2	Local e Período .....	50
4.3	Participantes.....	50
4.4	Fases do Estudo .....	51
4.5	Instrumento de coleta de dados .....	57
4.6	Interpretação e Análise dos dados .....	58
4.7	Aspectos Éticos.....	59
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	61
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO</b> .....	79
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
	<b>ANEXO</b> .....	104
	ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética .....	105
	<b>APÊNDICES</b> .....	106
	APÊNDICE A – Carta convite aos juízes de conteúdo e aparência .....	107
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	108
	APÊNDICE C – Instrumento de validação de conteúdo .....	110
	APÊNDICE D – Instrumento de validação de aparência .....	114
	APÊNDICE E – Manual .....	122

## 1 INTRODUÇÃO

A enfermagem representa, em sua natureza, o cuidado com o indivíduo, família e comunidade de modo integral, holístico, desenvolvendo assistência, de forma autônoma ou em equipe, através de atividades de promoção e proteção da saúde e de prevenção e recuperação da doença.

O enfermeiro é capacitado para desenvolver, junto à comunidade, atividades assistenciais e educacionais em qualquer ambiente, como hospitais, postos de saúde, associações, escola, entre outros. Na escola, o enfermeiro realiza assistência voltada para condições de saúde dos educandos, através de estratégias de educação em saúde. Logo, é fundamental que a assistência à saúde ultrapasse os muros dos hospitais e centros de saúde e envolva a participação de outros setores da sociedade (SANTIAGO, 2012).

As políticas de saúde vêm reconhecendo o espaço escolar como local importante para desenvolver práticas promotoras da saúde e ações preventivas na educação para saúde.

No Brasil, o trabalho educativo em saúde, vivenciado na escola, além de consolidar a cooperação técnica entre os Ministérios da Saúde e da Educação, tem avançado através da incorporação de novas concepções teóricas da educação e saúde, além das práticas educativas em saúde no cotidiano didático-pedagógico (BRASIL, 2007).

Para regulamentar as atividades de saúde no âmbito escolar, em 2007, no Brasil, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), criado pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro, integrando política de governo voltada à intersetorialidade, objetivando contribuir para formação integral dos estudantes (CARVALHO, 2015).

Esse programa tem como objetivos promover a saúde e a cultura da paz, enfatizando a prevenção de agravos à saúde; articular ações do setor da saúde e da educação, aproveitando o espaço escolar e respectivos recursos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades desta clientela e incentivar a participação comunitária, contribuindo para formação integral dos estudantes da rede básica (BRASIL, 2008a).

De acordo com o Caderno Gestor do PSE (2015a), as atividades previstas pelo PSE são definidas como Componente I, Componente II e Componente III. As ações do Componente I são referentes às avaliações das condições de saúde dos

educandos, como avaliação antropométrica; promoção e avaliação da saúde bucal; avaliação oftalmológica; verificação da situação vacinal; identificação com possíveis sinais de alteração na audição, na linguagem e de agravos de doenças, essas desenvolvidas pelos profissionais da Saúde e Educação.

As atividades do Componente II referem-se às intervenções educativas de promoção à saúde e prevenção de agravos, desenvolvidas pelos profissionais da Saúde e Educação, envolvendo a avaliação do estado nutricional, saúde ambiental, cultura de paz, práticas corporais, saúde mental, álcool e outras drogas, sexualidade, entre outras. Aquelas do Componente III abordam a formação, atualização e capacitação dos profissionais da saúde e da educação para desempenhar as atividades no ambiente escolar.

O PSE, através das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, contribui para integralidade na formação dos educandos, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos estudantes, para que estes possam desenvolver autonomia quanto à saúde (LIMA; LOBO, 2017).

Assim, desde 2007 que a Estratégia Saúde da Família (ESF), através do Decreto nº 6.286, é responsável por exercer a promoção da saúde na escola, avaliando as condições de saúde dos educandos, de acordo com as necessidades locais de saúde identificadas (BRASIL, 2008a). Desta forma, profissionais de saúde contribuem para efetivação da promoção em saúde nas escolas, sendo o enfermeiro o profissional habilitado e com competência para executar as atividades referente ao programa.

As atividades do enfermeiro envolvem ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, realizando ações de atenção à saúde, conforme a necessidade dos indivíduos e das famílias vinculadas às ESF. Ainda, presta cuidado no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida, bem como ações de educação em saúde à população adscrita, conforme planejamento da equipe e utilizando abordagens adequadas às necessidades deste público (BRASIL, 2017).

Saúde e educação estão envolvidas por se tratar das condições de vida para beneficiar o processo ensino-aprendizagem dos educandos. Esta intersetorialidade constitui caminho importante para favorecer a qualidade de vida e aprendizagem destes. No entanto, as práticas pedagógicas relacionadas a essa

interação representam desafio frente às demandas que as escolas enfrentam (CARVALHO, 2015).

Algumas das demandas vivenciadas nas práticas pedagógicas envolvem os temas acessibilidade e inclusão da Pessoas com Deficiência (PcD) que vêm recebendo mais atenção da sociedade brasileira nos últimos anos, tendo em vista o aumento de crianças e adolescentes com limitações na educação.

Para tanto, leis, normas, decretos que conferem direitos específicos a essa clientela foram criados para que as PcD sejam incluídas no âmbito educacional, social e na saúde, podendo exercer melhor as atividades diárias.

Assim como a saúde, a educação também é um dos principais direitos da pessoa com deficiência. No entanto, essa temática nas instituições de ensino emerge junto a diversos questionamentos sobre como está a qualidade e abrangência do ensino das PcD, pois estas deparam-se com várias dificuldades para utilizar os serviços educacionais disponíveis. Neste cenário, a acessibilidade e inclusão merecem atenção dos profissionais.

O compromisso em melhorar a qualidade de vida dessas pessoas tornou o conceito de acessibilidade mais presente nos dias atuais, e em relação à educação, a preocupação passa a ser ainda maior, visto que as orientações indicam que todos devem ter acesso à informação e ao conhecimento, sem obstáculos que impeçam a participação de pessoas com deficiência em qualquer atividade escolar (OLIVEIRA; MILL, 2016).

Segundo os autores supracitados, a palavra acessibilidade é definida como “qualidade de acesso”, seja relacionada ao meio social, tecnológico, *internet*, pessoas com deficiência, idosos. A acessibilidade é um processo dinâmico, associado não apenas ao desenvolvimento tecnológico, como principalmente ao desenvolvimento da sociedade e apresenta-se em estágios distintos, variando de uma sociedade para outra, conforme a atenção dispensada à diversidade humana, por essa sociedade, à época.

De acordo com o Decreto Nº 5296/2004, que define normas básicas para promoção de acessibilidade às Pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, acessibilidade é conceituada, no artigo 8º, como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p.24).

Quando as condições de acessibilidade são atendidas, promove-se a autonomia dos sujeitos, como possibilidade de locomover-se nos diversos espaços; participar de atividades, sejam elas relacionadas ao trabalho, pedagógicas e/ou saúde desenvolvidas pelos docentes; ter acesso à informação; envolver-se ativamente da vida em sociedade, estabelecendo relações com as pessoas em seu meio, entre outras (LOPES *et al.*, 2016).

Nesse paradigma, emerge o conceito de Desenho Universal, na perspectiva inclusiva, de maneira a permitir a construção do design e da arquitetura acessíveis, sem necessidade de adaptações pontuais. Desenho Universal representa “[...] concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015a, p. 29).

Em práticas educacionais formais, a aplicação do Desenho Universal considera a diversidade de gênero, etnia, idade, estatura, deficiência, ritmos e estilo de aprendizagem nos projetos de ensino, correlacionando com o termo inclusão, prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura e, principalmente, na atitude e no perceber das coisas de si e do outro (CAMARGO, 2017).

A inclusão envolve processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo e essa reformulação têm por objetivo assegurar que todos os alunos possam ter acesso à gama de oportunidades sociais e educacionais que a escola pode oferecer, impedindo, assim, a segregação e o isolamento (FREITAS; TEIXEIRA; RECH, 2016). Neste contexto, as escolas estão se modificando e encontrando formas de educar com sucesso as PcD, proporcionando educação inclusiva.

A Educação Inclusiva vem propor que todas as pessoas, independente do sexo, cultura, origem socioeconômica, características físicas, condições orgânicas, ou padrão de aprendizagem, estejam no ambiente escolar, em sala comum, se beneficiem de ensino de qualidade, atendendo ao princípio de Educação para Todos (SILVA; CARNEIRO, 2016).

De acordo com o exposto, aplicando o conceito de educação inclusiva ao educando, tem-se relação bilateral de transformação do ambiente educacional e do referido educando, em que a escola gera, mobiliza e direciona as condições para

participação efetiva do educando e esse é considerado parte da relação ativa sobre tal transformação, modificando e sendo modificado por ela (CAMARGO, 2017).

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, dificuldades, sejam extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade, de modo a assegurar o que a Lei exige e, principalmente, garantir o que deve constar nos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas, bem como ser executado, tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida (FREITAS; TEIXEIRA; RECH, 2016).

Compreendem-se barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que impeça ou diminua a participação social da pessoa, bem como o usufruto de direitos à acessibilidade, podendo ser classificadas em: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais, pedagógicas e tecnológicas. Portanto, essas barreiras de inclusão e acessibilidade refletem na limitação da Pessoa com Deficiência em se expressar, movimentar, circular, comunicar e compreender com liberdade e segurança (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA, 2015; BRASIL, 2015a).

Essas barreiras podem impedir a inserção plena e efetiva, em condições iguais, da Pessoa com Deficiência na sociedade. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, pessoa com deficiência é aquela que tem dificuldade por um longo período, de natureza física, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2015b). Para a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (2008b), as necessidades especiais são classificadas em cinco categorias: deficiências motora, visual, auditiva, mental e múltipla, sendo a última a presença de duas ou mais deficiências no mesmo indivíduo.

Para Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência e, destes, duzentos milhões possuem dificuldades ao longo da vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011).

Segundo a OMS, com dados de 2011, um bilhão de pessoas apresenta algum tipo de deficiência, destas, 80% residem nos países em desenvolvimento. Segundo a Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 150 milhões de crianças vivem com algum tipo de deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS

NAÇÕES UNIDAS, 2018). Enfatiza-se que a ausência de estatística voltada para as PcD torna invisível o real quantitativo de pessoas com algum tipo de deficiência.

Nos países africanos, cerca de 84 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência. No Brasil, mediante o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 46 milhões de habitantes, sendo que cerca de 24% da população declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (intelectual ou mental, motora, visual e auditiva).

Com esses dados epidemiológicos, considera-se o aumento de alunos com deficiência ingressando no ensino de nível básico. De acordo com o censo escolar – INEP do Ministério da Educação (2017), entre 2010 e 2016, houve aumento de 65% dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação incluídos em classes comuns da educação básica e queda de 20% em classes especiais. Conseqüentemente, torna-se crescente o número de alunos com deficiência que ingressam no nível superior de ensino em busca de formação profissional e oportunidades iguais aos demais alunos não declarados deficientes (LIMA; COSTA, 2014).

Em virtude desse crescimento, faz-se necessária capacitação dos profissionais envolvidos na educação dessa clientela, que possui como objetivo atender à diversidade dos discentes, principalmente, aqueles que estiveram historicamente excluídos do espaço escolar.

Essa inclusão implica não apenas acesso das pessoas com deficiência aos espaços, como também terem as necessidades, incluindo a pedagógica, atendidas de maneira que consigam permanecer nas instituições e terem trajetória de aprendizado satisfatória.

Para tanto, com o aumento de alunos com deficiência nas escolas, muitos professores não se sentem preparados no aspecto pedagógico, para atender às especificidades destes, tendo em vista a ausência de informação sobre os tipos de deficiências e síndromes, conhecimento acerca da legislação sobre PcD, acessibilidade e, ainda, capacitação profissional, o que pode acarretar entraves para o desenvolvimento de trabalho acadêmico de qualidade na escola que se diz para todos (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Para que os profissionais da educação possam desenvolver estratégias de ensino e ambiente favorável para as PcD, é preciso um conjunto de ações que estão envolvidas diretamente com a gestão, professores e demais profissionais

envolvidos; Secretarias de Educação e comunidade escolar. Assim, a gestão desempenha papel fundamental na capacitação dos profissionais, a fim de proporcionar educação inclusiva. Esta inclui promover e/ou possibilitar a participação destes profissionais em cursos de formação, atualização das leis referentes às PcD, métodos inovadores para melhor didática, entre outros, permitindo a ampliação de conhecimento e informação (FREITAS; TEIXEIRA; RECH, 2016).

Embora se tenham muitas leis, decretos e políticas públicas para PcD, ainda existem algumas problemáticas que engessam a organização de estratégias para esse grupo social, como identificar atitudes que não proporcionam a inclusão do aluno na escola, o domínio metodológico limitado do professor, a ausência da articulação entre gestores e profissionais, além da resistência em trabalhar com a diversidade (GIVIGI *et al.*, 2016).

É fundamental pensar em estratégias que efetivem a permanência e participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, dado que apesar de ter muitas recomendações nos documentos legais referentes à Educação Especial/Inclusão Escolar, o professor na prática se vê cercado de incertezas, o que, muitas vezes, impede-o de adotar metodologia/didática diferenciada para o empoderamento do aluno com deficiência no aprendizado acadêmico (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Para que os professores possam desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, estes necessitam de curso de formação continuada na área, a fim de suprir formação pedagógica que não os preparou para atender às particularidades dos alunos (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Para realização dessa formação continuada, a utilização de tecnologia educativa válida favorece o processo de capacitação. Desta forma, contribui para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e da melhoria do serviço prestado.

O termo tecnologia deriva do grego *téchne*, arte, habilidade ou saber fazer e *logos*, razão. Portanto, significa razão do saber fazer. Na Grécia Antiga, o termo *téchne* também significava fabricar, construir, produzir ou fazer; e para Homero, tecnologia pode ser compreendida como habilidade em geral, o método, maneira, o modo de fazer (DANTAS; SANTOS; TOURINHO, 2016).

Essa tecnologia, também, pode ser classificada como: leve, leve-dura, dura. As tecnologias leves referem-se àquelas das relações; a leve-dura está

relacionada com os saberes estruturados, normas, protocolos e conhecimentos; a dura é caracterizada pelo uso de equipamentos (MERHY, 2002).

Como exemplo de tecnologia leve-dura, têm-se as tecnologias educativas que podem contribuir, de forma diferente, para capacitar profissionais acerca da temática acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência (PcD), visando à integração de saberes a favor de efetivas ações transformadoras das práticas excludentes de nossa sociedade em relação às pessoas com deficiência (RODRIGUES; ALVES, 2013).

O uso das Tecnologias Educativas (TE) impressas é alternativa viável para informação e sensibilização da população, podendo abrir novos caminhos para construção compartilhada de conhecimentos, além de permitir à clientela em estudo leitura posterior, que reforça orientações verbais, servindo como guia em casos de dúvidas e auxiliando as tomadas de decisão cotidianas (BENEVIDES *et al.*, 2016).

Diversas TE demonstram ser adequadas para conduzir o processo de educação e a mudança de conduta, como palestras, atividades grupais, cartazes, vídeos, folhetos, manuais, álbuns seriados, entre outros (TELES *et al.*, 2014).

Dentre as tecnologias educativas supracitadas, destaca-se a utilização de manuais. Com base nas definições de Mehry (2002), os manuais educativos podem ser classificados como tecnologia leve-dura, pois envolvem a estruturação de saberes operacionalizados nos trabalhos em educação. Os manuais auxiliam na memorização de conteúdos e contribuem para o direcionamento das atividades e educação.

O manual é considerado meio de comunicação eficaz para educação, pois não favorece o simples lançar de informações, mas, também, durante a exposição educativa, pode proporcionar a troca de conhecimento. A tecnologia contribui para substituir modelos ancorados em práticas de comunicação unidirecional e dogmáticas, focalizadas apenas na transmissão de informações (COSTA *et al.*, 2013).

Para os autores acima, o uso de manual pode direcionar, padronizar e dinamizar as ações e orientações de atividade educativa, por utilizarem ilustrações, linguagem clara e compreensível para todas as camadas sociais, contendo orientações significativas sobre o tema, sendo atrativos, objetivos e não muito extensos.

Alguns estudos utilizaram manuais educativos para educação em saúde da população, como manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço submetidos à radioterapia (CRUZ *et al.*, 2016), para promoção do aleitamento materno (COSTA *et al.*, 2013), para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto (TELES *et al.*, 2014), entre outros. Estes manuais têm papel importante enquanto estratégia de suporte para atividades de projetos educacionais, tendo em vista que ajudam o indivíduo a compreender as informações que lhes são transmitidas, além de funcionarem como recurso prontamente disponível para clientela em estudo.

Sabe-se que a ausência ou déficit de conhecimento, dificuldade de memorização e vulnerabilidade da clientela são alguns dos fatores que justificam o desenvolvimento de manuais. Neste sentido, os manuais que dinamizem as atividades educativas (individuais ou grupais) tornam-se relevantes e necessárias (TELES *et al.*, 2014).

Na região do Maciço de Baturité, em específico nas cidades de Redenção e Acarape, onde se localizam três campi universitários da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), há número relevante de Pessoas com Deficiência. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Redenção possui 11.508 PcD e Acarape 4.305 PcD. Isso pode refletir no quantitativo de alunos nas escolas do ensino básico, devendo os professores estarem preparados para receber estes alunos.

Ao partir desse pressuposto, observa-se a necessidade de construir e validar manual educativo para professores do ensino básico referente à acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência, como forma de capacitar esses profissionais para exercerem educação inclusiva.

Outro fator relevante para construção dessa tecnologia educativa é a formação de alunos licenciados pela universidade supracitada no tocante à validação, posterior, do manual para outros países lusófonos, adequando ao português e à cultura do respectivo país.

Além da construção de material educativo, este estudo visou validar este material quanto à aparência e conteúdo. Esta validação de tecnologia se faz necessária, pois é uma forma de fundamentar cientificamente o conteúdo a ser abordado, favorecendo o conhecimento e assimilação, logo validar consiste na revisão da literatura e opinião de peritos no assunto (GALDINO, 2014).

Ao analisar os materiais educativos disponibilizados no meio eletrônico, em livrarias e escolas, não foi identificado, pontualmente, estudos que mencionassem tecnologia educativa impressa, do tipo manual, que abordassem a temática acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência voltada para professores do ensino básico. Assim, elaborou-se o material educativo “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, para facilitar o processo ensino-aprendizagem sobre a referida temática, além de tornar a tecnologia acessível aos professores do ensino básico.

Quanto à escolha do tema, para o manual educativo, surgiu mediante pesquisa de campo, em que foi realizado diagnóstico situacional quanto ao nível de conhecimento dos professores, do ensino básico, sobre acessibilidade, inclusão e PcD, e percebeu-se pouco conhecimento dos mesmos sobre a temática. Logo, surgiu a necessidade de construir e validar tecnologia impressa, do tipo manual, para proporcionar a expansão do conhecimento.

Estudos defendem que para elaboração dos materiais educativos, é necessário seguir rigor metodológico, bem como desenvolver pesquisa a partir de necessidades da população em estudo, através de pesquisas diagnósticas, proporcionando contribuições importantes para aperfeiçoamento e qualidade do material educativo construído (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Desse modo, a construção da tecnologia educativa foi baseada na revisão de literatura, como também pelo conhecimento específico de um grupo de juízes com expertise na área de PcD, acessibilidade, inclusão e validação de tecnologia. Essa avaliação foi de suma importância, pois os juízes contribuíram com a elaboração do material educativo, através de informações pertinentes para as necessidades reais do público-alvo, corroborando para ampliação do conhecimento deste (GENTIL *et al.*, 2017).

Os manuais educativos constituem ferramentas de obtenção de informações que aprimoram o conhecimento e servem como autoajuda em casos de dúvidas acerca da temática abordada. Logo, o déficit de conhecimento e memorização são aspectos que direcionam para necessidade em produzir tecnologias educativas, pois estas tornam o ensinamento mais dinâmico e auxiliam no processo de busca pelo conhecimento ora esquecido (TELES *et al.*, 2014).

Para o processo de decodificação de informações e memorização do conteúdo, têm-se as tecnologias educativas impressas que facilitam o processo de

ensino-aprendizagem, permitindo que o leitor supere as dificuldades de compreensão, assimilação do conteúdo (GENTIL *et al.*, 2017).

Logo, para desenvolver e atingir o objetivo das tecnologias educativas impressas, é necessário testar esses materiais para conhecer eficácia e credibilidade. Para tanto, essas tecnologias precisam ser submetidas a um processo de validação, seguindo alguns pré-requisitos metodológicos de seleção, conteúdo e linguagem para garantir a qualidade das informações presentes no manual educativo e, potencializar, a credibilidade no uso desses junto ao público-alvo (ECHER, 2005).

Destaca-se que muitas tecnologias impressas do tipo folder, cartaz, cartilha, manual, apostilas, nem sempre são inseridos em processo de validação, pois acredita-se que os profissionais desconheçam o processo metodológico para validação de materiais educativos e isso acaba atingindo diretamente o público-alvo, distribuindo materiais sem testagem e validação (MOREIRA *et al.*, 2014). Nesse interim, é fundamental possibilitar tecnologia educacional validada para qualquer público-alvo, mediante a especificidade de cada pesquisa.

Outro aspecto que dificulta o processo de validação é o fato que todo processo metodológico para validar tecnologias educativas envolve a participação e inclusão de pessoas com conhecimento específico na área de construção do construto, como também pessoas para avaliarem a forma/apresentação da tecnologia, o que dificulta o processo (MOREIRA *et al.*, 2014).

Diante de tais considerações, a tecnologia educativa na modalidade de manual, cientificamente fundamentada e validada, proporcionará diferencial na prática dos professores de ensino básico, pois possibilitará a utilização de material educativo confiável, que trará contribuições para o manejo educacional e educativo do professor de acordo à acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência. Com isso, espera-se que o uso da tecnologia educativa se torne recurso facilitador para assimilação dos conhecimentos.

Acredita-se que o manual estimulará os sujeitos a refletirem quanto ao conhecimento e prática associada à acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência. Desta maneira, o presente estudo contribuirá para que assumam o papel de sujeitos ativos na construção e consolidação de metodologias/didáticas aplicáveis a PcD, sendo possível contribuir no processo de ensino-aprendizado de alunos com deficiência.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

Construir e validar manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

- ✓ Validar o conteúdo e a aparência do manual junto aos juízes de conteúdo e aparência.

### **3 REVISÃO DA LITERATURA**

Foi realizada revisão bibliográfica em busca de trabalhos publicados como forma de embasamento teórico para o referido estudo. Assim, pesquisou-se em artigos, livros, teses, sites, leis, decretos envolvendo a temática, acessibilidade, PcD e inclusão.

Com isso, a presente revisão da literatura é composta por três capítulos: Pessoa com Deficiência; Acessibilidade e inclusão da Pessoa com Deficiência; Enfermagem e o uso de tecnologia impressa na saúde.

#### **3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

##### **3.1.1 Perspectiva Histórica e Cultural**

No mundo, na antiguidade, era pré-cristã, a Pessoa com Deficiência (PcD) era abandonada, perseguida ou mesmo eliminada devido à “inutilidade funcional”, como também por ser considerada manifestação do demônio ou de castigo divino. Para sociedade, da época, essa ação era considerada normal e somente depois de algum tempo, na era cristã, o tratamento dado a essa clientela variava entre caridade e castigo (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015).

As PcD estão inseridas em contexto histórico, social e político, o que configura maneira peculiar para atender às necessidades dessa clientela. Portanto, é necessário conhecer a terminologia de Pessoa com Deficiência para compreender os anseios de uma população que, por anos, foi estigmatizada.

O termo deficiência tem evoluído bastante desde a década de 1960, quando iniciou a formulação do conceito. É considerado como “estreita relação existente entre as limitações que experimentam as pessoas com deficiência, a concepção e a estrutura do meio ambiente e a atitude da população em geral com relação à questão” (BRASIL, 1996, p. 12).

Essa definição inicial foi estabelecida pela Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1996, depois de ser elaborado por um grupo de especialistas e aprovado pela Organização das Nações Unidas, em 1982, quando publicado no documento Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência.

Desde, então, houve algumas mudanças no conceito e, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (1989), o termo deficiência é definido “como

toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”. Em 2001, com o Decreto nº 3.956, o termo deficiência passou a representar “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Em 2003, mediante a Classificação Internacional de Funcionalidade, o conceito de deficiência passou a ser compreendido como parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indica de fato a presença de uma doença ou mesmo que o indivíduo seja considerado doente. No entanto, com a Norma Brasileira Técnica 9050 de 2004, o termo deficiência passou a ser conceituado como “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente”.

Com a elaboração da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2008b), o termo deficiência envolve toda perda ou anormalidade de uma estrutura e/ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Observa-se que o conceito de deficiência tem evoluído bastante desde quando iniciou a formulação até o século XXI. Atualmente, o termo Pessoa com Deficiência também apresentou modificações.

Desde o princípio da existência humana e por séculos, a terminologia utilizada para clientela em estudo era “inválido”, pois para a sociedade da época esse público representava indivíduo sem valor, o que o tornava socialmente inútil (SASSAKI, 2005).

Nos anos de 1920 a 1960, a PcD era chamada de “incapacitado” que representava, nesse período, indivíduo que não era capaz de pensar e/ou de fazer alguma coisa devido à deficiência que apresentava. Logo em seguida, passou a ser considerado pessoa com capacidade residual, em que a deficiência eliminava ou reduzia a capacidade da mesma em todos os aspectos (SASSAKI, 2005).

Nos anos de 1960-1980, utilizava-se a expressão “defeituoso”, caracterizando indivíduo com alguma deformidade e, em seguida, “excepcional”, atribuído à pessoa com deficiência intelectual. Posteriormente, veio a terminologia “deficiente”, caracterizando um indivíduo com algum tipo de deficiência, seja físico,

visual, auditivo ou múltipla, que realiza as funções básicas como as outras pessoas e com isso a sociedade passou a aceitar essa clientela (SASSAKI, 2005).

Em 1981, a Organização das Nações Unidas deu esse ano como “Internacional das Pessoas Deficientes”, o que configurou a expressão “pessoas deficientes”. A partir de 1988 até 1993, passou a utilizar o termo pessoas portadoras de deficiência, com isso a deficiência passou a ser um detalhe da pessoa, diminuindo, assim, o estigma da deficiência e a desvantagem dessa clientela (SASSAKI, 2005).

Posteriormente, até 2007, o indivíduo com alguma deficiência passou a receber as seguintes expressões: pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais, pessoas especiais e portadores de direitos especiais. Atualmente, com a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2007, a expressão utilizada até os dias de hoje é “Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2008b).

Diante dessa Convenção e do contexto temporal sobre o conceito de deficiência e da expressão utilizada para as PcD, percebe-se que deficiência resulta da *interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2007)*. Logo, nota-se que a pessoa não “porta” uma deficiência, esta é própria e isso *está diretamente associada às barreiras impostas pela sociedade*.

Por muitos anos, as PcD foram estigmatizadas devido à deficiência ser considerada algo das forças do mal, sendo excluídas da sociedade. Então, historicamente, essas pessoas sofreram trajetória para garantir o direito de acesso e permanência no sistema educacional, compreendendo os períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão.

Antes de 1960, compreendia-se o período de exclusão, a PcD ficava à margem dos grupos sociais, pois não tinha importância enquanto ser humano, conseqüentemente, sem acesso ao sistema educacional. Então, nesse período, não havia crianças, jovens ou adultos com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, pois essas pessoas não eram consideradas pertencentes à sociedade, isto é, eram abandonadas, escondidas ou até mortas (MACEDO *et al.*, 2014).

Até os anos de 1960, a PcD era impedida de frequentar as instituições de ensino regular devido aos estigmas da época, logo, o atendimento destinado ao

aluno deficiente era restrito às instituições especializadas, caracterizando o período de segregação. Nessas instituições, o intuito era assistir e não educar essa clientela, prevalecendo a ideia de que as Pessoas com Deficiência não conseguiam e não tinham capacidade para avançar no processo educacional (REIS, 2013).

Com a intenção de romper este paradigma de segregação e adotar as ideias de normalização, foi criado o conceito de integração, referente à necessidade de modificar a pessoa com deficiência - e não a sociedade - de forma que esta pudesse assemelhar-se, o máximo possível, aos demais, para ser inserida e integrada no convívio social (DUARTE *et al.*, 2013).

Nos anos de 1970, as instituições de ensino regular passaram a receber as pessoas com deficiência. No entanto, estas não proporcionavam ao aluno com deficiência possibilidades de ampliar os conhecimentos e nem de aprimorar suas capacidades, caracterizando o período da integração. Então, pressupõe-se que todas as pessoas com deficiência tinham o direito à educação e de ter acesso ao sistema educacional, com as mesmas oportunidades de aprendizagem que as pessoas ditas normais. No entanto, as pessoas com deficiência deveriam tentar se tornar o mais normal possível para continuar no âmbito educacional da época (REIS, 2013).

Somente com a definição do conceito de inclusão, na década de 1980, é que a Educação Especial passou a ser vista com respeito às diferenças, à diversidade e às habilidades. Com essa perspectiva, a educação passa a ser inclusiva e desenvolvida com olhar humanístico, prevalecendo a igualdade de oportunidades (REIS, 2013).

Diante de todo esse processo histórico, as PcD, no período de exclusão, eram consideradas inválidas; no período da segregação, abrigadas em grandes instituições; no período de integração, havia adaptação da pessoa ao meio; já a inclusão propõe que família e sociedade se adaptem às necessidades das pessoas (PAGLIUCA *et al.*, 2015).

Para compreender a relação existente entre as expressões, antigamente utilizada, e a deficiência, é necessário assimilar a classificação de deficiência e seu conceito. Para isso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2008b) estabelece a classificação de deficiência envolvendo deficiências física/motora, visual, auditiva, mental e múltipla, sendo a última a presença de duas

ou mais deficiências no mesmo indivíduo. A seguir, cada tipo de deficiência será conceituado de acordo com a política supracitada.

A Deficiência física/motora representa alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência visual é subdividida que envolve baixa visão e cegueira. A cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica e a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Deficiência auditiva envolve a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Deficiência mental/intelectual é representada pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

E, por fim, a Deficiência múltipla que se configura a associação de duas ou mais deficiências conceituadas anteriormente.

### **3.1.2 Cenário dos Países Lusófonos**

Em 1996, na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, foi estabelecida a integração desses países, originando a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), compreendendo os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Este último, integrou essa composição logo após a independência, no ano de 2002 (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2013).

Em 2008, houve o I Encontro internacional de países lusófonos, devido à divulgação e implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoa

com Deficiência, nesse encontro, os representantes dos países lusófonos comentaram acerca das PcD. Segue, abaixo, o comentário dos representantes de cada país lusófono que esteve presente nesse encontro (AME, 2008).

O Brasil, apresentou o índice de PcD através do Censo de 2000, representando 14,5% da população e, 70% desta vive abaixo da linha da pobreza, tem baixa escolaridade e com dificuldades de inclusão no sistema de educação. Reconhece que as escolas precisam de capacitação dos professores e da adaptação do ambiente, além de condições de transporte acessível, para que seja possível o aluno chegar à escola. Norma de acessibilidade existe, no Brasil, porém, não é perceptível a aplicação nas instituições públicas e privadas.

O representante de Angola comentou que esse país é um dos países do mundo com maior número de PcD, devido à má nutrição, fraca assistência médica e também à guerra, apresentando 170 mil pessoas com deficiência no país, dos quais 104 mil são vítimas de guerra, estas recebem pensão por ter participado da independência e defesa da pátria. Aponta-se que Angola não assinou e não ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoa com Deficiência.

Angola foi colonizada por portugueses durante 493 anos (1482-1975), tendo conquistado a Independência Nacional no dia 11 de novembro de 1975. E, de acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2014, o país possui 656.258 PcD, divididos em 89.186 deficientes mentais, 58.921 cego, 35.664 surdos, 30.436 mudos, 85.465 paráliticos, 52.808 pessoas com membro superior amputado e 73.939 com membro inferior amputado (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2014).

Quatro anos depois da Independência de Angola, em 1979, foi implementado a Educação Especial, pelo Decreto nº 56/79 de outubro, data a partir da qual se criaram as condições mínimas indispensáveis, permitindo colocar em funcionamento as escolas de Educação Especial, cuja meta é educar a população com Necessidades Educativas Especiais, tendo em vista que o sistema educativo colonial não contemplava o atendimento escolar das pessoas com deficiência, segregando-as (PADRE, 2016).

Em 1994, Angola participou e assinou a Declaração de Salamanca adaptada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em que se discutiram o tipo de atendimento escolar prestado às pessoas com necessidades educativas especiais. Assim, desde, então, houve interesse em

desenvolver e implementar estratégias voltadas para educação mais inclusiva (PADRE, 2016).

O Governo angolano aprovou em 2001 a Estratégia para Melhoria do Sistema da Educação, a Lei de Bases do Sistema da Educação e o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. Só em 2002, que Angola ampliou e aperfeiçoou as áreas de atendimento, por todo o país, devido à visão universal da integração escolar e sociedade inclusiva (INSTITUTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006).

Em 2003, criou-se o Instituto Nacional para a Educação Especial guiado por instrumentos de orientação estratégica do Governo voltado para Educação, pelo período de 2001 – 2015, definindo sobre a estabilização, consolidação e expansão das modalidades de ensino (INSTITUTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006).

Para contribuir com essa orientação estratégia, o país aprovou algumas leis, como a Política para a Pessoa com Deficiência, criada no dia 30 de junho de 2011; a Lei da Pessoa com Deficiência criada, no dia 30 de junho de 2012 e a Política Nacional de Educação Especial Orientada para Inclusão Educacional, criada em maio de 2015 (PADRE, 2016).

Essa última Lei estabeleceu que as escolas especiais passem a atuar como Núcleos de Apoio à Inclusão, objetivando apoiar as escolas, por meio de formação continuada, formação em serviço, produção de materiais e ensino de meios e modos de comunicação. Assim, os alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades são matriculados nas escolas comuns, exercendo o direito à educação em convívio com as demais crianças e adolescentes (PADRE, 2016).

Em julho de 2016, criou-se a Lei das Acessibilidades, com intuito de estabelecer critérios de acessibilidade para as PcD ou mobilidade condicionada, proporcionando condições de igualdade, eliminando barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, instrumentais e metodológicas. Permitindo, assim, o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade e criando condições para o exercício efetivo de uma sociedade inclusiva. Nesse mesmo ano, a Lei de 2001, Bases Gerais do Sistema e Ensino foi revogada pela Lei nº17, de 07 de outubro de 2016, para reestruturação educacional (ANGOLA, 2016).

Em outro país africano, Cabo Verde, colonizado por Portugal até 1975, o Censo 2000 estabeleceu quantidade de 450.000 habitantes, destes, 13.948 representa a PcD, caracterizada por 3,2% de pessoas com pelo menos alguma incapacidade de andar, ouvir ou enxergar; deficientes mentais; paraplégicos; ausência de membro ou parte dele (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2000).

Ao se tratar de estratégia para tornar a educação inclusiva, Cabo Verde, adotou, em 1991, o Plano Nacional de Educação para Todos e o Plano Estratégico da Educação, objetivando a formação específica dos professores quanto à deficiência apresentada por alunos, assim como esclareceu as possíveis adaptações para escola se tornar inclusiva e equipada para receber alunos com deficiência (FERNANDES, 2011).

Em fevereiro de 2011 que o referido país ratificou a Convenção sobre os Direitos das PCD, assumindo, a partir de então, o compromisso de promover a qualidade de vida das mesmas e de estimular a inclusão social. Nesse mesmo ano, houve a criação do Decreto-Lei, de 28 de fevereiro de 2011, referente às Normas Técnicas para Melhoria da Acessibilidade, garantindo com segurança e autonomia, à PcD ou mobilidade reduzida, acessibilidade nos espaços público, mobiliário, equipamentos urbanos e transportes públicos (FERNANDES, 2011).

Em Guiné-Bissau, o representante comentou que existem associações, com objetivo de sensibilizar as pessoas com todo tipo de deficiência e, em 2003, foram inauguradas escolas voltadas aos cegos e às pessoas com deficiência auditiva, criando a língua de sinais de Guiné-Bissau, mediante as línguas de sinais inglesa e francesa e introduzindo o sistema Braille no país.

O país Guine-Bissau utilizou material do Instituto Nacional de Estatística mediante o Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação (2009). A seguir, as informações quanto ao quantitativo, tipos, idade e escolaridade das PcD que residem nesse país será exposto.

Em Guiné-Bissau, possui 1.449.230 habitantes, destes, 13.590 apresentam algum tipo de deficiência com 53,9% do sexo masculino e 46,1% do sexo feminino. Quanto aos tipos de deficiência, a cegueira parcial e os membros inferiores representam as deficiências com maior prevalência na população, com 29% e 26,1%, respectivamente. Ainda foram estabelecidos outros tipos de

deficiência, como cego total (3,5%), mudo (6,0%), surdo-mudo (6,5%), doente mental (6,7%), membros superiores (7,3%), paralisia total (4,8%), outro (10%).

Quanto à idade, as PcD com menos de 10 anos representam 6,6%, entre 10 e 64 anos 77%, e 16,4% representa a população acima de 65 anos. A população entre 20 e 49 anos representa 60,4% da população total com deficiência.

Quanto à escolarização, cerca de 57,4% da população com deficiência em idade escolar se encontram distantes do sistema de ensino, destes, 71,8% são mulheres com deficiência, são as mais desfavorecidas, pois elas representam cerca de 71,8% da população com deficiência que jamais frequentaram estabelecimento de ensino.

Das PcD distantes do sistema educacional, 57,4% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino com idade acima de seis anos, 29,5% chegou a frequentar e, apenas 10,3% encontra-se frequentando o ambiente escolar.

Após analisar os dados, conclui-se que em Guiné-Bissau, a população com algum tipo de deficiência apresenta nível instrucional abaixo do desejado. Entretanto, em setembro de 2014, o país ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência e espera-se com essa atitude que o governo inicie possíveis estratégias: leis, normas, decretos voltados para os direitos das PcD em todos os âmbitos.

Assim como estabelece possíveis estratégias para eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, instrumentais e metodológicas, beneficiando a PcD em todos as esferas, contribuindo, assim, para autonomia das mesmas. E, em seguida, implementar planos estratégicos para promover a educação inclusiva.

Moçambique estima que entre 6% e 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, pois o país passou por duas guerras e deixou cerca de 23 milhões de Pessoa com Deficiência. A educação inclusiva é uma realidade, apesar de existir algumas escolas que separam os alunos ditos normais dos alunos com deficiência, contudo os professores recebiam algum tipo de formação para atender aos alunos com deficiência.

Em Moçambique, existem 23.700.715 habitantes, em 2012, e cerca de 475.011 são PcD, e quanto aos tipos de deficiência, encontram-se pernas amputadas (20,7%), surdez (12,7%), cegueira (9,4%), mental (8,5%), braço

amputado (8,2%), paralisia (7,3%) e outras (35,2%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2007).

Quanto à legislação para subsidiar os direitos das PcD, a Política da Pessoa com Deficiência, criada em 23 de junho de 1999, o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas de Serviços e Lugares Públicos a Pessoa com Deficiência Física ou de Mobilidade Condicionada, em 30 de dezembro de 2008. E, quanto às estratégias implementadas para preservar a autonomia das PcD, Moçambique ratificou 2010 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (MOÇAMBIQUE, 2012).

Em Timor-Leste, foi estimada, para 2010, população de 160.000 habitantes sendo pelo menos 48.243 PcD. De acordo com o Censo de 2010, existem cerca de 13.308 pessoas com deficiência mental, 29.488 com deficiência visual e 17.672 com deficiência auditiva (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010).

Timor-Leste não ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, porém iniciou algumas ações para assegurar os direitos, como a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 2003, a Estratégia para a Educação e Formação (2007-2017) e o Plano de Ação do domínio Educação Básica, que visam estabelecer e implementar estratégias referentes à formação de professores, à produção de legislação para regulamentação da educação especial, à criação de estruturas para educação especial e à promoção de seminários (UNHR, 2012).

Em Portugal, no ano de 2008, o governo criou escolas voltadas para alunos com deficiência, e unidades de apoio para alguns tipos de deficiência. E, para tanto, existe Lei que garante acessibilidade arquitetônica, porém não é cumprida.

Em Portugal, em 2013, tinha população residente de 10.457.295 pessoas, sendo 636.059 consideradas como pessoas com deficiência, 84.172 apresentando deficiência auditiva, 163.569 visual, 156.246 motora, 70.994 mental, 15.009 paralisia cerebral e 146.069 apresentando outro tipo de deficiência (MARTINS, 2017).

Em 1986, Portugal elaborou a Lei de Bases do Sistema Educativo e, em 2009, ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com intuito de desenvolver promoção, proteção e garantia de condições de vida para PcD (MARTINS, 2017).

São Tomé e Príncipe possui 150 mil habitantes e, de acordo com dados de 2001, 4.414 possuem deficiência e enfrentam obstáculos, como ausência de condições que permitam integração no processo de estudo e formação profissional, comprometimento em habitação e na adaptação de infraestrutura, desemprego generalizado e empregos precários e mal remunerados.

De acordo com o exposto, nota-se que antes da conferência sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, esses indivíduos representavam e/ou representam um grupo vulnerável, sem direitos, esquecidos. A seguir, serão expostas algumas conquistas das PcD referente à criação e implementação de leis, decretos, relacionadas à educação destas.

Após exposição textual, acredita-se que grande parte das pessoas com deficiência vive em níveis de pobreza, com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, educação, e outros a eles relacionados são bastantes escassos ou mesmo ausentes, o que faz com que se encontrem no grupo dos mais pobres e vulneráveis.

A carência de condições das escolas regulares para assumir a responsabilidade da educação e escolarização destes alunos; a escassez de formação dos professores do ensino regular para trabalhar com estes alunos de forma diferenciada. Portanto, é necessário que cada país disponibilize meios de acesso para PcD em vários âmbitos.

É sabido que a escassez na área da deficiência depara com carência de recursos humanos capacitados, financeiros e materiais para implementar possíveis as ações estabelecidas no Plano Estratégico de cada país.

### **3.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A despeito da existência de legislação sobre acessibilidade e inclusão, ainda se percebe o despreparo de instituições educacionais para ingresso, permanência e participação da PcD nesse ambiente. Portanto, alguns fatores culturais, políticos e sociais dificultam a admissão e a permanência do aluno com deficiência na escola, o que nega o direito de acesso à educação (DUARTE *et al.*, 2013).

Foram criadas declarações que abordam aspectos que fundamentam a acessibilidade nos diversos tipos de ambiente, incluindo o acesso de estudantes com algum tipo de deficiência, como: Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca e a Lei nº 10.098, entre outras.

No Brasil, o tema acessibilidade começou a ser tratado na Emenda Constitucional nº12, de 17 de outubro de 1978 e, historicamente, o termo se restringia à remoção de barreiras arquitetônicas e adaptações de logradouros para PcD física e locomotora, corroborando com o conceito presente na Norma Brasileira Técnica 9050 (2004, p.2), cujo termo acessibilidade representa a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Com a leitura e interpretação do conceito de acessibilidade, até aqui revisado, observa-se que o mesmo continua tratando apenas da eliminação de barreiras físicas presentes exclusivamente no ambiente. Por isso, no mesmo ano, promulgou o Decreto Federal 5.296 de 2004, abordando definição mais ampla do termo acessibilidade,

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p.24.).

Atualmente, a norma foi revisada e substituída pela Norma Brasileira Técnica 9050 de 2015, que apresenta definição mais complexa de acessibilidade, compreende:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.2).

Acessibilidade representa um direito que garante à PcD ou mobilidade reduzida viver de forma independente, exercendo direitos de cidadania e participação social (BRASIL, 2015). Logo, o termo acessibilidade recebe conceito que amplia a área de abrangência, favorecendo esta clientela nos diversos campos de atuação, inclusive em instituições de ensino e saúde, no tocante à inclusão.

Na atualidade, o conceito de acessibilidade apresenta indicativos para remoção de barreiras – obstáculos – que dificultem a participação de PcD e/ou

mobilidade reduzida nos mais diversos contextos sociais (CIANTELLI; LEITE, 2016), o que permite participação e acesso a tudo que contribui para o crescimento do ser humano, incluindo direito à educação, saúde, lazer e ao trabalho (ARAGÃO; PAGLIUCA, 2014).

Essa dificuldade de obstáculos é caracterizada como barreiras, que envolve entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo e o exercício de direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. Essas barreiras são classificadas em barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, na informação, atitudinais e tecnológicas (CIANTELLI; LEITE, 2016).

Mediante a classificação de barreiras e estudos desenvolvidos por Sasaki (2002), pode-se identificar seis dimensões de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica/física, metodológica/pedagógica, programática, comunicacional e instrumental.

Acessibilidade atitudinal compreende a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Esse tipo de acessibilidade pode verificar-se no ambiente escolar, de acordo com a implementação de ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda amplitude. Destaca-se que a acessibilidade atitudinal se relaciona com todos os tipos de acessibilidade, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras (BRASIL, 2015).

Acessibilidade arquitetônica trata da eliminação das barreiras ambientais físicas em residências, edifícios, espaços e equipamentos urbanos. Para representar esse tipo de acessibilidade, os mais comuns são: presença de rampas, banheiros e elevadores adaptados, piso tátil, entre outros (BRASIL, 2015).

Acessibilidade metodológica envolve ausência de barreiras na metodologia e técnica de estudo, como a forma como os professores removem as barreiras pedagógicas, concebendo conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional no processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 2015).

É possível notar a acessibilidade metodológica no ambiente da sala de aula, quando os profissionais da educação promovem diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos viáveis para aprendizagem do aluno com deficiência, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado,

*softwares* ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos (BRANCO; LEITE, 2016).

Acessibilidade programática representa a remoção de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outras). No ambiente escolar, observa-se esse tipo de acessibilidade quando os profissionais da educação promovem processo de sensibilização envolvendo informação, conhecimento, bem como a aplicação dos dispositivos legais e das políticas relacionadas à acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência (BRASIL, 2015).

Acessibilidade comunicacional representa a eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual, respectivamente face a face, língua de sinais, jornal, revista, livro, carta, apostila, textos em braile, uso do computador portátil e acessibilidade digital (BRASIL, 2015).

Quanto às barreiras interpessoais, estas precisam ser eliminadas por caracterizarem pensamentos preconceituosos que frisam as restrições do deficiente e não as habilidades destes. Já as adaptações didático-pedagógicas nos processos de ensino-aprendizagem subsidiarão a prática docente e irão favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, 2013).

Pode-se exemplificar a acessibilidade comunicacional com a presença de um intérprete na sala de aula, mediante a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que trata sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) que representa forma de “comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Quanto à acessibilidade instrumental, esta se apresenta como superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), trabalho (profissional), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva) (BRASIL, 2015).

Contribuindo com essas dimensões de acessibilidade, observa-se na Lei nº 10.048/2000, nº 10.098/2000 e nº 10.436/2002 e no Decreto 5.296/2004 e nº 5.626/2005 que tratam sobre a acessibilidade das PcD ou mobilidade reduzida aos sistemas de transporte público, pontos de paradas, calçadas, terminais, estações e outros equipamentos que compõem as redes de transporte. Logo, para agregar as unidades de ensino, faz-se necessário que seja disponibilizado o transporte coletivo

aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e que consigam utilizar com segurança e autonomia, sem prejuízo para locomoção (BRASIL, 2015).

Para complementar os diversos tipos de acessibilidade, existe a acessibilidade digital que elimina as barreiras de disponibilidade de comunicação, acesso físico, equipamentos, programas, conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. Pode-se encontrar esse tipo de acessibilidade em instituições de ensino, quando possui acervos bibliográficos acessível, assim como recursos e auxílios técnicos para acesso à informação e ao conhecimento (BRASIL, 2015).

A amplitude da acessibilidade implica ação de diversas condições que promovem melhorias em todos os âmbitos da sociedade, em que a PcD possa usufruir dos espaços comuns e para que tenha as mesmas oportunidades que outros membros da sociedade têm, visando não mais discriminá-la em funções das diferenças orgânicas, comportamentais e/ou psicológicas que possa apresentar (BRASIL, 2015).

Corroborando com os tipos de acessibilidade e a prática desta, são necessárias outras práticas para permanência do aluno com deficiência nas escolas, como: provas adaptadas, sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão sub-normal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador; utilização de recursos acessíveis para aprendizagem acadêmica, tempo maior para conclusão dos cursos, entre outros (BRANCO; LEITE, 2016).

De acordo com essa distribuição em dimensões, nota-se que o termo acessibilidade demonstra amplitude no conceito, tendo em vista abordar vários aspectos materiais e tecnológicos, o que contribui para acesso, participação e envolvimento da PcD em diversos âmbitos, incluindo educação.

As instituições de ensino, ao favorecerem condições de acessibilidade, contribuem com os princípios da inclusão educacional, “[...] que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes (BRASIL, 2013, p.4).

No contexto da inclusão educacional, desde a década de 1990, políticas públicas brasileiras relacionadas à educação tratam sobre a construção de escola

que atenda a todos. Com isso, houve ampliação e universalização do acesso à educação, “educação para todos”, atingindo, assim, os alunos com deficiência, o que caracteriza educação inclusiva (REZENDE; LACERDA, 2013).

No mundo contemporâneo, a inclusão deste aluno representa grande desafio, desde o ensino básico até o superior, tanto em instituições públicas e privadas, devido à pouca assistência educacional.

Com isso, a educação inclusiva tem se caracterizado como novo foco de interesse na educação brasileira para o alcance do direito a uma educação de qualidade para todos no Brasil. No entanto, embora a inclusão esteja se tornando um paradigma hegemônico nos dias atuais, os pressupostos, exclusão, segregação e integração, ainda fazem parte do ideário de muitos pais e educadores” e, ainda, de algumas práticas no âmbito educacional (BARDY *et al.*, 2013).

No Brasil, estudos e pesquisas apontam principalmente para condição de estudantes com deficiência em processo de inclusão na educação básica. Para tanto, esse processo é sustentado pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994), abordando aspectos relevantes e necessários no contexto de “educação para todos”, nos níveis de ensino.

Para complementar a essas declarações, a Lei de Diretrizes e Bases (1996) estabelece como critério de inclusiva: garantia de escolas regulares adequadas, professores capacitados, adaptações curriculares, serviços de apoio especializado e classes especiais em caráter transitório. No entanto, as escolas ainda se encontram em longo processo de adaptação que envolve mudanças desde a matriz curricular até modificações estruturais para atingir a inclusão educacional (PIMENTEL; FERNANDES, 2014).

No tocante à inclusão educacional, esta considera que cada criança é diferente, e que precisa criar possibilidades educacionais mediante habilidade e potencialidade de cada aluno com deficiência, não esquecendo de respeitar limitações e potencializando possibilidades (ARRUDA; ALMEIDA, 2014).

O ser humano possui características próprias decorrentes de pensamentos, estrutura física, psicológica, emocional e social. No entanto, a diferença contribui de alguma forma para o próprio aprendizado como para o aprendizado do outro, devido ao poder do diálogo. Com isso, a inclusão propicia que o aprendizado aconteça, devido à necessidade que cada ser humano com sua

diferença possui para compartilhar as dificuldades e a superação dos obstáculos, ocorrendo, assim, a evolução do ser humano (OLIVARES *et al.*, 2016).

Corroborando com o pensamento anterior, o indivíduo somente aprende e se desenvolve se o direito de ter seu potencial explorado estiver contemplado no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, a Constituição da República do Brasil assegura isso no artigo 206, inciso I – “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e no artigo 208, inciso V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).

Observa-se que a educação inclusiva não é apenas inserir o aluno na sala de aula, mas promover adaptações de objetos, materiais, impressos e tempo, para que o mesmo consiga aprender. Para isso, é necessário que os professores estejam envolvidos com a perspectiva inclusiva no ambiente educacional e procure capacitação acerca da temática.

Tratando-se dos professores, na perspectiva inclusiva, é necessário que os mesmos direcionem as práticas pedagógicas considerando as particularidades e necessidades individuais do aluno (BENTO *et al.*, 2015). Portanto, os professores devem ampliar conhecimentos, investir na formação continuada, para aprender e desenvolver as potencialidades dos alunos com algum tipo de deficiência. Por outro lado, urge investir em condições de trabalho, para que a escola consiga realizar a inclusão, o que implica contratação de novos educadores capacitados para o ensino desses alunos (BENTO *et al.*, 2015).

Outro aspecto que contribuiu para formação continuada de professores, visando garantir a educação inclusiva, é a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento perpassa por todas as modalidades de ensino e objetiva identificar as necessidades dos estudantes e com isso elaborar planos de atendimento para qualificar o acesso e a participação efetiva desses estudantes (BARDY *et al.*, 2013).

É relevante que seja oferecido apoio na formação de professores e no desenvolvimento de recursos pedagógicos, a fim de proporcionar autonomia do aluno com deficiência. Dentre estes, têm-se: a Tecnologia Assistiva (TA), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as Salas de Recurso Multifuncionais, bem como as ajudas técnicas disponibilizadas no Portal do MEC que

promovem a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular (BARDY *et al.*, 2013).

Essas tecnologias podem ser utilizadas na prática educacional para favorecer a autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem, são elas: materiais táteis e pranchas de alto-relevo; jogos educativos adaptados; *softwares* educacionais com recursos de acessibilidade; scanner acoplado a um computador; mouses e teclados diferenciados e órteses para digitação (BRANCO; LEITE, 2016).

A TA representa conjunto de recursos e serviços que auxiliam na promoção e ampliação de habilidades de PcD e idosos, tendo em vista apresentarem limitações funcionais, motoras, sensoriais ou mentais e, por isso, esses recursos promovem a independência e a inclusão dessa clientela (SOUSA; JURDI; SILVA, 2015).

Outra tecnologia associada ao processo ensino-aprendizagem é a TIC, que representa os recursos tecnológicos atrelados à capacidade de representar e transmitir informação, como ambientes virtuais, banco de dados, *blog*, ferramentas de programação, sistemas de gestão da aprendizagem, *podcast*, *softwares* de edição de vídeos e *Wiki* (REZENDE *et al.*, 2016).

Associada à TA e TIC, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), através da Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007, estabelece que as salas de recursos multifuncionais representam ambiente organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atender aos alunos com algum tipo de deficiência (BRASIL, 2007b).

A associação das TA, TIC e salas de recursos funcionais proporcionam inclusão eficiente no processo ensino-aprendizagem para professores e alunos com deficiência (SARTORETO; BERSCH, 2014).

É fundamental a atuação do professor, o preparo deste como mediador e o papel da escola, tendo em vista representar o ambiente propício para tal função (PIMENTEL; FERNANDES, 2014). Os professores, com a prática, aprendem a lidar com o aluno com deficiência, porém, não contam com conhecimento teórico que apoie essa prática.

### 3.3 ENFERMAGEM E USO DE TECNOLOGIA IMPRESSA NA SAÚDE

A temática tecnologia, nos últimos anos, está sendo discutida com maior ênfase e implementada em todos os âmbitos profissionais, pois representa aglomerado de conhecimento científico aplicado em cada profissão, tornando-a mais moderna e eficaz.

O termo tecnologia possui como definição etimológica a razão do saber fazer, bem como conjunto de conhecimentos, pressupostos e fazeres relacionados a produtos e materiais, que permitem aos indivíduos pensar, refletir, agir, tornando-os protagonistas do processo de existência (VERASTO *et al.*, 2008).

As tecnologias podem ser classificadas de acordo com conteúdo, natureza ou emprego, como mercadorias (tecnologia de produto) e/ou fazer parte de um processo (tecnologia de processo) que envolve diferentes aspectos, obtendo como resultado um produto, que pode ser um bem durável, uma teoria, um novo modo de fazer algo, caracterizando, assim, a construção do saber material ou não material (CORREA, 1999).

Tecnologia é definido como conjunto de ações, envolvendo instrumentos e equipamentos, práticas e técnicas, métodos, procedimentos, utilizados com conhecimento e saber técnico e científico, através das habilidades e sensibilidade de reconhecer o quê, porquê, para quem e como utilizá-las (ALMEIDA; FÓFANO, 2016).

Na área da saúde, as tecnologias podem ser divididas em três dimensões: as tecnologias leves representadas pela comunicação, acolhimento, vínculo e escuta; as tecnologias leves duras representada pela epidemiologia, clínica e outras com saberes estruturados e as tecnologias duras representadas pelos equipamentos e pelas máquinas, material utilizado no ato de cuidado em saúde (MERHY; ONOCKO, 2007).

Ainda na saúde, a temática tecnologia assume papel importante no dia a dia profissional, pois além de máquinas e equipamentos, estão à disposição dos profissionais e usuários os diversos tipos de tecnologias em saúde (GOES; POLARO; GONÇALVES, 2016). Com o avanço da tecnologia, na área da enfermagem, houve aumento e desenvolvimento nas produções tecnológicas caracterizadas como tecnologias educacionais, tecnologias assistenciais e tecnologias gerenciais (ÁFIO *et al.*, 2014).

Os enfermeiros propuseram classificação de tecnologia que se baseia em: tecnologia educacional que se relaciona com o conjunto de conhecimentos científicos que envolve o processo educacional; tecnologia assistencial, que inclui as ações sistematizadas para assistência qualificada e tecnologia gerencial que representa processo sistematizado constituído de ações teórico-práticas utilizadas no gerenciamento da assistência (BERARDINELLI *et al.*, 2014).

Portanto, um exemplo de tecnologia leve dura é a tecnologia educacional, que representa instrumento que facilita o ensinamento e é utilizada como recurso de compartilhamento de conhecimento, propiciando ao indivíduo momento de troca de experiências (ÁFIO *et al.*, 2014).

Enfatiza-se que, no mundo, as tecnologias para o ensino são reconhecidas como favoráveis no processo e ambientes de aprendizagem. E, ainda, contribui para o pensamento crítico, as decisões complexas, as habilidades práticas, o trabalho em equipe, a motivação, a interação, a resolução de problemas e a geração de hipóteses, tendo em vista serem pautadas na participação ativa dos discentes, estimulando autonomia e criticidade (RODRIGUES *et al.*, 2016).

A tecnologia educativa deve levar o sujeito a refletir sobre atos e realidade, de maneira que possa ter dúvidas esclarecidas e sentir mais confiante no processo educativo (COSTA *et al.*, 2013). Pois, esse tipo de tecnologia visa à instrução dos sujeitos envolvidos, favorecendo mudanças comportamentais, tornando-os seguros para realização da prática diária (TELES *et al.*, 2014).

A disseminação do uso de tecnologia educacional é estimulada por apresentar vantagem, como oferecer aos usuários fácil compreensão do conteúdo, respeitando o ritmo individual (FONSECA *et al.*, 2013).

Em virtude disso, os instrumentos educativos assumem papel importante enquanto estratégia de suporte para atividades educacionais, porque ajudam o indivíduo a compreender as informações que lhes são transmitidas, além de funcionarem como recurso disponível para que o mesmo possa utilizar em domicílio (CRUZ *et al.*, 2016).

O processo de ensino-aprendizagem deve ser visualizado como via de mão dupla, tanto para o educador como o aluno. Assim, o discente passa a ter consciência mais crítica de seus atos (RODRIGUES *et al.*, 2016).

Quanto ao processo ensino-aprendizagem, o uso de ferramenta tecnológica institui desafios, como a interação professor-aluno, a preparação adequada dos professores, bem como as mudanças estruturais nas instituições de ensino, tanto no domínio organizacional como no domínio do ensino e da investigação (SALVADOR, 2015).

Nesse aspecto, o uso das tecnologias educativas deve compreender a abordagem pedagógica e a característica dessa tecnologia, pois ambos são capazes de qualificar práticas de ensino, mediante visão de coparticipação entre docente e discente,

mediada pela interatividade e criatividade da tecnologia educativa utilizada (SALVADOR, 2015).

As tecnologias educativas podem ser firmes enquanto ferramenta tecnológica para educação, durante o processo de ensinamento e o ambiente educacional, oferecendo possibilidades de facilitar e uniformizar as orientações fornecidas para determinado grupo estudantil (CRUZ *et al.*, 2016). E, para isso, essas tecnologias educacionais precisam ser avaliadas, a fim de garantir qualidade no ensino.

O material educativo tem como objetivo facilitar o processo de ensino-aprendizagem, através da comunicação e orientação verbal entre o educador e o educando, na busca do aprendizado do educando, para esse material ser considerado educativo (ÁFIO *et al.*, 2014).

Em estudos anteriores, foi constatado que a tecnologia educacional pode ser usada como estratégia de empoderamento para clientela envolvida, como tecnologia educacional para pessoas acometidas por Doenças Crônicas não Transmissíveis (BERARDINELLI *et al.*, 2014); tecnologia educativa, na modalidade de cordel, para educação em saúde sobre aleitamento materno (OLIVEIRA; PAGLIUCA, 2013); curso sobre punção venosa periférica, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (FROTA *et al.*, 2013), entre outros.

Nos trabalhos supracitados, configurou-se que o uso de tecnologia educacional proporciona ensinamento eficaz mediante o envolvimento, reflexão e aprendizagem do educando, o que pode contribuir para mudanças de comportamentos. Neste contexto, as tecnologias educacionais são ferramentas importantes para desenvolver o trabalho educativo e o processo de cuidar na saúde.

A tecnologia educacional no cuidado de enfermagem pode ser importante ferramenta que auxilie no cuidado às pessoas, possibilitando, ainda, desenvolver novas formas de cuidado que auxilie os profissionais para o ensino do autocuidado (BERARDINELLI *et al.*, 2014).

Na saúde, o enfermeiro utiliza das diversas tecnologias para promoção, manutenção e recuperação da saúde da população, assistindo-a para promover autonomia e independência, seja em instituições fechadas, na educação em saúde ou em qualquer ambiente (OLIVEIRA; PAGLIUCA, 2013).

A educação em saúde é uma prática essencial para prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde em âmbito individual ou coletivo. Neste sentido, a atividade educativa em saúde deve orientar a construção de conhecimentos, com a

finalidade de potencializar o empoderamento da clientela em estudo, capacitar e estimular o desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia, tornando-a capaz de tomar a própria decisão, de modo a favorecer mudanças no âmbito da saúde (ÁFIO *et al.*, 2014).

O enfermeiro, em sua essência, exerce a função profissional de disseminador de conhecimento, tendo em vista vivenciar situações que necessitam de ações direcionada para educação em saúde e, com isso, é necessário buscar opções que lhe ofereçam suporte para intervir junto às pessoas, grupos e comunidades (BERARDINELLI *et al.*, 2014).

Observa-se que a Educação em Saúde representa estratégia que utiliza atividades e tecnologias educativas como ferramenta para mudança de comportamentos de uma clientela (ÁFIO *et al.*, 2014). Em outro estudo, foi construída e validada cartilha como tecnologia educacional impressa nas práticas educativas para motivar gestantes à alimentação saudável, tornando-se material de ensino eficaz mediante validação (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014).

Outros estudos utilizaram a ferramenta educação em saúde atrelada ao uso de materiais educativos impressos para disseminar o conhecimento à determinada clientela, caracterizando essa junção como fundamental para construção diária de novos saberes e a prática de enfermagem, quais sejam: cartilha educativa para pacientes em cuidados paliativos e seus familiares (VARELA *et al.*, 2017); cartilha educativa para estimular a adesão ao tratamento do portador de diabetes mellitus tipo 2 (COSTA *et al.*, 2014); desenvolvimento e validação de cartilha para pacientes vítimas de queimaduras (CASTRO; LIMA JÚNIOR, 2014) e tecnologia para o autocuidado da saúde sexual e reprodutiva de mulheres estomizadas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Esses estudos demonstram a relevância da informação e ferramenta da educação em saúde, bem como a utilização dos materiais educativos impressos, pois ambos promovem elevação nos níveis de conhecimento e aprendizado da clientela, melhorando a qualidade de vida e saúde das pessoas envolvidas neste processo.

O uso deste tipo de material é relevante no processo de educar, devido promover a mediação de conteúdos de aprendizagem e representar recurso de fácil acesso à informação, o que torna possível realizar consulta sempre que necessário (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

O material impresso, como tecnologia educativa, inclui estratégias e estruturação de materiais didático-pedagógicos capazes de auxiliar o processo de ensinamento, como: panfletos, folders, cartilha, manuais e folhetos informativos. Recursos

eficazes na transmissão da mensagem entre educador e educando e dinamizadores das atividades educativas (TEIXEIRA; SOUZA, 2015).

Dentre os materiais impressos, destacam-se os manuais que se constituem meio promissor para difusão de informações (COSTA *et al.*, 2013), sendo ferramenta importante para guiar e sistematizar o aprendizado do sujeito envolvido, tendo em vista auxiliar na memorização de conteúdos, o que contribui para o direcionamento das atividades educativas (TELES *et al.*, 2014).

Os manuais representam meio e recurso de comunicação de fácil entendimento e práticos, sendo relevantes e justificáveis no processo ensino-aprendizagem. Com o auxílio de manuais, é possível formar, treinar e aperfeiçoar os recursos humanos, favorecendo a assimilação de conhecimentos, apoiando-se em vivências prévias dos alunos (SALVADOR, 2015).

Esses materiais precisam fazer sentido para o usuário, problematizando a realidade deste, de forma que a informação seja capaz de gerar conhecimento (SOUZA; MORAIS; OLIVEIRA, 2015). Portanto, um material educativo produzido de forma eficaz pode modificar a realidade de uma população.

Em pesquisas anteriores, o manual construído e validado por especialistas e público-alvo mostrou-se como ferramenta adequada, útil e prática para o oferecimento de informação e orientação para população específica, contribuindo para representação educacional do manual impresso, sendo elas: construção e validação de manual informativo sobre banho no leito (LOPES *et al.*, 2013); elaboração de manual de orientação para pessoas com esclerose múltipla (PIMENTEL; TOLDRÁ, 2017); construção e validação de manual educativo de cuidados no pós-operatório de revascularização do miocárdica (GENTIL *et al.*, 2017) e manual de cuidados às pessoas com diabetes e pé diabético: construção por *scoping study* (PADILHA *et al.*, 2017).

O manual educativo é ferramenta de ensino que informa, auxilia e direciona à realidade da população em estudo. Também é utilizado no processo de capacitação profissional, como, no seguinte estudo; sequelas neurológicas: elaboração de manual de orientação para o cuidado em saúde (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

O manual é um meio de comunicação eficaz para promover a saúde, pois, além de favorecer a aquisição de informações, também, promove a troca de conhecimento durante a prática educativa. A tecnologia contribui para substituir modelos ancorados em práticas de comunicação unidirecional e dogmáticas, focalizadas apenas na transmissão de informações (COSTA *et al.*, 2013).

Os manuais informativos são ferramentas que podem ser utilizadas por enfermeiros na educação em saúde, para orientação do público-alvo. Para elaboração, é necessário compreender expectativas e prioridades dos mesmos, frente à determinado assunto e, quando bem elaborado, é de fácil compreensão. Porém, é relevante que o manual seja validado no aspecto conteúdo e aparência (LOPES *et al.*, 2013).

Na área da educação, assim como na saúde, é preciso o uso de recursos variados e viáveis como fonte de informação, pois cada conteúdo ou disciplina necessita de estratégia eficaz para reflexão e aprendizagem do educando. Assim, faz-se necessário que os educadores estejam preparados para adequar o conteúdo e o uso do material didático relevante a ser utilizado em aulas, pois ele será auxiliador na aprendizagem dos estudantes (TEIXEIRA; SOUZA, 2015).

A utilização de materiais didáticos em sala de aula é de inteira responsabilidade do professor, portanto, deve utilizá-los com prudência e ética profissional. Desta forma, considera-se tarefa dos professores utilizarem materiais educativos que complementem e potencializem os conteúdos e as práticas discursivas, o que facilita a aprendizagem, bem como contribui para que a aula seja mais estimulante, envolvente, aproximando o aluno do conhecimento (TEIXEIRA; SOUZA, 2015).

Foi realizado estudo na Região Nordeste do Brasil, em que o professor fez uso de cordel, como ferramenta criativa e de baixo custo para contribuir no processo ensino-aprendizagem, propiciando aprendizado lúdico, contextualizado e de fácil compreensão, tendo em vista os versos serem ritmados (PEREIRA *et al.*, 2014). Portanto, o uso de cordel representa tecnologia educacional alternativa e dinâmica para o desenvolvimento do ensino, logo estimula a participação ativa dos alunos, sendo o inverso do modelo tradicional.

Outro estudo construiu e validou manual, de cunho educativo, sobre Síndrome de Burnout para professores do ensino fundamental, objetivando que os mesmos entendessem a necessidade da busca constante por conhecimento, bem como favorecendo mudanças comportamentais (RIBEIRO *et al.*, 2017).

Corroborando com outras pesquisas, foram analisados materiais educativos utilizados como ferramenta para educação de estudantes em escolas públicas do Rio de Janeiro, e percebeu-se a precariedade destes quanto ao conteúdo e a linguagem utilizados para orientação (TEIXEIRA; SOUZA, 2015). Logo, é necessário utilizar tecnologia educativa com qualidade textual e linguagem adequada, passando por processo de validação por juízes na área de interesse.

A utilização de tecnologias educativas validadas contribui para maior qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, bem como a confiabilidade das orientações apresentadas e o grau de coerência das informações para o objetivo proposto, sendo ganho importante para o público-alvo e o profissional educador (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Diante do processo educativo, o educador e o educando necessitam de tecnologias educacionais que possibilitem ensinamento eficaz, representando recurso viável para relação ensino-aprendizagem, tendo em vista ampliar a possibilidade de apropriação do conhecimento para professores e estudantes com e sem deficiência.

De acordo com a literatura pertinente, observa-se que a produção de materiais educativos tem sido considerada pertinente em relação a várias temáticas do ensino. Portanto, faz-se necessário que a tecnologia educacional seja bem delineada quanto aos aspectos relacionados às etapas de construção e validação.

## **4 MÉTODO**

### **4.1 TIPO DE ESTUDO**

Trata-se de estudo metodológico de desenvolvimento, que investiga, organiza e analisa dados para desenvolver, validar e avaliar instrumentos e técnicas de pesquisa, com vistas a melhorar a confiabilidade e validade desses instrumentos. Envolve métodos complexos e sofisticados, incluindo o uso de modelos com método misto e, ocasionalmente, os pesquisadores utilizam do modelo experimental para testar estratégias metodológicas concorrentes (POLIT; BECK, 2011).

O pesquisador, no desenvolvimento da pesquisa metodológica, interessa-se em transformar o conhecimento construído em formato palpável que possibilite ser adotado posteriormente por outros pesquisadores (LOBIONDO-WOOD; HABER, 2001).

### **4.2 LOCAL E PERÍODO**

A coleta de dados ocorreu de maio a outubro de 2018. A pesquisa, na etapa de construção do manual, foi realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a qual conta com sede nos estados do Ceará e da Bahia, nos municípios de Redenção, Acarape e São Francisco do Conde, respectivamente.

A UNILAB possui o Campus da Liberdade, Auroras e dos Palmares, no Ceará e o Campus dos Malês na Bahia. Fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (UNILAB, 2017).

### **4.3 PARTICIPANTES**

A amostra foi constituída por nove juízes de conteúdo com expertise na área de acessibilidade, inclusão, PcD e cinco juízes de aparência com expertise na área de tecnologia impressa e/ou validação de instrumento. Na segunda avaliação de conteúdo, dos nove juízes, participaram apenas três.

O termo validade significa tipo especial de acurácia, sendo o grau em que a medida representa o fenômeno de interesse (HULLEY *et al.*, 2015). Assim, para

validação de conteúdo e aparência, é pertinente que os avaliadores sejam realmente experts na área de interesse do construto.

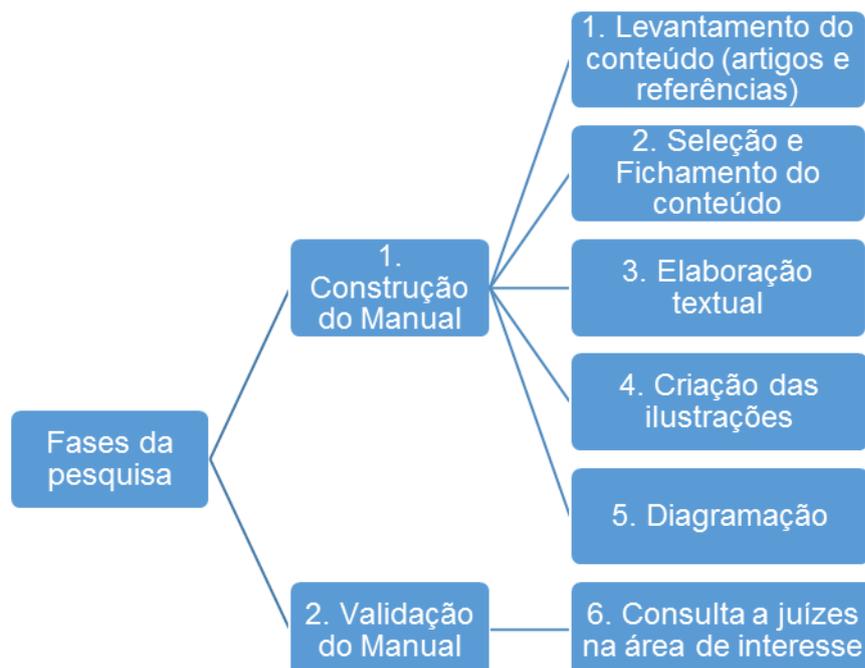
Não há consenso dos pesquisadores sobre a quantidade adequada de juízes. Neste estudo, utilizou-se para amostragem de juízes Pasquali (2010) que recomenda o número de seis a vinte juízes para o processo de validação, sendo necessário, no mínimo, três participantes em cada grupo de profissionais. Destaca-se que uma quantidade ímpar de juízes evita empate de opiniões (VIANNA, 1982), logo, participaram da pesquisa nove juízes de conteúdo e cinco de aparência.

#### 4.4 FASES DO ESTUDO

Tendo conhecimento de que a metodologia científica é imprescindível para garantir a qualidade dos manuais educativos, o processo de construção e validação do manual foi realizado mediante às premissas de Echer (2005) sobre a elaboração de manuais educativos.

O desenvolvimento do manual compreendeu processo com duas fases, construção e validação de manuais, contemplando até a sexta etapa: levantamento de conteúdo, seleção e fichamento do conteúdo, elaboração textual, criação das ilustrações, diagramação e consulta a juízes de conteúdo/aparência na área de interesse (ECHER, 2005), conforme Figura 1.

**Figura 1** – Sequência das fases referente ao desenvolvimento do Manual, Acarape-CE, 2018.



Fonte: próprio autor

## **1ª FASE: CONSTRUÇÃO DO MANUAL**

Para realização da primeira etapa da construção do manual que compreende o levantamento do conteúdo, é necessário realizar diagnóstico situacional. Para tanto, em estudo anterior (SILVA, 2017), foi realizada pesquisa com 39 professores do ensino básico, em novembro de 2017, no município de Redenção-Ceará. A pesquisa realizada avaliou o conhecimento desses professores quanto à acessibilidade, inclusão e PcD, através de questionário semiestruturado utilizado de Vasconcelos *et al.* (2015), o qual é dividido em duas partes, a primeira possui oito perguntas para caracterizar os participantes e a segunda parte com perguntas dicotômicas, objetivas e subjetivas referentes à temática em estudo, totalizando 26 perguntas.

Como resultado, a pesquisa obteve que a maioria dos professores do ensino básico afirmaram possuir alunos com deficiência, que existia bom relacionamento entre aluno e professor. Percebeu-se que os professores compreendem o que significa acessibilidade, baixa visão, comunicação e tecnologias para deficiente auditivo e visual, locomoção de deficiente motor, acessibilidade no ambiente de trabalho, escola acessível, as tecnologias utilizadas pelo cego para orientação e as adaptações nos programas para o deficiente auditivo.

Entretanto, não compreendem o conceito e diferença dos termos exclusão, segregação, integração e inclusão, não possuem a informação adequada à classificação e os termos adequados a algumas deficiências e nunca receberam treinamento sobre a temática estudada. Afirmaram considerar relevante curso ou treinamento sobre acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência.

A partir desse diagnóstico, obtiveram-se informações relevante para o início da revisão bibliográfica.

### **1ª etapa: Levantamento bibliográfico**

O manual para profissionais do ensino básico, referente à acessibilidade, inclusão da PcD, foi construído a partir de busca em trabalhos publicados em base de dados, banco de teses, livros, publicações do Ministério da Saúde e Educação, como: leis, normas e diretrizes envolvendo a temática em estudo. A busca por materiais, para composição dessa tecnologia educativa, iniciou com a análise em bases de dados mediante a seguinte pergunta norteadora: quais as evidências

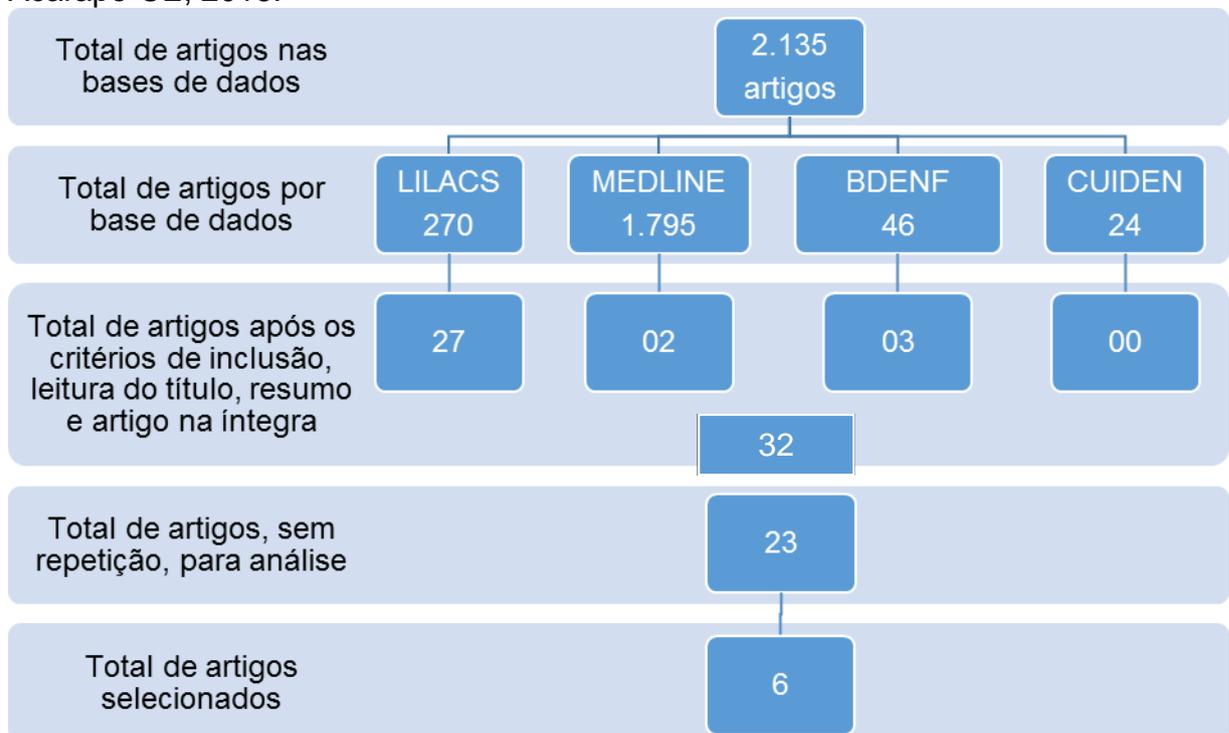
disponíveis na literatura sobre acessibilidade, inclusão e pessoa com deficiência no ambiente escolar?

Para realização da busca de artigos, foram utilizados os seguintes descritores controlados e não controlados: inclusão educacional, pessoas com deficiência, tecnologia educacional e acessibilidade nas bases de dados: *LILACS* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), *MEDLINE* (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), *BDEF* (Base de Dados em Enfermagem) e *CUIDEN* (Base de dados da Fundación Index - España).

Foram utilizados como critérios de inclusão estudos na íntegra, com abordagem na área educacional, disponíveis *on-line* e gratuito, no idioma inglês, português, espanhol, compreendendo os últimos cinco anos.

A coleta de dados foi realizada em novembro de 2017, nas referidas bases de dados, mediante cruzamento dos descritores, totalizando 2.135 artigos. De acordo com os critérios de inclusão e exclusão e realizando a leitura do título e resumo, foram selecionados 23 artigos para análise, conforme Figura 2.

**Figura 2** – Esquema representativo da busca pelos artigos nas bases de dados, Acarape-CE, 2018.



Fonte: próprio autor

Mediante esse resultado, ocorreu a análise dos 23 artigos encontrados e, após o estudo dos resultados e da revisão/síntese dos artigos, destes, seis foram selecionados para composição do conteúdo do manual. Além dos seis artigos

selecionados, foram incluídos quatro livros, uma tese, seis documentos de organizações e sete envolvendo legislação, totalizando 24 materiais para leitura e posterior composição do material educativo.

### **2ª etapa: Seleção e fichamento do conteúdo**

Mediante a leitura do conteúdo, foram selecionados e fichados os que estavam de acordo com a demanda de conhecimento dos professores do ensino básico sobre acessibilidade, inclusão e pessoa com deficiência, mediante a etapa de diagnóstico situacional. Após a seleção do conteúdo, realizou-se leitura minuciosa e fichamento dos 24 materiais selecionados para composição do manual educativo.

Estando todo o material devidamente fichado, foi realizada organização do conteúdo de cada tópico do manual. Desta maneira, assuntos semelhantes trazidos nas diversas bibliografias foram reunidos em respectivo tópico, condensando as informações, tornando-as mais completas possíveis: Pessoa com Deficiência: perspectiva histórica e cultural; conceito de PcD; tipos de PcD; PcD e educação; acessibilidade da PcD; conceito de acessibilidade; classificação de acessibilidade; acessibilidade e educação; inclusão escolar da PcD; inclusão e educação da PcD e saiba mais.

### **3ª etapa: Elaboração textual**

Após seleção do conteúdo de cada tópico, iniciou-se a elaboração textual. Em cada tópico fichado, as informações que foram julgadas necessárias e importantes foram inseridas no manual, mediante objetividade, atratividade, com linguagem acessível e de fácil compreensão.

Ao final da elaboração textual, o material educativo produzido recebeu o seguinte título e subtítulo, respectivamente: “Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência” presente na capa da tecnologia educativa e “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, presente na folha de rosto.

### **4ª etapa: Captação de modelos, seleção e elaboração das ilustrações**

Ao finalizar a organização do conteúdo, foram elaboradas as ilustrações baseadas na leitura reflexiva do referencial bibliográfico, nos principais assuntos da temática e com base em imagens obtidas da *internet*.

Essas imagens foram utilizadas como base para elaboração daquelas que foram usadas no manual. O profissional especialista desenhou, a mão livre, 18 ilustrações e como estas não corresponderam ao que foi solicitado, oito ilustrações foram desenhadas pelo diagramador e uma imagem foi modificada da *internet*, tendo em vista representar padronização para o determinado conteúdo a ser descrito.

A confecção das ilustrações ocorreu mediante a orientação da pesquisadora e com a intenção de serem atrativas, de fácil compreensão e representando a realidade embasada na literatura pertinente.

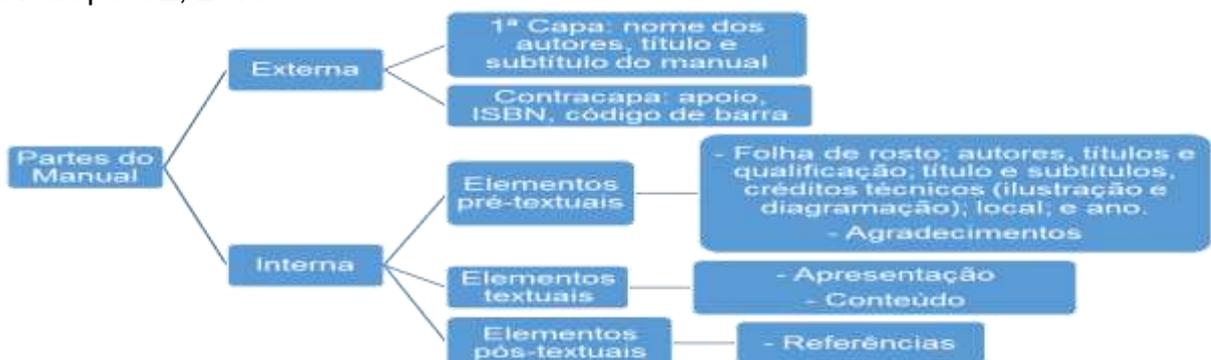
Ao longo do manual, as imagens foram inseridas mediante característica e temática abordada na referida página, correlacionando o aprendizado do texto com a imagem. De acordo com Gonçalves (2007), as ilustrações devem ser adequadas ao tema tratado, de modo a facilitar a compreensão e recordação mais fácil do texto, clarificando e reforçando a informação. Assim, as ilustrações foram inseridas de forma a localizar-se o mais próximo possível do conteúdo ao qual representa, auxiliando na melhor compreensão das informações trabalhadas em cada seção.

### 5ª etapa: Diagramação

Na etapa da diagramação, ocorreu a formatação e a configuração das páginas. Para essa etapa, foi contratado profissional especializado em comunicação e marketing em mídias digitais que utilizou para os recursos gráficos o Freepik, e adaptados para o conteúdo deste manual, estando de acordo com os termos de uso do site, disponível em: [https://br.freepik.com/terms\\_of\\_use](https://br.freepik.com/terms_of_use).

A diagramação do manual seguiu as recomendações e organização da Norma N° 6029, da Associação Brasileira de Norma Técnica (ABNT, 2006), de acordo com a Figura 3.

**Figura 3** – Esquema representativo dos itens/elementos que compõem o Manual, Acarape-CE, 2018.



Fonte: próprio autor

Ao final da etapa de diagramação, mediante a norma supracitada, o “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, apresentou-se com 44 páginas e com tamanho de formatação de 23cm de altura X 16cm de largura (APÊNDICE E).

## 2ª FASE: VALIDAÇÃO DO MANUAL

Após construção do manual, realizou-se a validação de conteúdo e aparência. Na validade de conteúdo, verificaram-se o quanto os conceitos estavam representados de maneira adequada e se estes conseguiram capturar todo o domínio do conteúdo. Na validade de aparência, pode ser considerada como forma subjetiva de avaliar um instrumento/estratégia, consistindo no julgamento quanto à clareza e compreensão (POLIT; BECK, 2011).

### Consulta a juízes na área de interesse

Para Echer (2005), a avaliação por diferentes profissionais é a ocasião em que realmente se pode afirmar que o trabalho está sendo realizado em equipe, valorizando diferentes perspectivas sobre o mesmo foco.

Para escolha dos juízes de conteúdo e aparência, foi realizada amostragem bola de neve, na qual, ao identificar um sujeito que se encaixa nos critérios para participação do estudo, é solicitado que este sugira outros participantes (POLIT; BECK, 2011).

Dessa maneira, tendo em vista a necessidade de estabelecer parâmetros para seleção dos juízes, utilizou-se do sistema de classificação de juízes descrito por Joventino (2013), adaptado a este estudo, com seleção para aqueles que atingiram pontuação mínima de cinco pontos, de acordo com os Quadros 1 e 2, respectivamente, juízes de conteúdo e aparência.

**Quadro 1 – Critérios de seleção para juízes de conteúdo, Acarape-CE, 2018.**

<b>JUÍZES DE CONTEÚDO</b>	<b>PONTUAÇÕES</b>
- Ser doutor em educação	4 pontos
- Possuir tese na área de interesse*.	2 pontos/trabalho
- Ser mestre em educação.	3 pontos
- Possuir dissertação na área de interesse*.	2 pontos/trabalho
- Ter autoria de artigo publicado em periódico indexado na área de interesse*.	1 ponto/trabalho
- Participar de grupos/projetos de pesquisa que envolva a temática da área de interesse*.	1 ponto

Fonte: próprio autor

\* **Área de interesse:** Acessibilidade, Inclusão, Pessoa com Deficiência, Educação.

**Quadro 2 – Critérios de seleção para juízes de aparência, Acarape-CE, 2018.**

<b>JUÍZES DE APARÊNCIA</b>	<b>PONTUAÇÕES</b>
- Possuir dissertação ou tese na área de interesse*	2 pontos
- Experiência em desenvolvimento de materiais/produtos na área de interesse*	2 pontos
- Ter participado de banca avaliadora de Tese, Dissertação ou Monografia de Graduação ou Especialização na área de interesse*	2 pontos
- Ter participado de eventos na área de interesse*	
- Ter apresentado trabalhos em eventos na área de interesse*.	0,5 ponto/evento 0,5 ponto/trabalho

Fonte: próprio autor

\* **Área de interesse:** Tecnologia impressa e/ou validação de instrumento, Educação.

Para os juízes, foram encaminhados, por endereço eletrônico, a carta convite (APÊNDICE A) contendo os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), a versão inicial do manual em Word e o instrumento de avaliação específico para juízes de conteúdo (APÊNDICE C) e para juízes de aparência (APÊNDICE D).

Após o envio desses materiais, o participante, inicialmente, teve prazo de 15 dias para responder, no entanto, houve a necessidade de estender esse prazo, ficando estabelecido prazo máximo de 30 dias. Após avaliação, os materiais foram devolvidos para o endereço eletrônico da autora.

Para preservar o anonimato, os juízes foram identificados em ordem numérica e mediante a característica destes juízes de conteúdo (JC1, JC2, JC3, JC4, JC5, JC6, JC7, JC8, JC9) e juízes de aparência (JA1, JA2, JA3, JA4, JA5).

#### **4.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Para avaliar o conteúdo, foi utilizado o Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde (IVCES), o qual se destina a validar conteúdos e materiais educativos sobre temas diversos, aplicados a diferentes públicos. Dispõe de 18 itens, distribuídos em três domínios, a saber: objetivos; estrutura e apresentação; relevância (LEITE, 2017). Cada um dos critérios é qualificado como 2 – adequado, 1 – parcialmente adequado ou 0 – inadequado, além de conter espaço destinado para sugestões.

O instrumento de avaliação dos juízes de conteúdo é dividido em duas partes (APÊNDICE C): a primeira contém informações sobre o avaliador/juiz (sexo, região, formação, tempo de formação, titulação, área de trabalho, tempo de trabalho na área, orientação em dissertação e/ou tese, quantidade de orientação em

dissertação e/ou tese, publicação na área, quantidade de publicações e temática de maior publicação); e a segunda contém os 18 itens avaliativos do manual, distribuídos nos domínios objetivos, estrutura e apresentação e relevância.

O domínio objetivo contém itens que avaliam se o conteúdo responde aos objetivos a que o material educativo se propõe. No domínio estrutura e apresentação, os itens são direcionados para forma de apresentação do conteúdo do material educativo. E, no domínio de relevância, os itens devem direcionar para avaliação da importância do conteúdo educativo.

O instrumento de avaliação do juízes de aparência possui duas partes: a primeira contém informações sobre o avaliador/juiz (sexo, região, formação, tempo de formação, titulação, área de trabalho, tempo de trabalho na área, orientação em dissertação e/ou tese, quantidade de orientação em dissertação e/ou tese, publicação na área, quantidade de publicações, temática de maior publicação, desenvolvimento de material e a quantidade e o tipo de material desenvolvido) e para a segunda parte, utilizou-se como base o instrumento americano proposto por Doak, Doak e Root (1996) para avaliação da dificuldade e conveniência dos materiais educativos, denominado *Suitability Assessment of Materials* (SAM). Este, atualmente, foi traduzido e adaptado para o português por Sousa, Turrini e Poveda (2015) e apresenta os seguintes tópicos: conteúdo, exigência de alfabetização, ilustrações, *layout* e apresentação, estimulação/motivação do aprendizado e adequação cultural (APÊNDICE D), mas como foi utilizado um instrumento para avaliar o conteúdo do manual, foi retirado o domínio conteúdo e exigência de alfabetização. Cada um dos critérios é qualificado como 0 – inadequado, 1 – parcialmente adequado, 2 – adequado e 3 – não se aplica, além de conter espaço destinado para sugestões.

#### **4.6 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados obtidos foram organizados no Excel, versão 2010, e analisados no *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.0. Para melhor compreensão dos resultados, estes foram apresentados em tabelas e quadros.

Realizou-se análise descritiva através de frequência absoluta e relativa, bem como medidas de tendência central e de dispersão. Para validação do manual pelos juízes de conteúdo e aparência, utilizou-se do Índice de Validade do Conteúdo

(IVC), esse varia de 0 e 1, e foram considerados válidos os itens de concordância entre os juízes de maior ou igual a 0,80 (POLIT; BECK 2011), mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula para o cálculo do IVC} = \frac{\text{Número de respostas 2 ou 1}}{\text{Número total de respostas}}$$

Caso algum item tenha sido avaliado com concordância menor que 0,80, foi considerado digno de alteração, mediante as sugestões dos juízes para melhorar o manual educativo e elaborar a segunda versão da Tecnologia.

Para contribuir com a validade do conteúdo, utilizaram-se das três equações matemáticas: o S-CVI/Ave (média dos índices de validação de conteúdo para todos os índices da escala); S-CVI/UA (proporção de itens de uma escala que atinge escores 2 adequado, por todos os juízes) e o I-CVI (validade de conteúdo dos itens individuais). No caso de cinco ou mais juízes, de maneira geral e individual, a taxa de concordância deve ser igual ou maior que 80%. Se for seis ou mais juízes de maneira individual, a taxa de concordância não deve ser menor que 78% (ALEXANDRE; COLUCI, 2011).

#### **4.7 ASPECTOS ÉTICOS**

O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, conforme CAEE Nº 84004018.6.0000.5576 (ANEXO A). Foram respeitadas as Diretrizes e Normas da Pesquisa em Seres Humanos, Resolução 466/2012 (BRASIL, 2013). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

A pesquisa, por sua vez, ofereceu o risco de cansaço mental, tendo em vista a análise do manual impresso e o preenchimento do instrumento com as respostas de análise. Portanto, para minimizar o risco de cansaço mental, foi disponibilizado o material digital e com maior disponibilidade de tempo para analisar o manual e responder ao instrumento.

O benefício da pesquisa envolve o estímulo dos participantes à reflexão sobre conhecimentos e práticas sobre a acessibilidade, inclusão e pessoa com deficiência, contribuindo para que assumam o papel de sujeitos ativos na construção e consolidação de metodologias, didáticas aplicáveis a alunos com deficiência, bem como contribuir com o aprimoramento de instrumentos educacionais.

Foi garantida a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas, assim como os princípios básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça e o direito de se retirarem, a qualquer momento da pesquisa, sem que sofressem qualquer prejuízo (UNESCO, 2005).

## **5 RESULTADOS**

O resultado do processo de construção e validação se encontra apresentado em três fases. Na primeira, descrevem-se os resultados relativos ao processo de construção da tecnologia impressa; na segunda fase, a validação de conteúdo e aparência; e, na terceira, as correções da tecnologia e construção da segunda versão. Para facilitar a descrição dos resultados, utilizou-se de tabelas, gráficos e figuras do manual educativo.

### **Fase 1 – CONSTRUÇÃO DA TECNOLOGIA IMPRESSA**

Mediante o referencial teórico para construção da tecnologia impressa, manual, esta fase envolveu as seguintes etapas: levantamento, seleção e fichamento do conteúdo; elaboração textual, seleção e criação das ilustrações e diagramação.

#### **1ª etapa - Levantamento do conteúdo**

Foram consultados seis artigos, quatro livros, uma tese, seis documentos de organizações e sete envolvendo legislação, totalizando 24 materiais utilizados para composição do conteúdo da tecnologia impressa, “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”.

Após leitura do material supracitado, consideraram-se importantes as seguintes temáticas: Pessoa com Deficiência, abordando perspectiva histórica, conceito e tipos de deficiência, bem como a PcD na educação; Acessibilidade, abordando conceito e classificação e a acessibilidade na educação; Inclusão, abordando a inclusão escolar e da PcD.

O Quadro 3 representa as fontes de referências utilizadas para o embasamento teórico do manual educativo.

**Quadro 3 – Fontes de referências para o conteúdo do “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”. Acarape-CE, 2018.**

Fontes	Referências
Livros	<p>AMORIM, C.M.; NASSIF, M.C.; ALVES, M.G. <b>Escola e deficiência visual: como auxiliar seu filho.</b></p> <p>ARAGÃO, A.E.A.; PAGLIUCA, L.M.F. <b>Acessibilidade das pessoas com deficiência física aos serviços hospitalares.</b></p> <p>MATARAZZO, C. <b>Vai encarar?: a nação (quase) invisível de pessoas com deficiência.</b></p> <p>SASSAKI, R.K. <b>Como chamar as pessoas que têm deficiência.</b></p>
Artigos	<p>ANTUNES, K.C.V. Exclusão e inclusão: dois lados da mesma moeda.</p> <p>CARVALHO, M.A.A.S.; DURAND, V.C.R.; MELO, P.D. A acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais?</p> <p>CIANTELLI, A.P.C.; LEITE, L.P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.</p> <p>MACEDO, M.C.S.R.; AIMI, D.R.S.; TADA, I.N.C.; SOUZA, A.M.L. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto.</p> <p>PAGLIUCA, L.M.F.; OLIVEIRA, P.M.P.; MARIANO, M.R.; SILVA, J.M.; ALMEIDA, P.C.; OLIVEIRA, G.O.B. Pessoa com deficiência: construção do conceito por esta população.</p> <p>SASSAKI, R.K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.</p>
Organizações	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. <b>NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.</b></p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. <b>Declaração universal dos direitos humanos.</b></p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. <b>Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais</b></p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. <b>Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.</b></p> <p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. <b>Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde.</b></p> <p>ROPOLI, E.A.; MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M.T.C.T.; MACHADO, R. <b>A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.</b></p>
Legislações	<p>BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil.</b> 1988</p> <p>BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. <b>estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</b></p> <p>BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. <b>Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.</b></p> <p>BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. <b>Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.</b></p> <p>BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. <b>Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.</b></p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <b>Lei de diretrizes e bases da educação nacional.</b></p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. <b>Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.</b></p>
Teses	<p>REIS, Marlene Barbosa de Freitas. <b>Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível.</b></p>

Fonte: próprio autor

## 2ª etapa - Seleção e fichamento do conteúdo

A partir do diagnóstico situacional e do levantamento bibliográfico, foram selecionados e fichados os assuntos trazidos nas referências presentes no Quadro 3. Após o término do fichamento, foram construídos os seguintes tópicos que compuseram o manual: Pessoa com Deficiência: perspectiva histórica e cultural, abordando conceito de PcD, tipos de PcD, PcD e educação; Acessibilidade da PcD, ressaltando o conceito de acessibilidade, classificação de acessibilidade, acessibilidade e educação; Inclusão escolar da PcD, envolvendo a inclusão e educação da PcD e, por fim, o tópico Saiba Mais.

## 3ª etapa - Elaboração textual

Uma vez delimitados o conteúdo a ser abordado e a sequência dos tópicos e subtópicos, iniciou-se a elaboração textual. Ao iniciar, houve dificuldade em adaptar a linguagem científica ao vocabulário popular, sem comprometer a qualidade da informação, tendo em vista que o conteúdo abordado possui termos técnicos, os quais não fazem parte do léxico do público-alvo.

Os textos foram escritos utilizando estilo de letra simples e de fácil leitura. Para os títulos, utilizou-se fonte *Grand Hotel* e tamanho de letra de 45pt, já para os títulos dentro do corpo do texto, utilizou-se tamanho de letra de 20pt. Para o corpo dos textos, utilizou-se fonte *Ubuntu Font Family*, com tamanho da letra de 12pt e, para os textos dentro dos balões, legendas e citações, com tamanho 10pt.

Os pontos principais do texto foram ressaltados em negrito e para cada temática abordada, foi designada uma cor, no local da numeração da página, referindo-se ao conteúdo abordado, condicionando a leitura mediante cada tópico.

O conteúdo explanado em cada tópico do manual está descrito a seguir:

- **Pessoa com deficiência: perspectiva histórica e cultural:** este tópico traz a perspectiva histórica e cultural referente às PcD; aborda os períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão dessa clientela no ambiente escolar; conceitua e traz linha do tempo referente à terminologia para PcD; explana os tipos de deficiências e, por fim, aborda a PcD na educação, comentando sobre os princípios da educação mediante a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado e respectivas modalidades.

- **Acessibilidade da pessoa com deficiência:** conceitua o termo acessibilidade mediante ideia inicial até os dias atuais; classifica acessibilidade; comenta sobre termos que favorece o entendimento do termo acessibilidade, como desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica; exemplifica tecnologias a serem utilizadas na prática educacional junto a aluno com deficiência e associa acessibilidade e educação, comentando sobre ações que favorecem a autonomia da PcD no âmbito escolar.

- **Inclusão escolar da pessoa com deficiência:** traz o significado da inclusão e inclusão social; associa inclusão e educação da PcD mediante os aspectos educacionais inclusivos trazidos pela Conferência Mundial de Educação para Todos; conceitua educação especial e educação inclusiva; comenta sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015.

- **Saiba mais:** esse tópico relaciona-se com leituras complementares sugeridas pela autora, como referências de livros, legislação e sites, com intuito de despertar o interesse pela temática e contribuir para o aprofundamento do tema sob investigação.

#### **4ª etapa - Seleção e criação das ilustrações**

O referido manual foi composto por 27 ilustrações, destas, 18 foram desenhadas a mão livre pelo profissional de design que utilizou folha 40kg, lápis HB nº6 e de cor, da marca *Faber Castel*, para o esboço das ilustrações e caneta unipin 0,3mm preta utilizada para finalização das mesmas, régua e borracha simples. Essas ilustrações foram escaneadas e inseridas no manual, passando por tratamento através do programa *Adobe Photoshop*.

O profissional da diagramação inseriu uma ilustração retirada da *internet* e criou oito, através do programa *Adobe Illustrator CC*. E, para diagramação de todo o conteúdo do manual, utilizou-se do programa *Adobe Indesign CC*. Essas ilustrações foram criadas com auxílio de imagens encontradas no *Google*, de acordo com o contexto, informações trazidas no manual e orientação da pesquisadora.

O Quadro 4 apresenta as ilustrações utilizadas para composição do manual educativo, segundo posição, identificação, objetivo e profissional responsável pela imagem.

**Quadro 4** – Ilustrações utilizadas para composição do “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”. Acarape-CE, 2018.

<b>Nº</b>	<b>Identificações</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Profissionais</b>
1	Capa	Apresentar um grupo de alunos com e sem deficiência e uma professora.	D. de moda
2	Exclusão	Apresentar a inexistência de direito à educação.	Diagramador
3	Segregação	Apresentar a separação da educação em escola regular e especial.	Diagramador
4	Integração	Apresentar a junção dos alunos com e sem deficiência na mesma escola.	Diagramador
5	Inclusão	Mostrar que a educação passou a ser inclusiva.	D. de moda
6	Linha do tempo	Compreender a evolução do termo deficiência.	Diagramador
7	Deficiência física/motora	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
8	Deficiência visual	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
9	Deficiência baixa visão	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
10	Deficiência auditiva	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
11	Deficiência intelectual	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
12	Deficiência múltipla	Associar o conceito descrito à imagem.	Diagramador
13	Modalidades de ensino	Apresentar o tipo de modalidade de ensino.	Diagramador
14	Acessibilidade	Correlacionar com o conceito inicial.	D. de moda
15	Conceito de acessibilidade	Apresentar a simbologia oficial da acessibilidade.	<i>Internet</i>
16	Acessibilidade arquitetônica	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
17	Acessibilidade comunicacional	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
18	Acessibilidade metodológica	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
19	Acessibilidade instrumental	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
20	Acessibilidade atitudinal	Associar o conceito descrito à imagem.	D. de moda
21	Acessibilidade e educação	Correlacionar a presença de acessibilidade na sala de aula.	D. de moda
22	Ações na escola	Mostrar ações que favorecem a autonomia da PcD.	Diagramador
23	Alunos com deficiência	Sintetizar o conteúdo com imagens de alunos com algum tipo de deficiência.	D. de moda
24	Inclusão	Associar o conceito de inclusão da PcD.	Diagramador
25	Inclusão e escola	Correlacionar a presença de inclusão na sala de aula.	Designer de moda
26	Inclusão na escola	Correlacionar a presença de acessibilidade na sala de aula.	Designer de moda
27	Professora capacitada	Correlacionar a qualificação da professora e utilização de material pedagógico.	Designer de moda

Fonte: próprio autor

Portanto, as ilustrações apresentadas na tecnologia impressa relacionam-se com objetivo e local a serem inseridas, contextualizando a temática abordada em

cada página e/ou texto. Vale ressaltar destaca-se que das 27 ilustrações encontradas no manual, duas se repetem (14/16 e 21/26), logo a tecnologia impressa apresenta 25 ilustrações inéditas apresentadas no texto.

### 5ª etapa – Diagramação

Representa a última etapa da construção do manual, correspondendo à organização, formação dos tópicos, das páginas e do *layout*. Durante o processo de diagramação, a pesquisadora e o profissional da diagramação preocuparam-se com a harmonia entre o texto e as ilustrações, evitando quebras de textos e tópicos.

Outro item discutido foram as cores, escolhida a cor azul com predominância, tendo em vista representar a temática principal, PcD, abordada no manual. Outras cores escolhidas foram: amarelo, vermelho, azul claro, laranja e azul piscina que representaram, respectivamente, os seguintes tópicos: Pessoa com Deficiência: Perspectiva Histórica e Cultural; Acessibilidade da Pessoa com Deficiência; Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência; Saiba Mais; Referências.

Sumário

1.0 Pessoa com deficiência: Perspectiva Histórica e Cultural	08
2.0 Acessibilidade da Pessoa com Deficiência	20
3.0 Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência	30
Saiba Mais	35
Referências	37

## Fase 2 – VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO E APARÊNCIA DA TECNOLOGIA IMPRESSA

Nesta etapa do estudo, foram convidados, por *e-mail*, 35 juízes, destes, 25 eram de conteúdo e dez de aparência. Do total, apenas 14 responderam ao *e-mail*, participando do estudo, nove juízes de conteúdo e cinco de aparência. Na segunda avaliação de conteúdo, participaram apenas três juízes.

A seguir, é apresentada a Tabela 1 com o perfil dos juízes que validaram o manual educativo, segundo grupo, quanto ao sexo, região, formação, tempo de formação, titulação, área de trabalho e tempo de trabalho na área

**Tabela 1** – Perfil dos juízes de conteúdo e aparência, Acarape-CE, 2018.

<b>Características</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Aparência</b>	<b>Total</b>
<b>Sexo</b>			
Feminino	9	4	13
Masculino		1	1
<b>Região</b>			
Nordeste	8	5	13
Sul	1		1
<b>Formação</b>			
Enfermeiros	9	5	14
<b>Tempo de Formação (anos)</b>			
1-5	2		2
6-10	4	5	9
11-15	2		2
> 20	1		1
<b>Titulação</b>			
Mestrado	3		3
Doutorado	5	4	9
Pós-Doutorado	1	1	2
<b>Área de Trabalho</b>			
Docência	2	3	5
Assistencial	7	2	9
<b>Tempo de Trabalho na área (anos)</b>			
2	1		1
3	1		1
4	1		1
> 5	6	5	11

Fonte: próprio autor

Os 14 juízes eram enfermeiros, destes, 13 do sexo feminino e da Região Nordeste; nove com tempo de formação entre seis e dez anos, doutores e atuavam na área assistencial e onze trabalhavam na área da docência ou assistencial há mais de cinco anos.

Comparando o grupo de juízes de conteúdo e de aparência no item titulação, observa-se que dos cinco juízes de aparência, quatro possuíam titulação

de doutor, enquanto dos nove juízes de conteúdo, cinco apresentavam a titulação citada.

A seguir, é apresentada a Tabela 2, com a caracterização dos juízes que validaram o manual educativo.

**Tabela 2** – Caracterização dos juízes de conteúdo e aparência, Acarape-CE, 2018. N=14

<b>Características</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Aparência</b>	<b>Total</b>
<b>Orientação em dissertação</b>			
Sim	2	2	4
Não	7	3	10
<b>Quantidade de orientações em dissertações</b>			
1	1	2	3
> 5	1		1
<b>Orientação em tese</b>			
Sim	1		1
Não	8	5	13
<b>Quantidade de orientações em teses</b>			
> 5	1		1
<b>Publicação</b>			
Sim	9	5	14
<b>Quantidade de publicações</b>			
1	1		1
2	2		2
3	1		1
5		2	2
Mais de 5	5	3	8
<b>Temática de maior publicação</b>			
Acessibilidade		2	2
Inclusão		1	1
Tecnologia impressa	1	2	3
Pessoa com Deficiência	7		7
Validação de instrumento	1		1
<b>Desenvolvimento de material (N=5)</b>			
Sim		2	2
Não		3	3
<b>Quantidade de materiais desenvolvidos (N=5)</b>			
1		1	1
3		1	1
<b>Tipo de material desenvolvido (N=5)</b>			
Cartilha		2	2

Fonte: próprio autor

Com relação a produções, publicações e orientações de trabalhos acadêmicos, nota-se, na Tabela 2, que quatro juízes orientaram trabalho acadêmico em nível de mestrado e, destes, um orientou mais de cinco trabalhos.

Quanto à orientação de trabalho acadêmico em nível doutorado, apenas um juiz orientou, com mais de cinco trabalhos orientados envolvendo a temática de estudo. Observa-se que os 14 juízes publicaram trabalhos envolvendo a temática em estudo, destes, dez publicaram quatro trabalhos ou mais, e sete, metade, apresentaram a temática pessoa com deficiência como maior publicação.

As três últimas características da Tabela 2 envolvem os cinco juízes de aparência, destes, dois juízes desenvolveram materiais educativo, um com apenas um material desenvolvido e o outro com três materiais, somando quatro materiais educativos desenvolvidos, dentre estes, a cartilha foi o único tipo de material desenvolvido.

Os especialistas de conteúdo avaliaram a tecnologia impressa, “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, mediante dezoito itens, compreendidos em três domínios, conforme Tabela 3.

A seguir, a Tabela 3 apresenta a avaliação dos juízes de conteúdo quanto aos itens supracitados, presentes nos três domínios: objetivo, estrutura e relevância.

**Tabela 3** – Avaliação dos juízes de conteúdo na primeira e segunda versão, Acarape-CE, 2018.

<b>Domínios/Itens</b>	<b>Concordância Versão 1 (%)</b>	<b>Concordância Versão 2 (%)</b>
<b>Objetivos: propósitos, metas ou finalidades.</b>		
Contempla tema proposto	88,9	100,0
Adequado ao processo de ensino-aprendizagem	88,9	100,0
Esclarece dúvidas sobre o tema abordado	88,9	100,0
Proporciona reflexão sobre o tema	77,8	100,0
Incentiva mudança de comportamento	77,8	100,0
<b>Estrutura/Apresentação: organização, estrutura, estratégia, coerência e suficiência</b>		
Linguagem adequada ao público-alvo	100,0	
Linguagem apropriada ao material educativo	77,8	100,0
Linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo	55,6	100,0
Informações corretas	66,7	100,0
Informações objetivas	66,7	100,0
Informações esclarecedoras	88,9	100,0
Informações necessárias	66,7	100,0
Sequência lógica das ideias	100,0	
Tema atual	100,0	
Tamanho do texto adequado	55,6	100,0
<b>Relevância: significância, impacto, motivação e interesse</b>		
Estimula o aprendizado	88,9	100,0
Contribui para o conhecimento na área	100,0	
Desperta interesse pelo tema	100,0	

*Fonte: próprio autor*

Nota-se, na Tabela 3, que as porcentagens de concordância entre os juízes, no domínio objetivo, variaram de 77,8% a 88,9%; e, no domínio estrutura/apresentação, variaram de 55,6% a 100,0%. Os itens com valores abaixo do aceitável (80%) foram dignos de alteração, conforme sugestão dos juízes, e reavaliação, apresentando porcentagem de concordância de 100%.

O último domínio envolve a relevância do manual e obteve variação de porcentagens de concordância, entre os juízes, de 88,9% a 100,0%, o que representa valores aceitáveis, sem necessidade de modificações. Porém, o item Estimula o aprendizado foi reavaliado e obteve a pontuação máxima.

A seguir, a Tabela 4 apresenta a porcentagem de concordância dos juízes de aparência, quanto aos itens presentes nos quatro domínios: ilustrações gráficas, *layout* e apresentação, estimulação/motivação do aprendizado, adequação cultural.

**Tabela 4 – Avaliação de concordância dos juízes de aparência, Acarape-CE, 2018.**

<b>Domínios/Itens</b>	<b>Concordância (%)</b>
<b>Ilustrações gráficas</b>	
Tipos de ilustrações	80,0
As figuras/ilustrações são relevantes	100,0
<b>Layout e apresentação</b>	
Característica do <i>layout</i>	100,0
Tamanho e tipo de letra	100,0
<b>Estimulação/Motivação do aprendizado</b>	
Utiliza a interação	80,0
As orientações são específicas e dão exemplos	80,0
Motivação e auto eficácia	80,0
<b>Adequação Cultural</b>	
É semelhante à lógica, linguagem e experiência	100,0
Imagem cultural e exemplos	100,0

*Fonte: próprio autor*

Os especialistas de aparência avaliaram a tecnologia impressa “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” como adequado mediante nove itens, compreendidos em quatro domínios, conforme Tabela 4. Vale acrescentar que cinco itens não estiveram presentes nesse manual e foram retirados da tabela.

Observa-se, na Tabela 4, que as porcentagens de concordância, entre os juízes de aparência, nos quatro domínios, variaram de 80,0% a 100,0 %. Aponta-se que dois domínios, *layout/apresentação* e adequação cultural, foram avaliados em 100%, todos adequados para o intuito do manual construído, atingindo o objetivo da tecnologia desenvolvida.

### **Fase 3 – CORREÇÕES DA TECNOLOGIA IMPRESSA E CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA VERSÃO**

Após avaliação quantitativa, com a porcentagem de concordância, procedeu-se à avaliação qualitativa, na qual se analisaram as sugestões, críticas e elogios dos 14 juízes de conteúdo e aparência.

As sugestões e críticas foram analisadas pela pesquisadora e destacadas a seguir. E, para melhor organização, as considerações foram descritas por grupo e domínio, bem como pelas alterações realizadas no manual. Iniciando pelo grupo de juízes de conteúdo e, em seguida, pelos juízes de aparência.

A seguir, o Quadro 5 apresenta as considerações dos juízes de conteúdo, segundo domínio Objetivo, referente aos propósitos, metas ou finalidades do manual educativo.

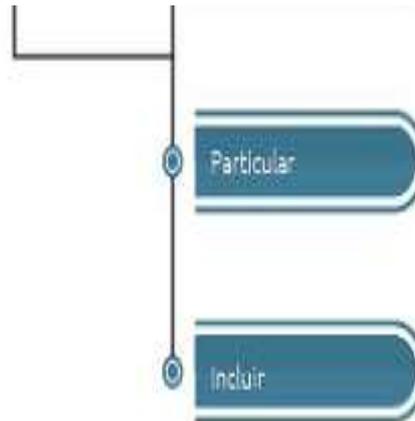
**Quadro 5** – Considerações dos juízes de conteúdo, segundo o Domínio Objetivo, Propósito, Metas ou Finalidades, Acarape-CE, 2018.

<b>Domínio Objetivo Propósitos, Metas Ou Finalidades</b>	<b>Sugestões</b>	<b>Juízes</b>
<b>Adequado ao processo de ensino-aprendizagem</b>	Estimular melhor com apresentação mais dinâmica, sem repetição de informação e retirada de informações desnecessárias.	JC8
<b>Proporciona reflexão sobre o tema</b>	Ao final de cada tópico, inserir algum questionamento.	JC9 e JC5
<b>Incentiva mudança de comportamento</b>	Pode ser melhorado com textos escritos, como: Você professor, sabe quais são os tipos de deficiências? E, em seguida, apresenta o respectivo conteúdo.	JC3

*Fonte: próprio autor*

Conforme sugerido no Quadro 5, foram retiradas informações repetidas e/ou desnecessárias, e inseridos sete questionamentos para proporcionar reflexão e incentivar a mudança de comportamento, são estes: Na sua opinião, a escola onde você trabalha encontra-se preparada para incluir alunos com deficiência? O que você tem realizado para contribuir com a acessibilidade da sua escola? A escola onde você trabalha possui algum tipo de acessibilidade? Durante o processo de ensino-aprendizagem, você proporciona o desenvolvimento das habilidades do aluno com deficiência? Você, na sua prática pedagógica, promove a inclusão do aluno com deficiência? Que atitude (s) você acha que os professores deveriam ter para garantir o sucesso de um aluno com deficiência? No seu ponto de vista, a formação docente, no cenário atual, consegue atender às necessidades dos alunos com deficiência dentro da escola?

Após essa análise, conclui-se que lei e declarações envolvendo os direitos humanos fortalecem as escolas regulares a adotarem um ensino com perspectiva inclusiva. E hoje, isso representa um caminho eficaz para tentar combater as atitudes discriminatórias construindo um universo mais acolhedor e uma sociedade mais inclusiva.



Ainda nesse mesmo domínio, foi sugerido, pelos JC5 e JC7 que fosse realizada revisão de português. O JC6 sugeriu que abordasse como as Pessoas com Deficiência podem ingressar à escola e quais as etapas para obter tal êxito, esta sugestão não foi acatada, tendo em vista o material educativo não obter tal propósito.

A seguir, o Quadro 6 apresenta as considerações dos juízes de conteúdo, segundo domínio Estruturação e Apresentação, referente à organização, estrutura, estratégia, coerência e suficiência do manual educativo.

**Quadro 6** – Considerações dos juízes de conteúdo, segundo domínio Estruturação e Apresentação, Acarape-CE, 2018.

<b>Domínio</b>	<b>Sugestões</b>	<b>Juízes</b>
<b>Estrutura/Apresentação Organização, Estrutura, Estratégia, Coerência e Suficiência</b>		
<b>Linguagem apropriada ao material educativo</b>	Sugiro substituir a expressão “estudante deficiente” por “estudante com deficiência”.	JC1
	Adequar os termos “aluno deficiente” e “estudante deficiente”.	JC2
	Adequar a linguagem para o público nas definições das deficiências.	JC6
	Sugiro que o manual passe por revisão de português.	JC7
<b>Linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo</b>	Sugiro colocar mais quadros ou caixas de diálogos, diminuindo as partes longas do texto.	JC3 e JC8
	Inserir questionamentos junto aos leitores, mais perguntas reflexivas.	JC5
	Aumentar a quantidade de ilustração.	JC9
<b>Informações corretas</b>	Ajustar na ilustração linha do tempo a sequência do ano de 1990 e 1981.	JC2
<b>Informações objetivas</b>	Inserir o ano referente ao período de exclusão.	JC2
	Melhorar a apresentação do conteúdo de legislação, tornando-a mais clara e objetiva.	JC8
<b>Informações esclarecedoras</b>	Descrever e/ou exemplificar como os educadores podem favorecer a autonomia da PcD.	JC2 e JC7
<b>Informações necessárias</b>	Inserir página com sites, livros.	JC2
	Citar exemplos de tecnologia assistiva que podem ser utilizadas na educação.	JC7

Fonte: próprio autor

No Quadro 6, encontram-se considerações quanto ao item linguagem apropriada, havendo a necessidade de modificar ou substituir alguns termos e definições referente à PcD e acessibilidade, como a substituição da expressão “estudante/aluno deficiente” padronizado para aluno com deficiência em todo o texto do manual, bem como os conceitos dos tipos de deficiência e acessibilidade.

Em relação aos itens informações corretas, objetivas, esclarecedoras e necessárias, a pesquisadora acatou as considerações dos juízes, alterando o ano na linha do tempo, inserindo o período de exclusão e resumindo o assunto envolvendo legislação. Como também, inseriram-se exemplos de tecnologia assistiva,

representando estratégias para os professores utilizarem, favorecendo a autonomia das PcD.

O JC2 sugeriu inserir uma página com referências de livros, sites, manuais, sendo acatada. A consideração do JA3 e JA8 em inserir quadros ou caixas de diálogos no manual educativo para diminuir os textos não foi acatada, pois o material se encontrava diagramado e a inserção de quadros alteraria toda a organização das ideias, imagens e *layout* da tecnologia educativa, ficando essa sugestão para ser acatada na próxima fase, a validação do manual com o público-alvo.

Após exposição das sugestões, críticas ou considerações dos nove juízes de conteúdo, foi criada a segunda versão do “Manual sobre Acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” e, em seguida, o material educativo foi reavaliado por, apenas, três dos nove juízes de conteúdo, validando os itens com porcentagem de concordância inferior ao máximo. Ao final, todos os itens ficaram com porcentagem de concordância máxima de 100%.

Após exposição da correção de conteúdo, seguem as considerações dos cinco juízes de aparência.

A seguir, Quadro 7, apresentam-se as considerações dos juízes de aparência, segundo Domínio Ilustrações Gráficas, referente à utilização de subtítulos, tipos de ilustrações, se as ilustrações são relevantes e apresentam legenda e se as tabelas apresentam explicação no manual educativo e segundo domínio *Layout* e Apresentação, referente à característica do *layout*, tamanho e tipo de letra e se utiliza subtítulos no manual educativo.

**Quadro 7** – Considerações dos juízes de aparência, segundo Domínio Ilustrações Gráficas e *Layout* e Apresentação, Acarape-CE, 2018.

<b>Ilustrações gráficas</b>	<b>Considerações</b>	<b>Juízes</b>
<b>Tipos de ilustrações</b>	Inserir personagens nitidamente negro e deixar apenas um personagem com olhos claros.	JA1
<b>As figuras/ilustrações são relevantes</b>	Inserir aparelho auditivo no garoto loiro da página 29.	JA4
<b>Layout e apresentação</b>	<b>Considerações</b>	<b>Juízes</b>
<b>Característica do layout</b>	Não separar os balões referentes ao conceito de cegueira e baixa visão, deixar na mesma página.	JA4

Fonte: próprio autor

No Quadro 7, o JA4 sugeriu a inserção de aparelho auditivo na imagem do menino loiro para caracterizar uma das deficiências abordadas, como pode-se observar na figura que segue.

Nesse interim, é importante a efetivação desse Núcleo para apoio às Pessoas com Deficiência.

29



*Você, na sua prática pedagógica, promove a inclusão do aluno com deficiência?*

Por outro lado, o JA1 sugeriu que algumas imagens apresentassem características de pessoas negras, sendo esse critério explorado pela pesquisadora junto ao profissional de design. Porém, a escolha da cor do lápis foi marrom e não preta, o que poderia causar dificuldade maior no tratamento das imagens e, mesmo assim, a raça negra não deixou de ser contemplada.

Em se tratando de educação inclusiva, o objetivo é eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, à classe social, à etnia, à religião, ao gênero e à habilidade. Dessa forma, a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico, fundamento para uma sociedade mais justa e deve contemplar todas as crianças, não obstante as suas características individuais.



Para os juízes de aparência, o manual educativo não apresenta subtítulos, ilustrações sem legenda, ausência de listas e tabelas, logo, foram avaliados como não se aplica e com isso não receberam nenhuma sugestão ou consideração a ser modificada.

O JA4 sugeriu evitar a separação, por página, do conceito de cegueira e baixa visão que se encontra dentro de balões e imagens atreladas à definição do tipo de deficiência, como observado no Quadro 9. Foi acatada essa contribuição.



Após acatar as sugestões pertinentes, a última versão do “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino médio” foi a seguinte: 44 páginas, destas, 31 apresentam elementos textuais, com tamanho de formatação de 23cm de altura X 16cm de largura. Cada página, no máximo, apresenta duas ilustrações, totalizando 27 imagens.

## 6 DISCUSSÃO

O manual do presente estudo foi validado, com intuito de disponibilizar, para professores do ensino básico material educativo que ofereça maior credibilidade junto ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, o que reforça a confiabilidade das informações contidas no mesmo, as quais são: acessibilidade, inclusão e PcD no ambiente escolar.

A avaliação dos juízes de conteúdo e aparência evidenciou que o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” constitui-se tecnologia educativa impressa com conteúdo pertinente e válido, no que diz respeito ao construto que se desejava avaliar (acessibilidade, inclusão e aluno com deficiência no ambiente escolar).

Os conteúdos sobre acessibilidade, inclusão e PcD que foram contemplados são, respectivamente, conceito, classificação e relaciona o termo acessibilidade ao desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, exemplifica tecnologias educacionais para alunos com deficiência; conceitua, inclusão, inclusão social, educação especial, educação inclusiva, associa inclusão e educação da PcD e comenta sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; aborda perspectiva histórica e cultural referente às PcD, os períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão, conceitua e classifica os tipos de deficiência e aborda a PcD na educação.

De acordo com o conteúdo, os juízes de conteúdo sugeriram substituir, retirar, inserir e explicar algumas frases, termos técnicos, parágrafos e adequação textual. Essas sugestões foram aceitas, com intuito de aperfeiçoar a linguagem utilizada, aumentando a compreensão do leitor.

Com isso, acredita-se que, embora a comunicação escrita seja ferramenta indispensável para disseminação de conhecimento, existem aspectos relacionados à linguagem, ilustrações e *layout* que devem ser considerados na construção do material educativo impresso, a fim de torná-los facilmente compreensíveis, legíveis e relevantes (GENTIL *et al.*, 2017), o que garante melhor qualidade do manual educativo impresso para o público-alvo (MOURA *et al.*, 2017).

Ao analisar o Domínio Objetivo, o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” apresenta-se adequado quanto ao tema proposto, ao processo de ensino-aprendizagem e esclarecimento de dúvidas sobre

acessibilidade, inclusão e PcD, evidenciando que o material educativo poderá contribuir para ampliação do conhecimento do público-alvo.

Existe consenso, entre autores, de que material educativo necessita ser escrito de maneira simples, com nível de leitura adequado ao público-alvo e que possibilite transmitir informações precisas (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014).

Ao transmitir claramente a informação, sem que haja interpretação errônea, e esclarecendo possíveis dúvidas, a tecnologia educativa se torna eficaz para o processo de ensino-aprendizagem, podendo ser utilizado como material educativo pelo facilitador desse processo (RIBEIRO *et al.*, 2017).

Estudo envolvendo a construção e validação de manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço, submetidos à radioterapia, evidenciou que materiais educativo assumem papel relevante em atividades educacionais, em virtude de ajudarem o público-alvo a compreender melhor as informações, facilitando o processo de ensino-aprendizagem, caracterizando estratégia de suporte para difusão de conhecimento (CRUZ *et al.*, 2016).

O manual educativo desse estudo apresenta vocabulário apropriado para clientela, trazendo no texto palavras comuns, o que caracteriza adequado nível para leitura e aprendizado, pois este último é facilitado, devido à inserção de tópicos e “subtópicos” presentes no texto, o que proporciona direcionamento no contexto das informações.

Assim como nesse trabalho, estudo envolvendo a elaboração de manual de orientação para cuidado em saúde junto a pacientes com sequelas neurológicas, buscou elaborar mensagens com vocabulário coerente com o público-alvo e de fácil leitura, objetivando atingir o propósito do manual (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Quanto a proporcionar reflexão sobre a temática e incentivar mudança de comportamento, ao ser reavaliado após os ajustes, foram avaliados pelos juízes com IVC ideal. Houve a retirada de ideias/pensamentos repetitivos, desnecessários e foram inseridos questionamentos entre os tópicos presente no manual, o que estimula o público-alvo durante o processo de ensino-aprendizagem a refletir sobre o tema e mudança de comportamento, favorecendo para formação de consciência crítica/reflexiva.

Logo, questionamentos inseridos no texto representam ferramenta facilitadora para possíveis mudanças e tomada de decisão (ALBUQUERQUE *et al.*,

2016). Promover reflexão e incentivar a mudança de comportamento são primordiais para que o manual educativo tenha o propósito atingido, configurando-se como tecnologia reflexiva, crítica e atitudinal.

Em pesquisa de validação de manual educativo para cuidados no pós-operatório de revascularização, verificou-se que materiais educativos impressos devem ser informativos e persuasivos para mudança de comportamento, bem como confeccionados para merecerem atenção do público-alvo (GENTIL *et al.*, 2017).

Os manuais educativos assumem papel importante no processo de educação, visto que facilitam a aprendizagem do conteúdo, portanto, é extremamente necessário transformar o conhecimento científico/técnico em mensagens que facilitem a compreensão do conteúdo pelo público-alvo (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Os manuais são considerados meio de comunicação eficaz para transmitir informações, bem como influenciam na troca de conhecimento quando são utilizados como tecnologia educativa, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do público-alvo (COSTA *et al.*, 2013).

Por isso, tornou-se crescente o uso de tecnologias educativas durante o processo de ensino-aprendizagem, pois apresentam definições claras referentes ao propósito educacional que necessita ser atingido pelo público-alvo e o material educativo impresso possui o objetivo de ampliar o conhecimento, a satisfação e a aderência do conteúdo explanado no decorrer da exposição textual (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014).

Assim, neste estudo, preocupou-se em utilizar linguagem acessível e objetiva, principalmente nas definições dos tipos de deficiência e acessibilidade. Nota-se que o manual construído representa tecnologia educativa pautada em beneficiar o processo de ensino-aprendizagem do público-alvo, esclarecendo dúvidas quanto à temática, tendo em vista os juízes de conteúdo avaliarem o manual como adequado nesse quesito.

Em estudo de validação de manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço, submetido à radioterapia, reconheceram que o “Manual de Orientações: radioterapia em cabeça e pescoço” pode ser eficaz como estratégia de educação, o que oferece ao público-alvo a possibilidade em facilitar o processo de ensino-aprendizagem, bem como direciona aos facilitadores uniformização na passagem do conteúdo para determinada clientela (CRUZ *et al.*, 2016).

Para o processo de elaboração textual, é de suma importância a adequação do texto, de acordo com o nível educacional da clientela em estudo, beneficiando-a com a tecnologia educacional construída (TELES *et al.*, 2014).

Corroborando com esse estudo, pesquisa de construção de manual para pessoas com diabetes e, na elaboração textual, o pesquisador apresentou sutileza no momento da escolha da escrita e da linguagem a ser implementadas no material educativo, pois se acredita que o texto necessita estar adequado ao nível educacional do público-alvo, tendo em vista o mesmo ser o principal beneficiário com a construção e validação de tecnologia educativa (PADILHA *et al.*, 2017).

Acerca do Domínio Estrutura, Apresentação, o presente manual, ao ser reavaliado pelos juízes de conteúdo, apresentou-se validado em todos os itens do instrumento, atingindo IVC máximo, 1,0.

Corroborando com o presente estudo, pesquisa sobre construção e validação de manual informativo sobre banho no leito mostrou que para facilitar a compreensão do público-alvo que utilizam o manual, é necessário manter estrutura e apresentação coerentes, assim como sequência lógica de conteúdo, organização das ideias, tipo de letra, papel, espaçamento, possuir ilustrações, linguagem clara e objetiva (LOPES *et al.*, 2013).

Os itens linguagem apropriada e interativa, informações corretas, objetivas, necessárias e tamanho do texto representam aspectos essenciais que necessitam estar presentes no manual de forma adequada, contribuindo para que o material educativo alcance o propósito com maior credibilidade e elegibilidade, tornando-o apropriado para o público-alvo (RIBEIRO *et al.*, 2017).

É necessário que as informações selecionadas para composição do manual sejam aquelas realmente necessárias e corretas, para que o material educativo seja atraente, conciso e objetivo, o que tornou a tecnologia educativa desenvolvida neste estudo como válida.

Procurou-se incluir linguagem interativa, incentivando a leitura mediante a utilização de linguagem acessível e dinâmica, direcionada aos professores do ensino básico, como forma, também, de incluí-lo no processo de ensino-aprendizagem (CRUZ *et al.*, 2016).

Em estudo envolvendo a temática construção de manual sobre diabetes, verificou-se, mediante IVC aceitável, que houve utilização de linguagem apropriada, sendo está considerada como clara, objetiva, lúdica e de fácil entendimento para o

público-alvo, permitindo o uso do material educativo de forma efetiva (PADILHA *et al.*, 2017).

Associar aspectos lúdico ao cognitivo representa estratégia diferente que contribui no processo de ensino-aprendizagem de conceitos complexos e abstratos, favorecendo motivação interna, poder de argumentação, autoaprendizagem, raciocínio (MOURA; MOURA; MENEZES; BARROS; GUEDES, 2017).

Portanto, como identificado pelos autores, é necessário que a linguagem esteja apropriada e interativa para o público-alvo, tendo em vista que o material educativo promove aprendizado durante o processo educativo, o que foi identificado na validação do presente estudo e, desta maneira, foi necessária retirada de termos técnicos, a fim de facilitar a compreensão.

As considerações quanto ao item linguagem apropriada, havendo a necessidade de modificar ou substituir alguns termos e definições referente à PcD, como a substituição da expressão “estudante/aluno deficiente” padronizando como aluno com deficiência em todo o texto do manual, bem como os conceitos dos tipos de deficiência e de acessibilidade, abandonando linguagem mais técnica para adotar linguagem mais acessível ao público-alvo.

Em pesquisa realizada sobre validação de cartilha educativa para prevenção de HIV/Aids em idosos, constou-se a necessidade de acatar as modificações sugeridas pelos juízes para substituir e explicar termos técnicos, inapropriados ou confusos, bem como acrescentar as informações necessárias, os juízes demonstrarem interesse em utilizar a tecnologia impressa como material educativo (SOUZA; MORAIS; OLIVEIRA, 2015). Quanto aos termos técnicos ajustados após validação pelos juízes, ficou evidente que tornou o manual com linguagem mais acessível, clara e interativa.

É fundamental que a linguagem do material educativo se apresente com clareza, pois se sabe que na leitura do mesmo o leitor estará sozinho diante da interpretação textual, logo, colabora com o processo de ensino-aprendizagem (GENTIL *et al.*, 2017).

Estudo referente à construção e validação de álbum seriado intitulado de “Cuidados no pós-parto” necessitou adaptar termos técnicos, utilizando-se de linguagem mais clara, simples, direta trazendo aproximação com o vocabulário adequado à clientela (TEIXEIRA *et al.*, 2016).

Para linguagem técnico-científica, estudo evidenciou que dificulta a interpretação das informações, o que influencia no surgimento de dúvidas, quanto ao conteúdo explanado, dificultando o processo de ensino-aprendizagem (GENTIL et al., 2017).

Neste estudo, os juízes de conteúdo avaliaram que o manual educativo se apresentou relevante e adequado para o objetivo proposto e estímulo ao aprendizado, podendo contribuir para ampliação do conhecimento na área, bem como despertar o interesse do público-alvo pela temática.

Acerca da validação de aparência, os juízes avaliaram o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” adequado. Portanto, para que o manual se torne ferramenta educativa, além do conteúdo, nível educacional, contexto, vocabulário e escrita do público-alvo, deve-se analisar outros aspectos, como as ilustrações gráficas, *layout*/apresentação, estímulo-motivação para aprendizado e adequação cultural.

As ilustrações gráficas possuem a função de atrair o leitor, despertar, manter o interesse pela leitura e reforçar a informação fornecida pelo facilitador no ensinamento, é comprovado que a imagem colorida apresenta maior relevância no *layout* do material educativo, o que corrobora com legibilidade e compreensão textual (CORDEIRO et al., 2017).

Concorda-se com as sugestões dos juízes de aparência ao avaliarem o material educativo deste estudo, o que tornou o manual mais adequado e atrativo possível para clientela estudada, proporcionando melhora no processo de ensino-aprendizagem.

Neste estudo, utilizaram-se de ilustrações coloridas, sendo apontado como fator importante na construção deste trabalho, objetivando leitura mais dinâmica, estabelecendo tons mais alegre, descontraído e animado.

Acredita-se que a associação das informações textuais com a linguagem visual aumente o estímulo e interesse pela leitura (CRUZ et al., 2016). A utilização de ilustrações coloridas, ao invés de preto e branco, estimula a atenção e o interesse do público-alvo para o aprendizado e compreensão da linguagem não verbal (GENTIL et al., 2017).

As ilustrações para serem consideradas adequadas devem ser atraentes, com comunicação clara ao objetivo do material educativo, ajudando no entendimento do assunto abordado (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014).

A avaliação dos juízes sobre as ilustrações apontou IVC 1,0 quanto à relevância, as quais foram consideradas adequadas. Ao inserir as ilustrações, objetivou-se facilitar o entendimento das informações, pois é sabido que a figura auxilia na fixação do conteúdo pelo leitor e, em virtude disso, foi contratado profissional de design para criação das imagens.

Esse relato possui concordância com o estudo de outra pesquisa, envolvendo a validação de manual que identificou a importância da atuação de desenhista para criação das ilustrações, pois acredita-se que imagens auxiliam na fixação do conhecimento, por apresentar-se próxima e esclarecer o texto e a tornar a tecnologia mais atrativa (RIBEIRO *et al.*, 2017).

Neste estudo, as imagens se apresentaram relevantes para temática abordada, considerando aumento do aprendizado do público-alvo, tendo em vista a imagem encontrar-se próxima do contexto a qual se refere o texto presente no manual. O Domínio Ilustração Gráfica foi considerado adequado pelos juízes de aparência, o que torna o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” válido neste quesito.

Enfatiza-se que as ilustrações facilitam a comunicação visual, atraem o leitor, despertam o interesse pela leitura e auxiliam na compreensão do texto, bem como o acesso por parte do público-alvo com pouca familiaridade com a linguagem escrita (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014).

Assim, o manual educativo deste estudo adequou uma ilustração, conforme sugestão dos juízes, quanto à inserção de aparelho auditivo na imagem, caracterizando uma das deficiências abordadas na tecnologia educativa, pois essa associação torna o manual mais apropriado quanto à linguagem ilustrativa, contribuindo para associação do conteúdo abordado com a imagem.

O manual é considerado tecnologia que direciona, padroniza e dinamiza informações, mediante a utilização de ilustrações e através de linguagem clara e compreensível para público-alvo, pois apresenta informações relevantes sobre a temática em estudo, é atrativo e objetivo (COSTA *et al.*, 2013).

Acredita-se que para atrair o leitor, é necessário que o manual se apresente de forma atraente, mediante disposição adequada do texto e ilustrações, excelente associação das cores ao corpo do texto e título, tamanho da letra e, principalmente, a fonte utilizada (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Quanto ao *layout* e apresentação do “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”, após avaliação dos juízes de aparência, foi considerado adequado, tendo em vista apresentar-se com tamanho e tipo de letra adequado para confecção do manual a ser impresso. Portanto, a tecnologia educativa encontra-se com aparência, apresentação e *layout* apropriados para o intuito da construção.

Neste estudo, para integrar essas características envolvendo o *layout* do material educativo, houve necessidade de contratar profissional com experts na área de mídias digitais, percebendo que os juízes de aparência concordaram 100% quanto ao Domínio *Layout*, atingindo IVC máximo exigido pela literatura.

Ilustração, *layout* e design representam itens relevantes para atrair o público-alvo, estimular a leitura e assimilar a informação transmitida, escrita ou não, de forma sucinta, bem elaborada e compreendida (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Outro ponto avaliado como adequado foi o Domínio Estimulação/Motivação do Aprendizado, cujos juízes de aparência avaliaram o manual educativo como tecnologia motivacional, promovendo interação com o público-alvo, pois abordar uma temática atual, utilizando textos ilustrativos, orienta de forma específica, mediante abordagem de exemplos educacionais para colocar em prática mudanças e atitudes advinda da leitura textual.

Estudo aponta que é necessária a interação de texto e ilustração, e que ambos acabam motivando o uso do manual como tecnologia educacional. Acredita-se que o material educativo se torna eficaz para o aprendizado quando pondera a relevância motivacional e autoeficácia deste, o que colabora para ensinamento da clientela estudada (OLIVEIRA; LOPES; FERNANDES, 2014). Neste estudo, o Domínio Motivação do Aprendizado foi avaliado como adequado, com porcentagem de concordância de 80%.

Ao associar ao contexto inserido do público-alvo, o processo de elaboração textual é de suma importância à adequação do texto, de acordo com o nível cultural da clientela em estudo, beneficiando-a com a tecnologia educacional construída (TELES *et al.*, 2014).

Observou-se que os itens referentes ao Domínio Adequação Cultural obtiveram porcentagem de concordância ideal na avaliação dos juízes de aparência, correspondendo a IVC máximo, pois apresenta imagens, exemplos, lógica, linguagem apropriada para cultura brasileira. Acrescente-se que futuramente essa

tecnologia poderá ser aplicada em outros países lusófonos, logo após validação com o público-alvo no Brasil e adaptação transcultural.

Autores afirmam que durante a construção do material educativo, deve-se adequar a tecnologia educativa ao nível cultural do público-alvo a ser beneficiado, associando ao entendimento do mesmo (RIBEIRO *et al.*, 2017).

Para ampliar o conhecimento dos professores do ensino básico sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência, fez-se necessária validação de conteúdo e aparência do “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”.

Essa validação torna-se necessária para alcançar a cientificidade do conteúdo apresentado no manual educativo (MEDEIROS *et al.*, 2013). Este processo torna a tecnologia educativa confiável e apropriada para determinada população, o que contribui para efetividade do material, assim como a atualização do manual, pois sabe-se que o conhecimento científico se renova constantemente (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Percebe-se que a intenção de construir e validar o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” foi de proporcionar aos professores do ensino básico tecnologia educativa que possibilitassem a construção do conhecimento sobre a temática através de leitura reflexiva e significativa para profissão, o que pode possibilitar possíveis mudanças na atitude desse profissional e ser humano.

Como observado, a área da saúde, em específico o profissional enfermeiro, utiliza tecnologia educativa impressa como estratégia de suporte no processo saúde-doença da população, por meio de atividades de educação em saúde, configurando-se em materiais que facilitam a passagem de informação. Tratando-se da estratégia educação em saúde, o facilitador tem utilizado com frequência e, de forma crescente, manuais educativos como recurso didático para favorecer ao processo de ensino-aprendizagem da clientela (OLIVEIRA; LUCENA; ECHER, 2014).

Torna perceptível a parceria entre os setores Saúde e Educação, especialmente no que diz respeito à implementação de programas de assistência à saúde da comunidade escolar como observado no PSE, através da atuação de profissionais da saúde, em especial o enfermeiro (SILVA; BODSTEIN, 2016).

O PSE fundamenta-se nos princípios de integralidade, territorialidade e a intersetorialidade, desenvolvendo ações de saúde que contribui para formação integral dos estudantes, assim como dos profissionais da educação, desenvolvendo ações de prevenção, promoção e assistência à saúde, através das práticas educativas (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017).

Manual educativo impresso se enquadra como instrumento a ser utilizado nas práticas educativas do enfermeiro, a fim de contribuir com atividades de aprendizagem. Entretanto, mediante a construção deste estudo, observou-se que deve ser tecnologia educativa adequada para atender às necessidades da clientela, através de abordagem acessível, permitindo reflexão crítica para construção do conhecimento (ASSUNÇÃO *et al.*, 2013)

Corroborando com essas informações, estudo realizado sobre a percepção de mães acerca do cuidado de crianças com estomias levantou o seguinte questionamento: recursos educativos podem ajudar? Verificou-se que material educativo para educação e promoção da saúde é estratégia eficaz no processo de aprendizagem (VIEIRA *et al.*, 2018).

A educação em saúde representa ferramenta para qualificar os conhecimentos, as atitudes e as práticas da clientela, o que contribui para promoção da saúde. Logo, é ferramenta que objetiva desenvolver a capacidade individual e coletiva, melhorando as condições de vida, saúde, educação da população (BARBOSA *et al.*, 2015).

Destaca-se que nenhuma tecnologia educativa, por exemplo manual, substitui as recomendações fornecidas verbalmente pelo profissional da saúde, enfermeiro, durante as consultas, embora os materiais educativos representem alternativa para reforçar as informações transmitidas por tal profissional. Portanto, os manuais educativos podem ser utilizados no domicílio como recurso para leitura posterior às orientações, diminuindo a possibilidade de confusão com as informações fornecidas apenas de forma verbal (PADILHA *et al.*, 2017).

Para que ocorra assimilação das informações por parte da clientela, é necessário momento para formação, um facilitador para o ensino e material didático acessível a mesma, o que contribui durante o processo de ensino-aprendizagem, bem como na motivação da população pela procura do conhecimento (FERNANDES *et al.*, 2016).

É necessário elaborar materiais educativos de qualidade que promovam intervenção educativa pautadas nos saberes estruturados e em informações direcionadas ao público-alvo (LIMA *et al.*, 2017).

Dessa maneira, o “Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino médio”, configura-se como material educativo a ser utilizado em processo de formação/capacitação de professores do ensino básico, logo após encontrar-se validado pelo público-alvo, sendo o enfermeiro facilitador capacitado para formação, tendo em vista apresentar ações educativas como prática diária da profissão.

## 7 CONCLUSÃO

Neste estudo, considerou-se o “Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no ensino básico” válido, tendo em vista perpassar pelo processo de validação de conteúdo e aparência, apresentando linguagem adequada, acessível, atraente e de fácil compreensão para professores do ensino básico, o que contribuirá para ampliação do conhecimento destes. A versão final do manual, após reavaliação dos juízes de conteúdo, ficou com 27 ilustrações, 44 páginas, com tamanho de 23cm de altura X 16cm de largura.

Este estudo apresentou como limitações a dificuldade de encontrar o quantitativo de profissionais com expertise na área, a ausência da etapa de validação com o público-alvo e o cumprimento do prazo para entrega do manual avaliado, não contemplando todas as etapas sugeridas pelo referencial teórico.

Espera-se que, em estudos posteriores, seja realizada validação do manual com o público-alvo, a fim de verificar a validade do material educativo. Ainda, sugere-se a validação em outros cenários, países lusófonos, adaptando a tecnologia educacional à linguagem e cultura de cada país, como também a adaptação do manual para professores do ensino superior, tendo em vista o aumento do ingresso de alunos com deficiência em universidades.

Ademais, sabe-se que são necessárias revisões do conteúdo, pois o conhecimento científico é constantemente alterado, assim como podem existir novas demandas de conhecimento apresentadas pelos professores do ensino básico.

## REFERÊNCIA

- ÁFIO, A.C.E.; BALBINO, A.C.; ALVES, M.D.S.; CARVALHO, L.V.; SANTOS, M.C.L.; OLIVEIRA, N.R. Análise do conceito de tecnologia educacional em enfermagem aplicada ao paciente. **Rev Rene**, v.15, n.1, p.158-65, 2014.
- ALBUQUERQUE, A.F.L.L.; PINHEIRO, A.K.B.; LINHARES, F.M.P.; GUEDES, T.G.G. Technology for self-care for ostomized women's sexual and reproductive health. **Rev Bras Enferm [Internet]**, v.69, n.6, 1164-71, 2016.
- ALEXANDRE, N.M.C.; COLUCI, M.Z.O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n7/06.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- ALMEIDA, Q.; FÓFANO, G.A. Tecnologias leves aplicadas ao cuidado de enfermagem na unidade de terapia intensiva: uma revisão de literatura. **HU Revista**, v.42, n.3, p. 191-196, 2016.
- AME. **Retratos da Deficiência: cenário nos países de Língua Portuguesa**. 2008.
- ANGOLA. **Implementação da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência**. RELATÓRIO INICIAL 2014 – 2016. 2016.
- ARAGÃO, A.E.A.; PAGLIUCA, L.M.F. **Acessibilidade das pessoas com deficiência física aos serviços hospitalares**. 1. ed. Sobral: Fundação Universitária de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECT, 2014.
- ARRUDA, M. A.; ALMEIDA, M. (coord.). **Cartilha da inclusão escolar: inclusão baseada em evidências científicas**. 2014. Disponível em: <<http://www.aprendercrianca.com.br/cartilha-da-inclusao/199-educacao-inclusiva/385-cartilha-da-inclusao-3>> Acesso em: 20 ago. 2018
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2004. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos..** Rio de Janeiro, 2004. 97p. Disponível em: <[https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)> Acesso em: 20 de maio 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029: 2006 informação e documentação – livros e folhetos – apresentação**. Rio de Janeiro, 2006. 14p. Disponível em: <[https://performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/NBR\\_6029\\_-\\_2006.pdf](https://performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/NBR_6029_-_2006.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2017
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. 148p. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/pessoa-com-deficiencia/publicacoes-2015/pdfs/norma-brasileira-abnt-nbr-9050-1>> Acesso em: 10 ago. 2017.

ASSUNÇÃO, A.P.F. *et al.* Práticas e Tecnologias no Cotidiano de Enfermeiras da Estratégia Saúde da Família. **Rev enferm UFPE on line**, v.7, n.11, p.6329-35, 2013.

BARBOSA, L.N.; SANTOS, N.C.; MORAES, M.A.M.; RIZZARDI, S.D.; CORRÊA, E.C. Prevalência de práticas educativas acerca do aleitamento materno exclusivo (AME) em Cuiabá – MT. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, v.19, n.1, p.147-53, 2015.

BARDY, L.R.; HAYASHI, M.C.P.I.; SCHLÜNZEN, E.T.M.; SEABRA JÚNIOR, M.O. Objetos de Aprendizagem como Recurso Pedagógico em Contextos Inclusivos: Subsídios para a Formação de Professores a Distância. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.19, n.2, p.273-288, 2013.

BENEVIDES, J.L.; COUTINHO, J.F.V.; PASCOAL, L.C.; JOVENTINO, E.S.; MARTINS, M.C.; GUBERT, F.A. *et al.* Construção e validação de tecnologia educativa sobre cuidados com úlcera venosa. **Rev. Esc. Enferm. USP**. v.50, n.2, p.309-316, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n2/pt\\_0080-6234-reeusp-50-02-0309.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n2/pt_0080-6234-reeusp-50-02-0309.pdf)> Acesso em: 05 maio 2017.

BENTO, T.S.; CASTILHOS, G.I.C.; SCHOELLER, S.D.; ROCHA, P.K.; THOLL, A.D.; SOARES, M.Z. Desafios para inclusão da criança com deficiência na escola. **Enferm. Foco**, v.6, n.1/4, p.36-40, 2015.

BERARDINELLI, L.M.M.; GUEDES, N.A.C.; RAMOS, J.P.; SILVA, M.G.N. Tecnologia educacional como estratégia de empoderamento de pessoas com enfermidades crônicas. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2014 set/out; 22(5):603-9.

BRANCO, A.P.S.C.; LEITE, L.P. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. **Psic. da Ed.**, v.43, p. 35-45, 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. **Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1978. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181299/000393135.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei\\_n\\_10\\_436\\_de\\_24\\_de\\_abril\\_de\\_2002\\_15226896225947\\_7091.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf) Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 2 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de Saúde: experiências do Brasil**. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas\\_promotoras\\_saude\\_experiencias\\_brasil\\_p1.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf)> Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Portaria Normativa n. 13**, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola**. Brasília: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, 2008a. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_24.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília; 2008b. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf)> Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução n. 466/2012, de 12 de dezembro de 2012. **Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html)> Acesso em: 11 set. 2016.

**Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 10 de maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Caderno Gestor do PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, 2015a. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno\\_gestor\\_pse.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf)> Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 6 jul. 2015b. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)**. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 2015c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira, Brasília, 5v. 2015d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Vol+5/ee07ce50-a60f-4614-9aac-01bfe168df5f?version=1.2>>. Acesso em: 10 de maio 2018.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar**. 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/caderno\\_de\\_instrucoes/caderno\\_de\\_instrucoes\\_censo\\_escolar\\_2017\\_v.2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/caderno_de_instrucoes_censo_escolar_2017_v.2.pdf)> Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 21 set. 2017. Disponível em: <<http://www.foa.unesp.br/home/pos/ppgops/portaria-n-2436.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Ministério da Educação. Manual Instrutivo. **Programa Saúde na Escola Brasília**: MS; 2013.

CAMARGO, Eder Pires. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. [Editorial]. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/1516-7313-ciedu-23-01-0001.pdf>> Acesso em: 05 maio 2017.

CARVALHO, F.F.B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.1207-1227, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312015000401207&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312015000401207&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 05 jan. 2018.

CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr.-jun., 2014.

CIANTELLI, A.P.C.; LEITE, L.P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul.-set., 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000300413&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000300413&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 05 set. 2018.

CORDEIRO, L.I.; LOPES, T.O.; LIRA, L.E.A.; FEITOZA, S.M.S.; BESSALL, M.E.P.; PEREIRA, M.L.D *et.al.* Validation of educational booklet for HIV/Aids prevention in older adults. **Rev. Bras. Enferm. [Internet]**. v.70, n.4, p.808-15, 2017.

COSTA, P.B.; CHAGAS, A.C.M.A.; JOVENTINO, E.S.; DODT, R.C.M.; ORIÁ, M.O.B.; XIMENES, L.B. Construção e validação de manual educativo para a promoção do aleitamento materno. **Rev. Rene**. v.14, n.6, p.1160-7, 2013.

COSTA, G.L.; ANDRADE, E.S.; GUILHERME, F.J.A.; FERREIRA, R.K.R. A criação de uma cartilha educativa para estimular a adesão ao tratamento do portador de diabetes mellitus tipo 2. **Rev Rede de Cuidados em Saúde**. v8, n2, 2014. Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/racs/article/view/2381/1161>. Acesso em: 08 fev 2019.

CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

CRUZ, F.O.A.M. *et al.* Validação de manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço submetidos à radioterapia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.24, n.e, 2706, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt\\_0104-1169-rlae-24-02706.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02706.pdf)> Acesso em: 05 maio 2017.

DANTAS, C.N.; SANTOS, V.E.P.; TOURINHO, F.S.V. A consulta de enfermagem como tecnologia o cuidado à luz dos pensamentos de Bacon e Galimberti. **Texto Contexto Enferm**. v.25, n.1, p1-8, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n1/0104-0707-tce-25-01-2800014.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2017.

DOAK, C. C.; DOAK, L. G.; ROOT, J. H. **Teaching patients with low literacy skills**.

DUARTE, E.R.; RAFAEL, C.B.S.; FILGUEIRAS, J.F.; NEVES, Clara Mockdece; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.19, n.2, p.289-300, 2013. Disponível em <[https://www.researchgate.net/profile/Clara\\_Neves/publication/262747491\\_Case\\_study\\_of\\_inclusion\\_of\\_students\\_with\\_disabilities\\_in\\_Higher\\_Education/links/53d655070cf228d363ea4e80.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Clara_Neves/publication/262747491_Case_study_of_inclusion_of_students_with_disabilities_in_Higher_Education/links/53d655070cf228d363ea4e80.pdf)> Acesso em: 20 out 2018.

ECHER, I.C. Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 13, n. 5, p. 754-757, set./out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n5/v13n5a22.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2017.

FERNANDES, A.F. **Integração de alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular – Estudo de caso Escola Secundária Amor de Deus**. 2011. Dissertação (mestrado em educação especial), Escola Superior de Educação de Lisboa, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3158/1/Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20alunos%20com%20necessidades%20educativas%20especiais%20no%20ensino%20regular.pdf>> Acesso em: 10 ago 2018.

FERNANDES, C.S.; MARTINS, M.M.; GOMES, B.P.; GOMES, J.A.; GONÇALVES, L.H.T. Family Nursing Game: Desenvolvendo um jogo de tabuleiro sobre Família. **Esc Anna Nery**, v.20, n.1, p.33-37, 2016.

FONSECA, F.F.; SENA, R.K.R.; ROCKY, L.A.S.; ORLENE, V.D.; COSTA, S.M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev. Paul. Pediatr.** v.31, n.2, p.258-64, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n2/19.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2017

FREITAS, S.N.; TEIXEIRA, C.T.; RECH, A.J.D. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p.2104-2124, 2016. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/8214/6048>> Acesso em: 06 jun. 2017.

FROTA, N.M.; BARROS, L.M.; ARAÚJO, T.M.; CALDINI, L.N.; NASCIMENTO, J.C.; CAETANO, J.A. Construção de uma tecnologia educacional para o ensino de enfermagem sobre punção venosa periférica. **Rev. Gaúcha Enferm.** v.34, n.2, p.29-36, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n2/v34n2a04.pdf> Acesso em: 05 jun 2018

GALDINO, Y.L.S. **Construção e validação de cartilha educativa para o autocuidado com os pés de pessoas com diabetes.** Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-Ceará, 2014. Disponível em: <<http://www.uece.br/cmaccis/dmdocuments/YARALANNE.pdf>> Acesso em: 05 maio 2017.

GENTIL, L.L.S.; SILVA, R.M.; BENAVENTE, S.B.T.; COSTA, A.L.S. Manual educativo de cuidados no pós-operatório de revascularização miocárdica: uma ferramenta para pacientes e familiares. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**, v.19, a.38, 2017 Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v19.43068>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GIVIGI, R.C.N. et al. O trabalho colaborativo na escola: o uso da tecnologia assistiva. **Revista do Centro de Educação**, v.41, n.2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19467>> Acesso em: 05 maio 2017.

GOES, T.M.; POLARO, S.H.I.; GONÇALVES, L.H.T. Cultivo do bem viver das pessoas idosas e tecnologia cuidativo-educacional de enfermagem. **Enferm. Foco.** v.7, n.2, p.47-51, 2016. Disponível em <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/794/319> Acesso em: 29 jan 2019.

GONÇALES, M.B. **Teste de Papanicolaou: construção e validação de material educativo para usuárias de serviços de saúde.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Escola Paulista de Medicina, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/23708/Publico-23708.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 05 maio 2017.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da economia do plano e da integração regional. **Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009**. Instituto Nacional de Estatística População com Deficiência, Guiné-Bissau, África, 2009. Disponível em <<http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10>> Acesso em: 10 out. 2018.

HULLEY, S.B *et al.* **Delineando A Pesquisa Clínica**. 4ª Ed. Artmed. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo da População e Habitação de Angola. 2014. Disponível em <<http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>> Acesso em: 10 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo de Cabo Verde. 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo de Moçambique. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo de Timor-Leste. 2010.

INSTITUTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola 2007-2015**. 2006

JOVENTINO, E.S. **Elaboração e validação de vídeo educativo para promoção da autoeficácia materna na prevenção da diarreia infantil**. 2013. 186f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8307/1/2013\\_tese\\_esjoventino.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8307/1/2013_tese_esjoventino.pdf)> Acesso em: 05 maio 2017.

LASTA, L.L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.spe, p.140-149.ANO.

LEITE, S.S. **Construção do roteiro do vídeo educativo para pessoas surdas sobre o uso do coito interrompido**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21888>> Acesso em: 29 jan. 2018.

LIMA, A.C.; COSTA, M.A.C; BEZERRA, K.C.; SOUSA, D.M.N.; ROCHA, J.F.; ORIÁ, M.O.B. Development and validation of a booklet for prevention of vertical HIV transmission. **Acta Paul Enferm**, v.30, n.2, p.181-9, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ape/v30n2/1982-0194-ape-30-02-0181.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

LIMA, A.H.G.; LOBO, H.N.C.C. Promoção de saúde e programa de saúde na escola: reflexões com base em professores de educação física escolar. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília. v. 15, n. 1, p. 27-31, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<https://publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/4268/3487>>  
Acesso em: 05 jan. 2018.

LIMA, U.T.S.; COSTA, A.C.S. Inclusão de uma aluna com deficiência auditiva no curso de enfermagem em uma universidade pública de alagoas. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 12, n. 41, jul./set, p.57-64, 2014. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/viewFile/2251/1626](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/viewFile/2251/1626)> Acesso em: 5 ago. 2017.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LOPES, J.L.; MARTINS, L.A.N.; BARBOSA, D.A.; BARROS, A.L.B.L. Construção e validação de um manual informativo sobre o banho no leito. **Acta Paul Enferm**, v.26, n.6, p.554-60, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/08.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

LOPES, S.T.C. *et al.* Educação profissional e tecnológica: a acessibilidade como garantia de inclusão a alunos com deficiência. **Revista EIXO**, Brasília – DF, v. 5, n. 2, julho-dezembro, 2016. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/viewFile/323/209>> Acesso em: 06 jun. 2017.

MACEDO, M.C.S.R.; AIMI, D.R.S.; TADA, I.N.C.; SOUZA, A.M.L. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr-jun, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000200002&script=sci\\_abstract&lng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000200002&script=sci_abstract&lng=p)>. Acesso em: 10 ago. 2018

MARTINS, I.A.A. **Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. 2017. Dissertação (mestrado em ciências do trabalho e relações laborais), Escola de Sociologia e Política Pública, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERHY, E.L. **A cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002a.

MOÇAMBIQUE. **Plano Nacional da Área da Deficiência – PNAD II 2012 – 2019**. Plano Nacional de ação para a Área da Deficiência, 2012.

PADRE, D.S. Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Educacional em Angola: O agendamento. 2016. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13008/1/DAMIANO%20PADRE%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO%20-2016.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2018.

MOREIRA, A.P.A.; SABÓIA, V.M.; CAMACHO, A.C.L.F.; DAHER, D.V.; TEIXEIRA, E. Jogo educativo de administração de medicamentos: um estudo de validação. **Rev Bras Enferm**, v.67, n.4, p.528-34, 2014.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben-67-04-0528.pdf>  
Acesso em: 15 fev 2019.

MOURA, I.H.; SILVA, A.F.R.; ROCHA, A.E.S.H.; LIMA, L.H.O.; MOREIRA, T.M.M.; SILVA, A.R.V. Construção e validação de material educativo para prevenção de síndrome metabólica em adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 25, n. e2934, 2017a. Disponível em [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt\\_0104-1169-rlae-25-e2934.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt_0104-1169-rlae-25-e2934.pdf) Acesso em: 20 jan 2019.

MOURA, D.J.M.; MOURA, N.S.; MENEZES, L.C.G.; BARROS, A.A.; GUEDES, M.V.C. Construção de cartilha sobre insulinoterapia para crianças com diabetes mellitus tipo 1. **Rev Bras Enferm**, v.70, n.1, p.7-14, 2017b. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n1/0034-7167-reben-70-01-0007.pdf> Acesso em: 10 ago 2018.

NUNES, S.S.; SAIA, A.L.; TAVARES, R.E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: ciência e profissão**, v.35, n.4, p.1106-1119, 2015.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1106.pdf>  
Acesso em: 28 fev 2019.

OLIVARES, N.M.; BRAGA, M.R.; MILANEZ, J.J.B.; MAGALHÃES, J.G.; LEMOS, L.; OLIVEIRA, M.P. Educação inclusiva: adequação e caminhos sob o enfoque de docentes e discentes de uma instituição de ensino superior. **Cuid Enferm**, v.10, n.1, p.36-43, 2016.

Disponível em <  
<http://fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/CuidarteEnfermagemvolume10Jan-Jun2016.pdf>> Acesso em: 28 jan 2019.

OLIVEIRA, C.D.; MILL, D. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p.1169-1183, 2016.

Disponível em  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8194/5903> Acesso em: 28 jan 2019.

OLIVEIRA, M.C.; LUCENA, A.F.; ECHER, I.C. Neurological sequelae: preparation of a guidance manual for health care. **Rev enferm UFPE on line**, v.8, n.6, p.1597-603, 2014.

OLIVEIRA, S.C.; LOPES, M.V.O.; FERNANDES. Construção e validação de cartilha educativa para alimentação saudável durante a gravidez. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.22, n.4, p.611-20, 2014.

OLIVEIRA, P.M.P.; PAGLIUCA, L.M.F. Avaliação de tecnologia educativa na modalidade literatura de cordel sobre amamentação. **Rev Esc Enferm USP**. v.47, n.1, p.205-12, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência. 2018.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Países africanos afirmam direitos de pessoas com deficiência em novo protocolo.** 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/02/1611141>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PADILHA, A.P.; ROSA, L.M.; SCHOELLER, S.D.S.; JUNKES, C.; MENDEZ, C.B.; MARTINS, M.M.F.P.S. Manual de cuidados às pessoas com diabetes e pé diabético: construção por scoping study. **Texto Contexto Enferm**, v.26, n.4, e2190017, 2017.

PAGLIUCA, L.M.F.; OLIVEIRA, P.M.P.; MARIANO, M.R.; SILVA, J.M.; ALMEIDA, P.C.; OLIVEIRA, G.O.B. Pessoa com deficiência: construção do conceito por esta população. **Rev Rene**, v.16, n.5, p.705-713, set-out, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/viewFile/2835/2200>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas.** Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

PIMENTEL, A.G.L.; FERNANDES, F.D.M. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol Commun Res**. v.19, n.2, p.171-8, 2014.

Pimentel, P.P.; Toldrá, R.C. Desenvolvimento de manual para orientações básicas do dia a dia para pessoas com esclerose múltipla. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 67-74, 2017

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para as práticas da enfermagem.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 669 p.

REIS, M.B.F. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível.** 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes\\_e\\_teses/Tese\\_Marlene\\_-\\_verso\\_definitiva.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Tese_Marlene_-_verso_definitiva.pdf)>. Acesso em 15 set. 2018.

REZENDE, D.V.; BORGES, C.N.; FLEITH, D.S.; JOLY, M.C.R.A. Relação entre Tecnologias da Informação e Comunicação e Criatividade: Revisão da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.36, n.4, p.877-892, 2016.

RESENDE, A.A.C.; LACERDA, C.B.F. Mapeamento de Alunos Surdos Matriculados na Rede de Ensino Pública de um Município de Médio Porte do Estado de São Paulo: Dissonâncias. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.19, n.3, p.411-424, 2013.

RIBEIRO, L.C.C.; OLIVEIRA, T.C.; MOREIRA, S.; PAULA, F.A. Construction and validation of manual on burnout in teachers. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v.7, n.e1317, 2017.

RODRIGUES, P.R.; ALVES, L.R.G. Tecnologia Assistiva – uma revisão do tema. **Holos**, v.6, ano 29, 2013. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1595/765>> Acesso em: 15 jun. 2017.

SALVADOR, P.T.C.O.; MARTINS, C.C.F.; ALVES, K.Y.A.; PEREIRA, M.S.; SANTOS, V.E.P.; TOURINHO, F.S.V. Tecnologia no ensino de enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, v.29, n.1, p.33-41, 2015.

SANTIAGO, L.M. Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v.65, n.6, p.1026-1029, nov-dez, 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n6/a20v65n6.pdf> > Acesso em: 02 fev. 2018.

SARTORETO, M.L.; BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva e educação**. 2014.

Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Sentidos**, junho, 2005. Disponível em:

<http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=visao> . Acesso em: 10 de novembro de 2017.

SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, a.5, n. 24, p.6-9, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Países de língua portuguesa discutem políticas públicas para pessoas com deficiência em Portugal. 2013. Disponível

em <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/noticias/paises-de-lingua-portuguesa-discutem-politicas-publicas-para-pessoas-com-deficiencia-em-por>>

Acesso em: 18 jan 2019.

SILVA, F.C.N. **Conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre pessoas com deficiência**. [Monografia] – Curso de Graduação em

Enfermagem, Instituto Ciência e Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2017.

SILVA, S.S.; CARNEIRO, R.U.C. Inclusão escolar de alunos público-alvo da

educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino

fundamental i? **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.

11, n. esp. 2, p.935-955, 2016. Disponível em:

<<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8935>> Acesso em: 15 jun. 2017.

SILVA, C.S.; BODSTEIN, R.C.A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.21, n.6, p.1777-1788, 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000601777&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601777&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 20 jan 2019.

SOUSA, C.S.; TURRINI, R.N.T.; POVEDA, V.B. Tradução e adaptação do instrumento "Suitability Assessment of Materials" (SAM) para o português. **Rev. enferm. UFPE on line**, Recife. v.5, n.9, p.7854-61, maio, 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/275832478>> Acesso em: 30 set. 2017.

SOUSA, P.G.F.; JURDIB, A.P.S.; SILVA, C.C.B.S. O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura. **Cad. Ter. Ocup.**, v.23, n.3, p.625-631, 2015.

SOUSA, M.C.; ESPERIDIÃO, M.A.; MEDINA, M.G. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.22, n.6, p.1781-90, 2017. Disponível em< [https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232017000601781&script=sci\\_arttext&tlng=en](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232017000601781&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 20 fev 2019.

SOUSA, M.C.; ESPERIDIÃO, M.A.; MEDINA, M.G. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.22, n.6, p.1781-1790, 2017. Disponível em<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017002601781&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002601781&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 02 fev 2019.

SOUZA, L.M.; MORAIS, R.L.G.L.; OLIVEIRA, J.S. Direitos sexuais e reprodutivos: influencias dos materiais educativos impressos no processo de educação em sexualidade. **Rev Saude Debat [Internet]**. v.39, n.106, p.683-93, 2015. Disponível em<[https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-11042015000300683&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-11042015000300683&script=sci_abstract)> Acesso em: 02 fev 2019.

TEIXEIRA, E.; MARTINS, T.D.R.; MIRANDA, P.O.; CABRAL, B.G.; SILVA, B.A.C.; RODRIGUES, L.S.S. Educational technology on potpartum care: development and validation. **Revista Baiana de Enfermagem**. v.30, n.2, p.1-10, 2016.

TELES, L.M.R.; OLIVEIRA, A.S.; CAMPOS, F.C.; LIMA, T.M.; COSTA, C.C.; GOMES, L.F.S.; ORIÁ, M.O.B.; DAMASCENO, A.K.C. Construção e validação de manual educativo para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto. **Rev Esc Enferm USP**. v.48, n.6, p.977-84, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/reeusp/article/view/103132/101487>> Acesso em: 30 set. 2017.

TEIXEIRA, R.S.; SOUZA, R.O.L. Análise de materiais educativos utilizados como ferramenta para a educação ambiental de estudantes de escolas públicas do rio de janeiro. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 2, mai-ago, p. 1032-37, 2015. Disponível em< <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/16036/pdf>> Acesso em: 12 fev 2019.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Paris, 19 de outubro de 2005. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_univ\\_bioetica\\_dir\\_hum.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf). Acesso em: 06 abr. 2017.

UNILAB. **Onde estamos**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/onde-estamos/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Relatório sobre os direitos das Pessoas com Deficiência Em Timor-leste**, 2012. [https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/UNHR\\_Report2011Portuguese.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/UNHR_Report2011Portuguese.pdf)

VASCONCELOS, F.K.A. *et al.* The Learning of Adolescent Students about the Disabled Person Using Board Game. **Open Journal of Nursing**. v. 5, p.173-180, 2015 Disponível em: <<https://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=54455>> Acesso em: 27 jan. 2018.

VERASZTO, E.V.; MIRANDA, D.S.N.A.; SIMON, F.O. Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito. **Prisma**, n.7, 2008. Disponível em <<https://pentaho.letras.up.pt/ojs/index.php/prisma.com/article/view/2065>> Acesso em: 20 jan 2019.

VARELA, A.I.S.; ROSA, L.M.; RADÜNZ, V.; SALUM, N.C.; SOUZA, A.I.J. Cartilha educativa para pacientes em cuidados paliativos e seus familiares: estratégias de construção. **Rev enferm UFPE on line**. Recife. v.11, n.Supl. 7, p.2955-62, 2017.

VIANNA, H.M. **Testes em Educação**. São Paulo: IBRASA, 1982.

VIEIRA, L.M.G.; SILVA, J.L.B.; CAMÊLO, M.S.; SILVA, V.V.; CARVALHO, E.M.P. SILVA, A.L. et al. Percepção de mães acerca do cuidado de crianças com estomias: recursos educativos podem ajudar? **Investigação Qualitativa em Saúde**, v.2. 2018. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1786> Acesso em: 14 fev 2019.

World Health Organization at The World Bank (2011). **World Report On Disability, Malta**. Disponível em <[http://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/report.pdf](http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf)> Acesso em: 02 fev. 2018.

**ANEXO**

**ANEXO A**  
**APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA**

**APÊNDICE**

**APÊNDICE A**  
**CARTA CONVITE AOS JUÍZES DE CONTEÚDO E APARÊNCIA**

Caro (a)

Eu, Morgama Mara Nogueira Lima, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monaliza Ribeiro Mariano e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Paula Marciana Pinheiro de Oliveira estou desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado “**Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico**” que visa validar um manual educativo representando uma tecnologia impressa para professores do ensino básico.

Considerando sua especialidade, gostaria de convidá-lo (a), na qualidade de juiz, a avaliar o Manual educativo empregando o Instrumento de Validade de Conteúdo Educativo (IVCE). Ressalto que este instrumento já foi validado anteriormente por Leite (2017).

Seus conhecimentos são relevantes para aprimorar o material que está sendo construído. Para o aperfeiçoamento do material o (a) senhor (a) também poderá fazer sugestões ou críticas em um espaço reservado para esta finalidade.

Caso aceite o convite, por favor, preencher os dados de identificação e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após concluir sua contribuição, peço que retorne a sua avaliação.

Desde já agradeço a sua participação.

Atenciosamente,

**Morgama Mara Nogueira Lima**  
[morgamamara@gmail.com](mailto:morgamamara@gmail.com)

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **“Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico”**, que será desenvolvida por mim, Morgama Mara Nogueira Lima, sob a orientação da Professora Dra. Monaliza Ribeiro Mariano e pela co-orientadora Paula Marciana Pinheiro de Oliveira. Nesse estudo pretendo criar e validar uma tecnologia impressa, manual, que seja direcionada aos profissionais do ensino básico quanto à acessibilidade, inclusão e pessoas com deficiência.

O convite para participar dessa pesquisa se justifica pela sua larga experiência na educação ou assistência a pessoa com deficiência. Caso concorde em participar do estudo, solicito que faça a leitura da tecnologia impressa, manual, e preencha o instrumento de avaliação, os quais deverão posteriormente, ser recolhido pela pesquisadora, devolvido via internet ou correspondência convencional.

A pesquisa, por sua vez, oferece o risco cansaço mental tendo em vista a análise da tecnologia impressa e o preenchimento do instrumento com as respostas de análise. Não oferecendo risco psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual mas, se houver algum incômodo no decorrer da pesquisa terá o apoio total da pesquisadora. Portanto, para minimizar o risco de cansaço mental será disponibilizado o material digital e com maior disponibilidade de tempo para análise da tecnologia impressa, manual, bem como para responder o instrumento.

O benefício da pesquisa envolve o estímulo dos participantes à reflexão de seus conhecimentos e práticas sobre a acessibilidade, inclusão e Pessoa com Deficiência, contribuindo para que eles assumam o papel de sujeitos ativos na construção e consolidação de metodologias, didáticas aplicáveis a alunos com deficiência, bem como contribuir com o aprimoramento de instrumentos educacionais.

Garantimos que sua identidade não será revelada e que todas as informações obtidas neste estudo serão utilizadas inicialmente na elaboração da dissertação de Mestrado e, posteriormente os resultados poderão ser veiculados em artigos científicos, revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será emitido em duas vias e uma via ficará com o participante da pesquisa, devidamente assinado pela pesquisadora e participantes. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e sem ônus e que o(a) Sr(a) poderá, a qualquer momento, deixar de participar desta, sem qualquer prejuízo ou dano.

Os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e o contato poderá ser feito com a responsável pela pesquisa: Mestranda Morgama Mara Nogueira Lima. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Endereço acadêmico: Rua: José Franco de Oliveira, s/n – Campus das Auroras, Redenção/CE. Contato telefônico: (85) 9 97788271. Contato eletrônico: morgamamara@gmail.com.

Informo ainda que, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) se encontra à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa pelo fone: (88) 3023.6189, Rua: José Franco de Oliveira, s/n - Campus das Auroras – Redenção/CE. CEP:62.790-970.



**APÊNDICE C****INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO EM SAÚDE -  
IVCES  
(LEITE, 2017)****CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA****JUÍZ DE CONTEÚDO****INSTRUÇÕES**

Leia atentamente cada item, assinalando a opção que se adequa ao seu perfil.

**1.1 Sexo:**

- 1.1.1 ( ) Feminino
- 1.1.2 ( ) Masculino

**1.2 Região em que você mora:**

- 1.2.1 ( ) Centro Oeste
- 1.2.2 ( ) Nordeste
- 1.2.3 ( ) Norte
- 1.2.4 ( ) Sudeste
- 1.2.5 ( ) Sul

**1.3 Formação:** Especifique \_\_\_\_\_**1.4 Tempo de formação:**

- 1.4.1 ( ) Inferior a 1 ano
- 1.4.2 ( ) Entre 1 – 5 anos
- 1.4.3 ( ) Entre 6 – 10 anos
- 1.4.4 ( ) Entre 11 – 15 anos
- 1.4.5 ( ) Entre 16 – 20 anos
- 1.4.6 ( ) Superior a 20 anos

**1.5 Titulação:**

- 1.5.1 ( ) Mestrado
- 1.5.2 ( ) Doutorado
- 1.5.3 ( ) Pós-Doutorado

**1.6 Área de trabalho:**

- 1.6.1 ( ) Educação
- 1.6.2 ( ) Saúde
- 1.6.3 ( ) Tecnologia da informação

**1.7 Tempo de trabalho na área:**

- 1.7.1 ( ) menos de 6 meses
- 1.7.2 ( ) 1 ano
- 1.7.3 ( ) 2 anos
- 1.7.4 ( ) 3 anos
- 1.7.5 ( ) 4 anos
- 1.7.6 ( ) mais de 5 anos

**1.8 Orientou trabalho de dissertação envolvendo a temática em estudo?**

1.8.1 ( ) Sim

1.8.2 ( ) Não (PASSE PARA A PERGUNTA 1.10)

**1.9 Quantas orientações de dissertação envolvendo a temática em estudo você já orientou?**

1.9.1 ( ) 1

1.9.2 ( ) 2

1.9.3 ( ) 3

1.9.4 ( ) 4

1.9.5 ( ) 5

1.9.6 ( ) Mais de 5

**1.10 Orientou trabalho de tese envolvendo a temática em estudo?**

1.10.1 ( ) Sim

1.10.2 ( ) Não (PASSE PARA A PERGUNTA 1.12)

**1.11 Quantas orientações de tese envolvendo a temática em estudo você já orientou?**

1.11.1 ( ) 1

1.11.2 ( ) 2

1.11.3 ( ) 3

1.11.4 ( ) 4

1.11.5 ( ) 5

1.11.6 ( ) Mais de 5

**1.12 Possui publicação envolvendo a temática em estudo?**

1.12.1 ( ) Sim

1.12.2 ( ) Não (FINALIZOU A PRIMEIRA PARTE)

**1.13 Quantas publicações você possui?**

1.13.1 ( ) 1

1.13.2 ( ) 2

1.13.3 ( ) 3

1.13.4 ( ) 4

1.13.5 ( ) 5

1.13.6 ( ) Mais de 5

**1.14 Qual a temática com maior número de publicação?**

1.14.1 ( ) Acessibilidade

1.14.2 ( ) Inclusão

1.14.3 ( ) Tecnologia impressa

1.14.4 ( ) Pessoa com Deficiência

1.14.5 ( ) Validação de instrumento

**QUESTIONÁRIO**  
**INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO EM SAÚDE -**  
**IVCES**  
**(LEITE, 2017)**

**AVALIAÇÃO DE CONTEÚDO – JUÍZ DE CONTEÚDO**

**INSTRUÇÕES**

Leia atentamente cada item e pontue conforme seu critério, de acordo com a seguinte valoração:

- 0 – Inadequado
- 1 – Parcialmente adequado
- 2 – Adequado

Para as opções 0 e 1, descreva o motivo pelo qual considerou essa opção no espaço destinado após o item. Não existem respostas corretas ou erradas. O que importa é a sua opinião. Por favor, responda a todos os itens.

<b>OBJETIVOS</b> <b>Propósitos, Metas ou Finalidades</b>
---

**2.1 Contempla tema proposto**

- 2.1.1 Inadequado ( )
- 2.1.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.1.3 Adequado ( )

**2.2 Adequado ao processo de ensino-aprendizagem**

- 2.2.1 Inadequado ( )
- 2.2.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.2.3 Adequado ( )

**2.3 Esclarece dúvidas sobre o tema abordado**

- 2.3.1 Inadequado ( )
- 2.3.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.3.3 Adequado ( )

**2.4 Proporciona reflexão sobre o tema**

- 2.4.1 Inadequado ( )
- 2.4.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.4.3 Adequado ( )

**2.5 Incentiva mudança de comportamento**

- 2.5.1 Inadequado ( )
- 2.5.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.5.3 Adequado ( )

**Sugestões:**

---

---

**ESTRUTURA/APRESENTAÇÃO**  
**Organização, Estrutura, Estratégia, Coerência e Suficiência****2.6 Linguagem adequada ao público-alvo**

- 2.6.1 Inadequado ( )
- 2.6.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.6.3 Adequado ( )

**2.7 Linguagem apropriada ao material educativo**

- 2.7.1 Inadequado ( )
- 2.7.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.7.3 Adequado ( )

**2.8 Linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo**

- 2.8.1 Inadequado ( )
- 2.8.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.8.3 Adequado ( )

**2.9 Informações corretas**

- 2.9.1 Inadequado ( )
- 2.9.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.9.3 Adequado ( )

**2.10 Informações objetivas**

- 2.10.1 Inadequado ( )
- 2.10.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.10.3 Adequado ( )

**2.11 Informações esclarecedoras**

- 2.11.1 Inadequado ( )
- 2.11.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.11.3 Adequado ( )

**2.12 Informações necessárias**

- 2.12.1 Inadequado ( )
- 2.12.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.12.3 Adequado ( )

**2.13 Sequência lógica das ideias**

- 2.13.1 Inadequado ( )
- 2.13.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.13.3 Adequado ( )

**2.14 Tema atual**

- 2.14.1 Inadequado ( )
- 2.14.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.14.3 Adequado ( )

**2.15 Tamanho do texto adequado**

- 2.15.1 Inadequado ( )
- 2.15.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.15.3 Adequado ( )

**Sugestões:**

---

---

<b>RELEVÂNCIA</b> <b>Significância, Impacto, Motivação e Interesse</b>
---

**2.16 Estimula o aprendizado**

- 2.16.1 Inadequado ( )
- 2.16.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.16.3 Adequado ( )

**2.17 Contribui para o conhecimento na área**

- 2.17.1 Inadequado ( )
- 2.17.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.17.3 Adequado ( )

**2.18 Desperta interesse pelo tema**

- 2.18.1 Inadequado ( )
- 2.18.2 Parcialmente adequado ( )
- 2.18.3 Adequado ( )

**Sugestões:**

---

---

**APÊNDICE D****INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DA APARÊNCIA - SAM  
(SOUSA; TURRINI; POVEDA 2015)****CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA****JUÍZ DE APARÊNCIA****INSTRUÇÕES**

Leia atentamente cada item, assinalando a opção que se adequa ao seu perfil.

**1.1 Sexo:**

- 1.1.1 ( ) Feminino
- 1.1.2 ( ) Masculino

**1.2 Região em que você mora:**

- 1.2.1 ( ) Centro Oeste
- 1.2.2 ( ) Nordeste
- 1.2.3 ( ) Norte
- 1.2.4 ( ) Sudeste
- 1.2.5 ( ) Sul

**1.3 Formação:** Especifique \_\_\_\_\_**1.4 Tempo de formação:**

- 1.4.1 ( ) Inferior a 1 ano
- 1.4.2 ( ) Entre 1 – 5 anos
- 1.4.3 ( ) Entre 6 – 10 anos
- 1.4.4 ( ) Entre 11 – 15 anos
- 1.4.5 ( ) Entre 16 – 20 anos
- 1.4.6 ( ) Superior a 20 anos

**1.5 Titulação:**

- 1.5.1 ( ) Mestrado
- 1.5.2 ( ) Doutorado
- 1.5.3 ( ) Pós-Doutorado

**1.6 Área de trabalho:**

- 1.6.1 ( ) Educação
- 1.6.2 ( ) Saúde
- 1.6.3 ( ) Tecnologia da informação

**1.7 Tempo de trabalho na área:**

- 1.7.1 ( ) menos de 6 meses
- 1.7.2 ( ) 1 ano
- 1.7.3 ( ) 2 anos
- 1.7.4 ( ) 3 anos
- 1.7.5 ( ) 4 anos
- 1.7.6 ( ) mais de 5 anos

**1.8 Orientou trabalho de dissertação envolvendo tecnologia ou validação de instrumento?**

1.8.1 ( ) Sim

1.8.2 ( ) Não (PASSE PARA A PERGUNTA 1.10)

**1.9 Quantas orientações de dissertação, envolvendo tecnologia ou validação de instrumento, você já orientou?**

1.9.1 ( ) 1

1.9.2 ( ) 2

1.9.3 ( ) 3

1.9.4 ( ) 4

1.9.5 ( ) 5

1.9.6 ( ) Mais de 5

**1.10 Orientou trabalho de tese envolvendo tecnologia ou validação de instrumento?**

1.10.1 ( ) Sim

1.10.2 ( ) Não (PASSE PARA A PERGUNTA 1.12)

**1.11 Quantas orientações de tese, envolvendo tecnologia ou validação de instrumento, você já orientou?**

1.11.1 ( ) 1

1.11.2 ( ) 2

1.11.3 ( ) 3

1.11.4 ( ) 4

1.11.5 ( ) 5

1.11.6 ( ) Mais de 5

**1.12 Possui publicação envolvendo tecnologia ou validação de instrumento?**

1.12.1 ( ) Sim

1.12.2 ( ) Não (FINALIZOU A PRIMEIRA PARTE)

**1.13 Quantas publicações você possui?**

1.13.1 ( ) 1

1.13.2 ( ) 2

1.13.3 ( ) 3

1.13.4 ( ) 4

1.13.5 ( ) 5

1.13.6 ( ) Mais de 5

**1.14 Qual a temática com maior número de publicação?**

1.14.1 ( ) Tecnologia impressa

1.14.2 ( ) Tecnologia hipermídia

1.14.3 ( ) Tecnologia assistiva

1.14.4 ( ) Tecnologia comunicacional

1.14.5 ( ) Tecnologia software

1.14.6 ( ) Validação de instrumento

**1.15 Desenvolveu algum material ou produto impresso?**

1.15.1 ( ) Sim

1.15.2 ( ) Não (VOCÊ FINALIZOU ESSA PARTE)

**1.16 Quantos materiais ou produtos impressos você já desenvolveu?**

- 1.16.1 ( ) 1  
 1.16.2 ( ) 2  
 1.16.3 ( ) 3  
 1.16.4 ( ) 4  
 1.16.5 ( ) 5  
 1.16.6 ( ) Mais de 5

**1.17 Qual tipo de material ou produto impresso você já desenvolveu?**

- 1.17.1 ( ) Cartaz  
 1.17.2 ( ) Cartilha  
 1.17.3 ( ) Folder  
 1.17.4 ( ) Manual  
 1.17.5 ( ) Panfleto  
 1.17.6 ( ) Outro. Especifique \_\_\_\_\_

**QUESTIONÁRIO 2*****Suitability Assessment of Materials* Suitability Assessment of Materials  
SAM****AValiação de Aparência – Juíz de Aparência****INSTRUÇÕES**

Leia atentamente cada item e pontue conforme seu critério, de acordo com a seguinte valoração:

- 0 – Inadequado  
 1 – Parcialmente adequado  
 2 – Adequado  
 3 – Não se aplica (NA)

Para as opções 0 e 1, descreva o motivo pelo qual considerou essa opção no espaço destinado após o item. Não existem respostas corretas ou erradas. O que importa é a sua opinião. Por favor, responda a todos os itens.

**CONTEÚDO****2.1 O propósito está evidente**

- 2.1.0 Inadequado ( )  
 2.1.1 Parcialmente Adequado ( )  
 2.1.2 Adequado ( )  
 2.1.3 Não se aplica ( )

**2.2 O conteúdo trata de comportamentos**

- 2.2.0 Inadequado ( )  
 2.2.1 Parcialmente Adequado ( )  
 2.2.2 Adequado ( )

2.2.3 Não se aplica ( )

**2.3 O conteúdo está focado no propósito**

2.3.0 Inadequado ( )

2.3.1 Parcialmente Adequado ( )

2.3.2 Adequado ( )

2.3.3 Não se aplica ( )

**2.4 O conteúdo destaca os pontos principais**

2.4.0 Inadequado ( )

2.4.1 Parcialmente Adequado ( )

2.4.2 Adequado ( )

2.4.3 Não se aplica ( )

**SUGESTÃO(S):** \_\_\_\_\_

---

**NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO**

**2.5 Nível de leitura**

2.5.0 Inadequado ( )

2.5.1 Parcialmente Adequado ( )

2.5.2 Adequado ( )

2.5.3 Não se aplica ( )

**2.6 Usa escrita na voz ativa**

2.6.0 Inadequado ( )

2.6.1 Parcialmente Adequado ( )

2.6.2 Adequado ( )

2.6.3 Não se aplica ( )

**2.7 Usa vocabulário com palavras comuns no texto**

2.7.0 Inadequado ( )

2.7.1 Parcialmente Adequado ( )

2.7.2 Adequado ( )

2.7.3 Não se aplica ( )

**2.8 O contexto vem antes de novas informações**

2.8.0 Inadequado ( )

2.8.1 Parcialmente Adequado ( )

2.8.2 Adequado ( )

2.8.3 Não se aplica ( )

**2.9 O aprendizado é facilitado por tópicos**

2.9.0 Inadequado ( )

2.9.1 Parcialmente Adequado ( )

2.9.2 Adequado ( )

2.9.3 Não se aplica ( )

SUGESTÃO(S): \_\_\_\_\_

---

### ILUSTRAÇÕES GRÁFICAS

#### 2.10 São utilizados subtítulos

- 2.10.0 Inadequado ( )
- 2.10.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.10.2 Adequado ( )
- 2.10.3 Não se aplica ( )

#### 2.11 Tipos de ilustrações

- 2.11.0 Inadequado ( )
- 2.11.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.11.2 Adequado ( )
- 2.11.3 Não se aplica ( )

#### 2.12 As figuras/ilustrações são relevantes

- 2.12.0 Inadequado ( )
- 2.12.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.12.2 Adequado ( )
- 2.12.3 Não se aplica ( )

#### 2.13 As listas, tabelas, etc. tem explicação

- 2.13.0 Inadequado ( )
- 2.13.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.13.2 Adequado ( )
- 2.13.3 Não se aplica ( )

#### 2.14 As ilustrações têm legenda

- 2.14.0 Inadequado ( )
- 2.14.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.14.2 Adequado ( )
- 2.14.3 Não se aplica ( )

SUGESTÃO(S): \_\_\_\_\_

---

### LAYOUT E APRESENTAÇÃO

#### 2.15 Característica do layout

- 2.15.0 Inadequado ( )
- 2.15.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.15.2 Adequado ( )
- 2.15.3 Não se aplica ( )

#### 2.16 Tamanho e tipo de letra

- 2.16.0 Inadequado ( )
- 2.16.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.16.2 Adequado ( )
- 2.16.3 Não se aplica ( )

**2.17 São utilizados subtítulos**

- 2.17.0 Inadequado ( )
- 2.17.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.17.2 Adequado ( )
- 2.17.3 Não se aplica ( )

**SUGESTÃO(S):** \_\_\_\_\_

---

<b>ESTIMULAÇÃO/MOTIVAÇÃO DO APRENDIZADO</b>
---

**2.18 Utiliza a interação**

- 2.18.0 Inadequado ( )
- 2.18.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.18.2 Adequado ( )
- 2.18.3 Não se aplica ( )

**2.19 As orientações são específicas e dão exemplos**

- 2.19.0 Inadequado ( )
- 2.19.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.19.2 Adequado ( )
- 2.19.3 Não se aplica ( )

**2.20 Motivação e auto eficácia**

- 2.20.0 Inadequado ( )
- 2.20.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.20.2 Adequado ( )
- 2.20.3 Não se aplica ( )

**SUGESTÃO(S):** \_\_\_\_\_

---

<b>ADEQUAÇÃO CULTURAL</b>
---------------------------

**2.21 É semelhante a sua lógica, linguagem e experiência**

- 2.21.0 Inadequado ( )
- 2.21.1 Parcialmente Adequado ( )
- 2.21.2 Adequado ( )
- 2.21.3 Não se aplica ( )

**2.22 Imagem cultural e exemplos**

- 2.22.0 Inadequado ( )

2.22.1 Parcialmente Adequado ( )

2.22.2 Adequado ( )

2.22.3 Não se aplica ( )

**SUGESTÃO(S):** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

APÊNDICE E  
MANUAL SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO ALUNO COM  
DEFICIÊNCIA

# Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência

Morgama Mara Nogueira Lima



Manual Sobre  
Acessibilidade e Inclusão  
do Aluno com Deficiência  
no Ensino Básico

REDENÇÃO - CE  
2018

## Sumário

1.0 Pessoa com deficiência:  
Perspectiva Histórica e Cultural

08

2.0 Acessibilidade da Pessoa com  
Deficiência

20

3.0 Inclusão Escolar da Pessoa  
com Deficiência

30

Saiba Mais

35

Referências

37

12

## Conceito de Pessoa com Deficiência

Ao longo da história, o conceito de PcD passou por algumas modificações e, nos dias atuais, esse conceito permanece em transformação. De acordo com a Lei No 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, conceitua PcD “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O termo deficiência tem evoluído bastante, após as duas Guerras Mundiais, quando se iniciou a formulação de seu conceito. Abaixo, segue uma imagem como forma de resumo sobre os termos e os conceitos acerca da PcD. Vale ressaltar que os termos abaixo estão inseridos em um contexto histórico, social e político com o intuito de atender às necessidades dessa clientela.



## Tipos de Deficiência

De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2008), deficiência pode ser classificada em: deficiências física/motora, visual, auditiva, mental e múltipla.

14



### **DEFICIÊNCIA FÍSICA / MOTORA**

Representa uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.

### **DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Envolve a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma.



O tema acessibilidade começou a ser tratado pelo governo brasileiro na Emenda Constitucional nº12, de 17 de outubro de 1978 e, historicamente, esse termo restringia-se à remoção de barreiras arquitetônicas e às adaptações de logradouros para PcD física e locomotora.



### Conceito de Acessibilidade

Conforme a Norma Brasileira Técnica 9050 de 2004, o conceito de acessibilidade é entendido como "possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos", corroborando com a ideia inicial do respectivo termo.

O Decreto Federal 5.296 de 2004, por sua vez, trouxe uma abordagem diferente para a definição do termo acessibilidade, que envolve:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p.24.).

Como observado, o conceito descreve pontos importantes e essenciais para que a PcD exerça seu direito e estabeleça uma relação harmônica com o meio. Nota-se que a acessibilidade está ligada às reais condições e possibilidades que a PcD deve ter, o que proporciona maior independência/autonomia no cotidiano.

## Classificação de Acessibilidade

Quanto à classificação de acessibilidade, encontram-se seis níveis ou dimensões, sendo eles:



### ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Representa a ausência de barreiras ambientais físicas, nas residências, edifícios, espaços e equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.

23

### ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Envolve a ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na escrita e virtual. Para isso, é importante a aprendizagem da língua de sinais ou utilização de textos em braile, com letras ampliadas para quem tem baixa visão e outras Tecnologias Assistivas.





### ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Representada pela ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas em geral, sendo, para tal, importante realizar ações de sensibilização, de conscientização e de acompanhamento.



25

*A escola onde você trabalha possui algum tipo de acessibilidade?*

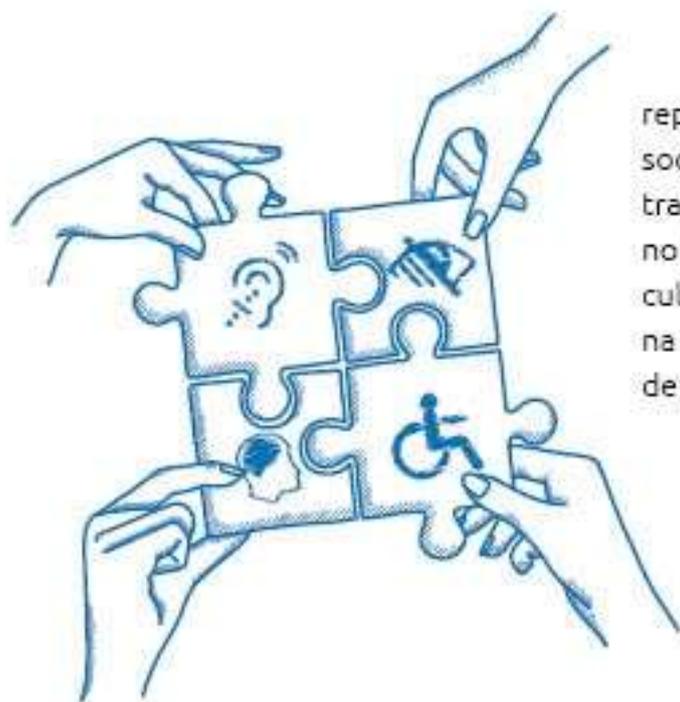
De acordo com essa distribuição em dimensões, nota-se que o termo "Acessibilidade" demonstra amplitude no seu conceito, tendo em vista abordar vários aspectos materiais e tecnológicos, o que contribui para o acesso, a participação e o envolvimento da PcD, em diversos âmbitos.

E essas barreiras representam qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Para tanto, é necessário acrescentar outros termos ao conceito elaborado para complementar o conhecimento e a compreensão do termo "Acessibilidade", tais como: **desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica.**

A inclusão significa possibilitar às pessoas com deficiência o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade mediante as necessidades próprias da sua condição.

A inclusão social é constituída por um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam juntas solucionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a igualdade de oportunidades para todos. Portanto, a sociedade se adapta para incluir e as PcD preparam-se para assumir o seu papel na sociedade.



Portanto, inclusão representa uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura e, principalmente, na atitude e no perceber de si mesmo e do outro.

31



*Que atitude (s) você acha que os professores deveriam ter para garantir o sucesso de um aluno com deficiência?*

## Inclusão e Educação de Pessoas com Deficiência

Diversos países do mundo, dentre eles o Brasil, assumiram o compromisso de promoverem transformações em seu sistema educacional para se adequarem a proposta de educação inclusiva.

Como mostra o intuito da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia, são aspectos educacionais inclusivos:

- Satisfazer para cada pessoa a necessidade básica de aprendizagem;
- Universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- Concentrar a atenção na aprendizagem;
- Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem, fortalecer alianças;
- Desenvolver política contextualizada de apoio;
- Mobilizar recursos humanos e financeiro e fortalecer a solidariedade internacional.

32

Em 1994, em Salamanca, houve uma assembleia para reafirmar o compromisso com a Educação para Todos envolvendo os princípios, as políticas e as práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e toda criança deve ter acesso à escola regular, de acordo com uma pedagogia capaz de satisfazer as necessidades do aluno com deficiência.



em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para essa clientela, visando à sua inclusão social e cidadania.

Para ter uma escola inclusiva é preciso levar em conta não apenas o que ela oferece em termos de espaço e de acessibilidade, mas também, o preparo de seus professores para atender a alunos com todos os tipos de necessidade.



34

*No seu ponto de vista, a formação docente, no cenário atual, consegue atender às necessidades dos alunos com deficiência dentro da escola?*



